

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
CURSO DE DIREITO**

**OS NOVOS SUJEITOS DO DIREITO
INTERNACIONAL PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE
A REFORMA DO PARADIGMA ESTADO-NAÇÃO**

ALAN LEON FELIPPI

Florianópolis, 27 de novembro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
CURSO DE DIREITO

**OS NOVOS SUJEITOS DO DIREITO
INTERNACIONAL PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE
A REFORMA DO PARADIGMA ESTADO-NAÇÃO**

ALAN LEON FELIPPI

Monografia submetida à
Universidade do Estado de Santa
Catarina - UFSC, como requisito
parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Arno Dall Ri Júnior

Florianópolis, 27 de novembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Obrigado Senhor, por ter ficado sempre comigo! Já dizia Albert Einstein: “O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”; então, entendo quando completa Friedrich Nietzsche: “O que não provoca minha morte faz com que eu fique mais forte”; entendo ainda, que essa força não provém da minha capacidade física, mas provém da minha vontade indomável de vencer! Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês. Em tempos em que quase ninguém se olha nos olhos, em que a maioria das pessoas pouco se interessa pelo que não lhe diz respeito, só mesmo agradecendo àqueles que percebem nossas descrenças, indecisões, suspeitas, tudo o que nos paralisa, e gastam um pouco da sua energia conosco, insistindo. Agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho: obrigado, aos mestres pelas sábias palavras... obriga ao meu orientador professor Arno Dall Ri Júnior, pois com ele aprendi que além de “ser capaz”, aprendi que ainda sou “capaz de muito mais” e desculpe-me pelas falhas... obrigado ao meu irmão Luigi pelo carinho e força que me dá, por estarmos sempre juntos nos momentos mais importantes, por “contar” com você... obrigado à minha família pela base sólida que forma meu ser!

DEDICATÓRIA

A todos os seres sencientes que sofrem pela cegueira de nós seres “humanos”. Ao povo Tibetano que sofre calado a tirania estatal. A todos os seres humanos que tem seus direitos fundamentais agredidos.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Florianópolis, 27 de novembro de 2013.

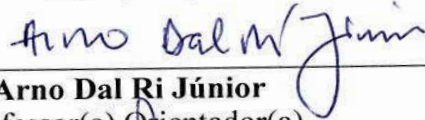
ALAN LEON FELIPPI

Graduando

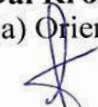
TERMO DE APROVAÇÃO

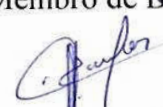
A presente monografia intitulada "**Os novos sujeitos do Direito Internacional público: um estudo sobre reforma do paradigma Estado-Nação**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Alan Leon Felippi**, defendida em **19/02/2014** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 7,0 (sete), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 19 de Fevereiro de 2014



Arno Dal Ri Júnior
Professor(a) Orientador(a)


Luis Carlos Cancellier de Olivo
Membro de Banca


Javier Rodrigo Maidana

Membro de Banca

RESUMO

Será demonstrado no presente trabalho quais são os novos sujeitos do Direito Internacional Público e o porquê de se estudar a personalidade jurídica no âmbito internacional. Este tema, apesar de ser muito importante em nosso dia-a-dia, passa despercebido pela grande maioria de nós. Graças à intensificação das relações internacionais têm-se vários produtos fabricados em outros países que são acessíveis para nós. Pode-se citar como exemplo de produtos que todos nós usamos que só estão ao nosso alcance graças aos tratados (acordos feitos pelos agentes que serão demonstrados mais a diante) : perfumes, creme de barbear, o lúpulo da cerveja, muito dos carros que temos no nosso mercado automobilístico, relógios, alimentos, dentre outros inúmeros produtos. Após uma abordagem simples e objetiva do que é a personalidade jurídica, passamos a analisar as correntes existentes, que procuram estabelecer quem possui a personalidade jurídica no âmbito do direito internacional público. Comparando as correntes existentes que divergem sobre quem são os agentes/sujeitos/entes com personalidade jurídica no âmbito internacional, através do uso de citações de alguns doutrinadores, fatos históricos, acordos, notícias dentre outras formas de esclarecimentos. Explica-se de forma clara e objetiva, sobre Estados, Organizações Intergovernamentais, Não – Governamentais, Seres Humanos e Empresas Multinacionais/Transnacionais. Após conhecer as características de cada agente/ator, se terá condição de diferenciar cada corrente e formar uma opinião sobre os vários sujeitos internacionais. Também será destacado, que a emergência de novos participantes nessa sociedade, demanda uma atualização de suas regras e instituições para melhor satisfação de suas necessidades.

ABSTRACT

The present work aims to bring conclusions about international politics regarding the nation-state paradigm facing the legal progress of human rights, here understood as the generations of rights. Questions like what (new) subjects of international law? Which scenario or historical and evolutionary context in which it is international politics? Throughout the XIX century, only States were classified as subjects of international law. After World War II, more and more new actors appeared on the stage of international law, such as intergovernmental organizations created by states, non-governmental organizations (NGOs) created by individuals, multinationals and even natural persons (ie individuals). It is important to recognize the subjectivity of the new International subject to being granted the legal personality on the international scene. These can now expand their capacity to become international people. That is right, the traditional international law system is in crisis because it is no longer able to meet the needs and evolution of life in the third millennium.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	10

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DOS SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1.1- Considerações Históricas Conceituais.....	12
1.2- História da Subjetividade Internacional.....	24

CAPÍTULO 2

DA PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

2.1-Corrente Clássica, Moderna e Extensiva.....	27
2.2- Os Estados e a Santa Sé.....	32
2.3- As Organizações Internacionais.....	37
2.4- Distinção entre Organizações Governamentais e Não-Governamentais.	40
2.5- As Organizações Não-Governamentais(ONG'S).....	42
2.6- Evolução do Conceito de Direito Internacional abrangendo outras fontes.	44
2.7- Corporações como Sujeitos de Direito Internacional	46
2.8- Empresas Transnacionais.....	50
2.8.1 – Denominação.....	50
2.8.2 – Conceituação.....	52
2.8.3 – Personalidade Jurídica de Direito Internacional às Empresas Transnacionais	56
2.84 – Empresa Transnacional e a Organização Mundial do Comércio.....	62
2.9 – Os Indivíduos como Sujeito de Direito Internacional	66
2.9.1 – Do Direito das Gentes aos pensamentos dos autores Clássicos.....	66
2.9.2 – As Distorções do Positivismo Jurídico Estatul.....	67

2.9.3 – A Doutrina Contemporânea: O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional.....	68
2.9.4 – A Capacidade Jurídica Internacional do Indivíduo.....	70
2.9.5 – A Proteção Internacional dos Seres Humanos.....	72
2.9.6 – Direitos Humanos – Conceito e Caracterização.....	73
2.9.7 – O Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos... ..	74
2.9.8 – O Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos.....	75
2.9.9 – A Carta das Nações Unidas de 1945.....	76
2.9.10 – A Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	77
2.9.11 – Pactos Internacionais de Direitos Humanos.....	78
2.9.12 – O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	80
2.9.13 – O Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.....	80
2.9.14 – A Convenção Americana de Direitos Humanos: o Pacto de São José da Costa Rica.....	81
2.9.15 – Comissão Internacional de Direitos Humanos.....	83
2.9.16 – A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	84
2.9.17 – O Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos.. ..	86
2.10 - Beligerantes, Insurgentes e Nações em Luta pela Soberania....	89

CAPÍTULO 3

OS ENTES INTERNACIONAIS SUAS LIMITAÇÕES E O FUTURO DA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

3.1 – O Caso Edward Snowden.....	98
3.2 – A Elaboração do Direito Internacional e a Governança Global.....	107

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
------------------------------	-----

5. REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS.....	112
--	-----

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX , apenas os Estados eram qualificados como sujeitos de direito internacional . Depois da Segunda Guerra Mundial, mais e mais novos atores surgiram no cenário jurídico internacional, tais como as organizações intergovernamentais criados pelos Estados , Organizações Não-Governamentais (ONGs) criadas por indivíduos , multinacionais e pessoas mesmo naturais (ou seja, indivíduos) . Estes podem agora ampliar a sua capacidade para se tornarem pessoas internacionais.

O sistema de direito internacional tradicional está em crise, pois não é mais capaz de atender a evolução e as necessidades da vida no terceiro milênio. A ênfase no Estado-nação, torna-o incapaz de atender o básico que se refere a segurança social, e as necessidades econômicas de um mundo que anseia por uma verdadeira comunidade global de pessoas. Este paradigma (Estado-nação), bem como o sistema das Nações Unidas, requer uma reforma profunda.

Novas instituições com poder global precisam ser criadas para atender as demandas do mundo globalizado, especialmente no que diz respeito ao ataque incessante de ambos os atores estatais e não-estatais.

Portanto, esse trabalho monográfico objetiva analisar a presença de outros atores no leque dos Sujeitos de Direito Internacional, havendo várias vozes que levantam a bandeira de concessão da subjetividade internacional aos particulares.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que em todas as fases foi utilizado o Método dedutivo. Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as técnicas do conceito operacional e da pesquisa bibliográfica.

Para tanto, o primeiro capítulo apresenta considerações históricas sobre os sujeitos do Direito Internacional. Posteriormente, o segundo capítulo trata da personalidade jurídica internacional, bem como, propõe apresentar as correntes e o

entendimento dos doutrinadores, os atores das Relações Internacionais e os Sujeitos de Direito Internacional Público já consagrados pela doutrina e jurisprudência.

Na sequência, o terceiro capítulo se ateve ao estudo desses entes , suas limitações e o futuro da ordem jurídica nacional, além de apresentar o caso Edward Snowden, uma vez que o mesmo, está sendo acusado pelo governo dos EUA principalmente por revelar as ações ilegais norte-americanas e de outros governos, que violam os direitos humanos.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DOS SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1.1 - Considerações Históricas Conceituais

O conceito de sujeito de Direito Internacional, tanto pode ser vista, pela ótica jusnaturalista como positivista. Os que defendem o primeiro, o direito regulamenta as relações interpessoais, acreditando-se que somente o ser humano podia ser sujeito de tais relações.³ Já os positivistas, entendem que é sujeito de direito tudo aquilo que uma norma jurídica considera como tal e defendem que o ser humano não se confunde com o sujeito de direito, pois este é uma construção jurídica.⁴

Assim, existem dois conceitos que não podem ser confundidos, porque são diferentes por natureza: atores internacionais e sujeitos de direitos. O primeiro, tem sentido amplo e refere-se a qualquer pessoa ou entidade que tenha espaço ou voz no cenário internacional, sendo tema de estudo das Relações Internacionais. O segundo, os sujeitos são aqueles que possuem direitos e obrigações, no que diz respeito ao plano do Direito³. Enfatiza Paulo Emílio Vauthier B. de Macedo, que nem tudo que influencia nas Relações Internacionais, importa igualmente para o direito, identificando então, a distinção sobre os dois conceitos⁴.

³ SOUZA, Denise Silva de. ¹SOUZA, Denise Silva de. **O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional Público**. Curitiba: Juruá, 2004, p. 25-28.

⁴ Idem. Enuncia Mello que sujeito de direito é todo ente que possui direitos e deveres perante a ordem jurídica, não se confundindo com pessoas internacionais, as quais são os destinatários dessas normas. MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 345.

³ SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional**. São Paulo: Atlas, 2002, p.141.

⁴ MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. Outros atores da Sociedade Internacional. In: **Introdução às Relações do Comércio Internacional**. 2007, p. 90.

Salienta-se que os indivíduos são os receptores centrais das normas internacionais, pois ela é definida como a faculdade de exercer direitos e deveres internacionais. Assim sendo todas as pessoas consideradas internacionais, possuem tal subjetividade⁵, pois são detentoras de direitos e obrigações, tornando-se sujeitos de direito⁶. O conceito de sujeito de direito é dado pelo ordenamento jurídico a todas as pessoas, indivíduos ou coletividade, portadores de direitos e obrigações⁷.

Guido Soares comenta que para ser conferida a personalidade jurídica internacional a um sujeito, algumas prerrogativas devem ser levadas em consideração.⁸

No que se refere a tais prerrogativas, Pierre-Marrie Dupuys as divide em cinco categorias quais sejam: a) capacidade de produzir atos jurídicos internacionais; b) capacidade de serem imputados por fatos ilícitos internacionais; c) capacidade de acesso aos procedimentos contenciosos internacionais; d) capacidade de tornarem-se membros e de participarem plenamente da vida das organizações internacionais intergovernamentais; e) capacidade de estabelecer relações diplomáticas com outros Estados.⁹

Mister se faz relatar que caso se confunda capacidade jurídica com personalidade jurídica, podem induzir à negação do indivíduo como sujeito de Direito Internacional.¹⁰

O direito internacional sempre existiu na medida que o Jus Cogens, os costumes internacionais, o comércio entre os povos e principalmente o Jus Gentium, conjunto de regras que regem a vida das nações entre si, acompanham a trajetória da humanidade.

⁵ HUSEK, Carlos Alberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2000, p. 36.

⁶ Idem, p. 36.

⁷ SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional**. São Paulo: Atlas, 2002, p.141.

⁸ SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 156-157. Na opinião de Guido Soares, basta possuir apenas uma dessas prerrogativas para que lhe seja conferido o status de sujeito internacional.

⁹ SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 146.

¹⁰ Hee Moon. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: LTr, 2004, p. 189. Acrescenta ainda que “[...] A capacidade legal decorre da personalidade legal, já que ela demonstra o poder de intervir por si mesmo, enquanto a personalidade dá a ideia de o direito ser protegido pela Lei, mesmo sem capacidade.” “Capacidade de agir refere-se ao efetivo exercício do poder de ação, pois em razão de possuírem direitos e obrigações, os sujeitos estão aptos a exercê-los e cumpri-los, por meio daqueles atos”. Idem, p. 185.

Cabe explicar porque neste trabalho tomamos os estudos a partir do século XV. Isto se dá porque é desta data que surge o principal sujeito de direito internacional, o Estado da forma como hoje é conhecido.

Segundo Kelsen, a divisão que se origina da distinção entre direito interno e direito externo é mera tautologia. Exemplificando, tão logo, o Estado conclua um tratado com outros Estados sobre regulamentação entre empresários e empregadores, embora seja esta uma questão interna, passa ser um assunto externo.

“A afirmação de que o Direito Nacional regula assuntos domésticos e o Direito Internacional os assuntos externos se reduz à evidência de que o primeiro regula o que é disciplinado pelo Direito Nacional, e o segundo o que é disciplinado pelo Direito Internacional.”¹¹

Antes do século XV, o estado teve uma variedade de formas, nenhum delas semelhantes com o moderno Estado. A história do Estado no Ocidente geralmente começa com Antiguidade clássica. Houve monarquias cujo poder (tal como o do Egito dos Faraós) foi baseado na função religiosa do rei e do seu controle de um exército centralizado.

Consoante Hinson, a Grécia Antiga¹², durante o século IV antes de Cristo, concedeu cidadania à população livre e em Atenas esses direitos foram combinados com uma democrática forma de governo embrionária. Houve também grande, quase burocratizados impérios, como o Império Romano, que dependia menos da função religiosa e mais centralizada sobre militares e organizações legais e de uma coesão da nobreza.

Também Gibbon, afirma que vieram, na Antiguidade clássica, inovações como a cidade-estado e a República Romana. A República Romana, logo após o fim da monarquia e a posterior república, era regida por um senado e dominado pela aristocracia romana. O sistema político romano contribuiu para o desenvolvimento das leis e para a distinção entre a esfera privada e a pública¹³.

¹¹ KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010. p. 496.

¹² Para saber mais HYNSON, Colin Ancient Greece. Milwaukee: World Almanac Library, 2006

¹³ Para saber mais GIBBON, Edward. Declínio e queda do Império Romano. Edição abreviada. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro, 1989.

A história do desenvolvimento do Estado moderno, especificamente no Ocidente, normalmente começa com a dissolução do Império Romano. Isto levou à fragmentação do estado imperial para mãos de privados e os chamados feudos descentralizados cujo papel político, jurídico e militar corresponde à organização da produção econômica. Nestas condições, de acordo com os marxistas, a unidade econômica da sociedade correspondia exatamente à situação a nível local.

Acrescenta Abrahão, que o sistema feudal foi implantado de forma instável, dos suseranos aos reis ungidos. Um monarca, embora fosse o chefe de uma hierarquia de soberanos, não detinha um poder absoluto que poderia legislar à vontade; as relações entre senhores e monarcas eram mediados por diversos graus de dependência mútua, que foram asseguradas pela ausência de um sistema centralizado tributário. Esta realidade, assegurou que cada governante assumisse uma obrigação mútua de defesa. No mais, todo esse processo pode ser simplesmente compreendido como um procedimento de relações de vinculação pessoal e de obrigações recíprocas. Este não era um 'Estado' no sentido weberiano do termo, uma vez que o rei não monopolizava o poder de legislar, que era compartilhado com a igreja, nem usar os meios de violência que eram partilhados com os nobres¹⁴.

Enuncia Poggie, que a formalização das lutas sobre a taxação entre o monarca e outros elementos da sociedade, especialmente a nobreza e as cidades, deram origem ao que agora é chamado de "Standestaat" (estado incapaz), caracterizada pelos parlamentos em que grupos sociais fundamentais negociam com o rei sobre questões jurídicas e econômicas. Estes Estados do reino, por vezes evoluídos no sentido de um verdadeiro parlamento e outras vezes perdidos em suas lutas com o monarca, conduziram a uma maior centralização de legislar de forma coercitiva, principalmente militar, com o poder em suas mãos. A partir do século XV, este processo deu origem ao Estado Absolutista¹⁵.

¹⁴ Para saber mais ABRAHÃO, Miguel M. - História Medieval - 10ª Edição - Clube de Autores - 2009

¹⁵ Poggi, G. 1978. The Development of the Modern State: A Sociological Introduction. Stanford: Stanford University Press

Em 1815, o ato final do Congresso de Viena só reconheceu 39 estados soberanos no sistema diplomático europeu, porém no futuro, novos estados foram reconhecidos pelos outros estados, o que significou, na prática, o reconhecimento, por um ou mais Estados das grandes potências.

Para os recentes esforços de todos “internacionalistas”, o direito internacional, continua a ser, principalmente, uma lei número um entre os estados em que a pessoa ocupa um secundário, mesmo periférico, lugar. Na segunda edição de sua Teoria Pura do Direito, Hans Kelsen, no final de sua vida, sintetizando corretamente os status quaestionis do internacionalista, doutrina que ele próprio tinha revolucionado, afirma:

"According to the traditional definition, international law is a complex of norms regulating the mutual behavior of states, the specific subjects of international law." ¹⁶

Este personagem, o Estado, até agora permaneceu intocado, embora tenham ocorrido vários esforços para minimizar sua importância. Quase duzentos países do mundo são efetivamente os temas principais das relações internacionais, porque eles possuem capacidade jurídica plenária. Porém, os indivíduos, de acordo com a bem conhecida teoria tradicional familiar, nada mais são do que "objetos", sujeito a seu poder, por mais que os interesses das pessoas fosse o fim supremo da lei, incluindo o direito internacional.

Teorizando sobre este ponto, George Scellé foi enfático sobre a ideia de que a comunidade internacional é uma comunidade de Estados. Scellé estava certo ao observar o caráter profundamente insensível de tal concepção de direito internacional.

O que está claro, é que hoje estamos presenciando o surgimento de uma nova categoria composta por organizações internacionais, nacionais, movimentos de libertação, as organizações não-governamentais (ONGs) e corporações transnacionais (ou multinacionais) de limitadas capacidades legais internacionais. Como um

¹⁶ Hans Kelsen, Pure Theory of Law 320. Max Knight trans., 1967.

resultado do estado de centramento que continua a moldar a lei entre as nações, esses novos atores não são mesmo considerados sujeitos de direito internacional, no sentido estrito. A subjetividade internacional é um tema que acompanha a evolução do Direito Internacional Público. Pata tanto, o conceito de sujeito de direito torna-se relevante, pois é por estes contornos que serão determinados os pressupostos e os efeitos em um dado ordenamento jurídico. Verifica-se que até meados do século XIX, somente os Estados detinham o título de sujeito de Direito Internacional, fato certificado pela doutrina majoritária e pela jurisprudência internacional.

Dada esta explanação da evolução histórica do Estado, passamos a explicar a teoria voluntarista, que vislumbra nesse Estado moderno como primeiro sujeito de Direito Internacional a ser estudado.

Segundo Pellet, o voluntarismo jurídico constrói-se na base de uma afirmação fundamental: as regras de direito internacional são um produto da vontade humana, existem para esta vontade e também por esta vontade¹⁷. Ele quer afirmar que, para que uma vontade possa dar origem as dotadas de força obrigatória, isto é, que se impõem aos outros, é necessário que seja uma vontade superior, mandante. Ora, objetou-se que é impossível demonstrar que existe na vontade humana essa virtude mandante, essa essência superior.

O jurista alemão Windscheid estabeleceu a sua famosa teoria (Whillenstheorie) que tende a analisar os componentes da vontade humana e a demonstrar que nesta vontade existe, efetivamente, um elemento que lhe permite emitir ordens. Mas esta teoria, que se situa a um nível de abstração demasiado elevado é muito contestada¹¹.

Tomado de uma análise fática Pellet, faz a defesa do voluntarismo jurídico por argumentos mais concretos. Se o direito se impõe a todos os membros da coletividade, é porque emana de uma vontade que é superior, não na essência, mas simplesmente porque é a vontade de um ser superior, que ocupa a posição suprema no seio da sociedade. Este ser superior seria o Estado. Desta forma, ao designá-lo, os voluntaristas penetram no direito público.¹⁸

¹⁷ PELLET, Allan. Direito Internacional Público. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenfian, 2003, pág. 100.

¹⁸ Idem.

Os juristas alemães sustentam que a regra de direito é fixada com a imposição de a ela obedecer e o próprio Estado, com autoridade mandante, superior aos seus sujeitos e dotado a este título enquanto pessoa moral, de uma vontade capaz de se impor às vontades individuais. O voluntarismo torna-se assim estatuísta e autoritário. Está estreitamente ligado e em harmonia com a soberania do Estado. A concepção de Rousseau, segundo a qual a vontade geral é superior às vontades particulares, não é mais liberal. Uma visão que não considera o paradigma político econômico atual, que é o paradigma neoliberal. Segundo Duguit, ela também é estatalista, pois em geral exprime-se na maior parte das vezes por intermédio dos órgãos estatais e sempre através de meios decididos exclusivamente pelo Estado. Visão que favorece uma concepção soberana e até autoritária, e porque não dizer, Enrico Grosso, em conformidade com uma argumentação estadista: “propõem como modelo para todas as relações sociais esta soma de relações verticais e pessoais entre o sujeito dotado de poder e os sujeitos obrigados a obedecer”.¹⁹

Evidencia-se que o voluntarismo acolhe o positivismo jurídico. Segundo Carré de Malberg Méi entre a forma e a matéria, o positivismo voluntarista escolhe a primeira, considera apenas o direito no seu aspecto formal (independente do questionamento de justiça, moral). Também é característico dessa corrente a concepção de vontade autônoma do Estado, dessa forma, absoluta.²⁰

Portanto o conceito de direito internacional só pode derivar da vontade dos Estados. São regras obrigatórias porque baseiam seu reconhecimento pelos Estados. O dilema está posto, à falta de autoridade superior na ordem internacional, privada do suporte institucional sobre o qual se apoia para fundamentar o caráter obrigatório do direito interno: “como pode ele explicar que um Estado soberano possa vincular-se unicamente pela sua própria vontade?”²¹

Quanto ao processo de codificação, segundo PELLET, a difusão das normas dependerá da sua confirmação pela prática estatal e do apoio que lhes for dado doutrinariamente: o compromisso inicial pode ser de novo posto em causa, à medida

¹⁹ GROSSO, Enrico. Opus cit. 155 aput ARNO; ODETE p. 45 2003

²⁰ CARRÉ DE MALBERG, Raymond Publisher: Paris : Recueil Sirey, p. 519-534, 1933.

²¹ PELLET, Allan. Direito Internacional Público. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenfian, 2003, pág. 101.

que se vai esbatendo a recordação das considerações diplomáticas na base do *package deal* e que os Estados particularmente interessados não estão já artificialmente colocados em pé de igualdade com os outros Estados. Dessa forma algumas convenções já nascem mortas assim como algumas leis.²²

Somente devem ser tomadas em consideração, as codificações aplicadas por sujeitos de direito internacional, competentes para estabelecer normas internacionais. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar (e mais a frente apontar outros sujeitos) que não é somente o Estado detentor do poder normativo internacional. Desta concepção voluntarista dentro do Direito Internacional, temos uma nova abordagem dos sujeitos internacionais. Onde podemos citar paralelo a evolução desta corrente de pensamento, fatos históricos determinantes.

Entende Accioly, que por mais de trezentos anos o direito internacional se ocupava unicamente dos Estados. Com a incorporação dos Estados Pontifícios ao Reino da Itália em 1870 questionava-se o fato de que os Estados continuavam a reconhecer o direito de legislação do Papa, ou seja, continuavam a manter os seus representantes junto a ele e a receber os seus anúncios. Tudo apontava que o Pontífice reunia em si todas as características tanto de Chefe dos Estados Pontifícios como Chefe da Igreja Católica. Portanto, o direito internacional passou a reconhecer na Santa Sé, a qualidade de sujeito do direito internacional.²³

“Sujeito do Direito Internacional é toda entidade jurídica que goza de direitos e deveres internacionais e que possua a capacidade de exercê-los. Esta noção foi definida com clareza pela CIJ em seu parecer consultivo, de 11 de março de 1949, no tocante às prestações por danos sofridos a serviço das Nações Unidas, ao declarar que era sujeito do Direito Internacional”²⁴.

Sabe-se que duas concepções são fortes no Direito Internacional. Uma concepção realista ou individualista, em que o destinatário do Direito Internacional, e

²² Idem.

²³ ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 2000 pág. 64.

²⁴ ACCIOLY 2000, pág. 64.

não só dele, mas de todos os ramos do direito, é o indivíduo. De outro lado, a corrente original entende que apenas os Estados podem ser sujeitos de Direito Internacional.

Outro ponto levantado pela doutrina é a personalidade da Nações Unidas. Atualmente, a personalidade internacional das Nações Unidas e de determinadas organizações internacionais não é contestada, mas quando da criação da Liga das Nações (LdN) a doutrina relutou em lhe reconhecer a qualidade de pessoa internacional, tanto assim que Siotto Pintor reagiu com ceticismo à iniciativa brasileira de nomear, em 1924, um representante permanente junto à organização. Paul Fauchille, contudo, ponderou que, embora a Liga das Nações não fosse um superestado, era com efeito sujeito do direito internacional.

“Ademais, entidades de libertação internacional à exemplo do caso da Palestina, do grupo Básko, paramilitares, rebeldes, organizações ditas terroristas como sujeitos do Direito Internacional. Contudo, mais claro o exemplo dos domínios britânicos antes de serem reconhecidos como Estados. Dentre os sujeitos, segundo ACCIOLY “cumpre citar o indivíduo, não como sujeito indireto de direitos e deveres internacionais, mas como sujeitos de direito”²⁵.

Continua, esclarecendo, que principalmente dentre os países remanescentes do comunismo, os países socialistas, corroborando com determinadas correntes doutrinárias, defendem que os direitos e os deveres de natureza internacional desfrutados tanto pelos indivíduos como pelas organizações internacionais decorrem exclusivamente da vontade do Estado. Dessa maneira, alegando que o Estado é o único sujeito do Direito Internacional. Há ainda, outros muitos sujeitos de direito internacional como as Igrejas, com a elaboração de suas encíclicas, por exemplo, abordados no item que trata da OMC e alguns sujeitos que tem grande impacto no direito internacional de forma negativa como as organizações criminosas e terroristas, desvinculadas de qualquer vontade estatal. Também existe uma certa dificuldade, em atribuir as pessoas jurídicas papel no direito internacional, por estas estarem inseridas em determinado Estado, subjugando-se as regras e soberania deste estado. Interessante pois o novo paradigma global, onde as corporações ganham traços

²⁵ Idem.

globais, não mais podendo ser totalmente ou até mesmo parcialmente, subordinadas a Estado determinado. A extraterritorialidade das empresas multinacionais ou transnacionais, extrapolam os interesses e controle de um Estado, fica impossível dessa forma não reconhecê-las como pessoa sujeito de direito internacional.²⁶

Relata Pellet, que as pessoas morais, como as pessoas físicas estão ligadas a cada Estado por um vínculo de nacionalidade definido discricionariamente por este. Em virtude desta liberdade, as soluções adotadas são tão diversas como para a nacionalidade dos indivíduos: ora é o critério de sede social que tem a preferência, ora o lugar da incorporação, ora ainda o do controle, ele próprio baseado na nacionalidade dos acionistas majoritários ou no das pessoas que dirigem efetivamente a sociedade.²⁷

“A importância do vínculo da nacionalidade das sociedades para fundamentar a competência pessoal do Estado não é menor do que para as pessoas físicas. Como estabeleceu a jurisprudência do TIJ, no caso *Barcelona traction*, isto reside no fato de o direito internacional reconhecer direitos diferentes à pessoa moral e aos acionistas, as pessoas físicas cujos interesses financeiros estão contudo ligados aos da sociedade.”²⁸

Afinal, segundo ele, quais seriam os critérios para a determinação da pessoa jurídica, no que toca por exemplo a questão da proteção diplomática? Continua o TIJ esclarecendo:

“(…) O direito internacional baseia-se ainda, que numa medida limitada, numa analogia com as regras que regem a nacionalidade dos indivíduos. A regra tradicional atribuída, é o direito de exercer a proteção diplomática de uma sociedade ao Estado sob cujas leis ela foi constituída e em cujo território tem a sua sede (…). No plano particular da proteção diplomática das pessoas morais, nenhum critério absoluto aplicável ao vínculo efetivo foi aceito de uma maneira geral” (Rec. 1970, p.43). O Tribunal recusara expressamente fazer aqui aplicação da jurisprudência *Nottebohm* ²⁹.

²⁶ ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 2000 pág. 64.

²⁷ PELLET, Allan. Direito Internacional Público. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenfian, 2003, pág. 508.

²⁸ PELLET, Allan. Rec. 1970, p. 35-36.

²⁹ Idem.

Havendo ressalvas a esta interpretação dada pelo Tribunal, como se pode observar em PELLET³⁰, “esta interpretação assemelhar-se-á a numerosas jurisdições nacionais, que só adotam o critério do controle efetivo em circunstancias excepcionais (tempo de guerra, em especial)”. As jurisdições hesitam em utilizar este critério porque muitas vezes é problemático, de fato, estabelecer a efetividade do controle exercido sobre uma sociedade. Em alguns casos essas organizações ganham “carta branca” ou até mesmo incentivos de países menos desenvolvidos para estabelecer-se, e ali passam a ter um poder muitas vezes político, mas principalmente econômico.

Em sua obra, Jean Touscoz, abre espaço não apenas para o Estado como único sujeito de Direito Internacional, embora dedique a esse maior atenção, entende ser ele o sujeito mais atuante:

“Apesar de sua extrema e efetiva diversidade, que tem conseqüências sobre a situação jurídica, os Estados constituem uma categoria jurídica única: têm todos as mesmas características jurídicas, o seu nascimento rege-se pelas mesmas regras, compõem-se todos de um território, de uma população e são dotados de uma organização política; o Direito Internacional tenta regular uniformemente os problemas postos pela sucessão de Estados. Mas estas aparente uniformidade jurídica não impede que os Estados, segundo o compromissos em que consentiram e os direitos que lhes são reconhecidos, se encontrem em situação jurídica muito diversas. O Direito Internacional retira ilacções das desigualdades de poder, quer para reconhecer aos Estados mais fortes certas prerrogativas, quer para fazer beneficiar os Estados privados de certos direitos específicos.”³¹

Trás o referido autor as características jurídicas do Estado, traçando na seqüência como este se forma, os seus requisitos (população, território e governo), fechando sua abordagem tratando de como se dá a sucessão do sujeito de Direito Internacional “Estado”. Divide este ponto no plano político, ocorrendo estas pacificamente por sucessões, ou sucessões violentas que envolvem conflito.

³⁰ PELLET, Allan. Direito Internacional Público. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenfian, 2003, pág. 508.

³¹ TOUSCOZ, Jean 1993, pág. 61.

“..por fusão e por cisão (ou deslocamento). No primeiro caso, dois Estados podem fundir-se em um só, há um Estado que se subdivide em dois ou mais Estados e desaparece ou então um novo Estado que nasce de uma proporção de território do estado predecessor que não desaparece. A cessão de território não se pode considerar um caso de sucessão.”³²

Temos dessa forma uma dinâmica, com o surgimento e desaparecimento de novos sujeitos dentro da ideia de que o número de Estados se alterem no tempo e no espaço. Contudo não é dessa forma de “novo sujeito” a que este trabalho se remete. É a ideia conceitual de que os novos sujeitos, classificados pelo autor como: os organismos internacionais, as pessoas coletivas não-estaduais, as organizações não governamentais e as pessoas singulares. As pessoas singulares em especial são consideradas para o autor detentoras de deveres, pois respondem penalmente tanto sendo elas agentes privados ou públicos, como tendo diretamente seus deveres consagrados através das proteções internacionais dos direitos das pessoas singulares, pondo por terra a ideia que estas só tivessem atuação como membros de determinado Estado.

Mister, ressaltar, que o sujeito de Direito Internacional, conforme sua capacidade legal, pode gozar limitadamente ou plenamente seus direitos, podendo por falta de regras internacionais aplicáveis a ele ³³, ser totalmente incapaz, mas isto não influi no seu status como sujeito de Direito Internacional.

A Corte Internacional de Justiça constatou que:

[...] Os sujeitos de direito em qualquer sistema legal, não são necessariamente idênticos em sua natureza ou na extensão de seus direitos, sua natureza depende da necessidade da comunidade. Durante toda a sua história, o desenvolvimento do Direito Internacional foi influenciado pelas premissas da vida internacional [...]³⁴

³² (TOUSCOZ, Jean. 1993, pág. 154.

³³ JO, Hee Moon. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: Ltr. 2004, p. 188. Acrescenta que, “[...] o primeiro passo é conquistar a personalidade legal internacional, para depois, em razão de possuírem direitos e obrigações, os sujeitos estão aptos a exercê-los e cumpri-los, por meio da prática daqueles atos”.

³⁴ WILSON, Heaather A. **International Law and the Use of Force BY National Liberation Movements**. Oxford: Clarendon Press, 1900, p. 7.

Tem o mesmo entendimento, o inglês e ex-ministro da Corte Internacional de Haia, Hersch Lauterpascht, que assim se manifesta:

[...] A prática internacional demonstra que as pessoas e organizações, além do Estado, frequentemente são sujeitos internacionais com direitos e responsabilidades; esse desenvolvimento não é consistente com a estrutura do direito internacional, pois nesse caso particular a pergunta é se são ou não são sujeitos de direito internacional, devendo essa pergunta ser respondida de maneira pragmática com base na atual conjuntura e pela razão que a lei distingui-se da noção pré-concebida de quem pode ser sujeitos de direito internacional [...] ³⁵

Diante do que foi exposto, observa-se que mesmo um sujeito possuindo capacidade jurídica limitada, tal fato não o impede de ser detentor do título de sujeito de Direito Internacional Público. Assim, dando prosseguimento ao capítulo, exemplificaremos os sujeitos que possuem capacidade limitada e os sujeitos com capacidade plena, tendo como ponto central desta pesquisa, os novos sujeitos de do Direito Internacional Público.

1.2 - Histórico da Subjetividade Internacional

É do conhecimento geral, explica Silva, que desde os primórdios dos tempos, o ser humano se esforça para se ver livre da tirania estatal, existindo desde a Antiguidade, normas que buscam regular as relações entre os diversos grupos humanos ³⁶.

Neste contexto, Altavila assevera que “Os direitos sempre foram espelhos das épocas e é a necessidade e o fato social, que modificam os sistemas de vida e a economia dos povos, através da renovação dos direitos”. Declara ainda, que a força

³⁵ LAUTERPACHT, Hersch. **The subjects of the Law of Nations**. London: Macmillan, 1947, p. 444.

³⁶ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. Belo Horizonte; Del Rey, 2002, p. 19.

dos direitos nunca procedeu do individualismo, pois o homem sempre foi o fio do tecido social, ou uma lasca da linha de cumieira das civilizações ³⁷.

Enfatiza-se ainda, que a subjetividade internacional é o reconhecimento da sua própria personalidade jurídica no âmbito internacional, onde os entes passam a ter existência legal na sociedade internacional. Portanto, acompanha as transformações das sociedades este conceito, conforme sua necessidade ³⁸.

Isto significava na Antiguidade, que apenas o indivíduo era considerado destinatário das normas jurídicas, restringindo-se, assim, as relações ao âmbito interindividual.

Certifica, Denise Sousa, que na época das Grandes Navegações e dos Descobrimentos Marítimos, durante a Idade Média, eram considerados como sujeitos de Direito Internacional Público, a Companhia das Índias, as Companhias Gerais Holandesas das Índias Ocidentais e as Índias Orientais, posto que possuíam a prerrogativa de firmar acordos de tréguas e tratados de paz, bem como declarar guerra. Foram se extinguindo, tais figuras, durante o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, tendo sido incorporadas ou dissolvidas pelo Estado-sede da qual eram originárias³⁹.

Mais tarde, deu-se início a um período de mais de trezentos anos, caracterizado pelo unitarismo estatal e centralização, ficando admitido pela Escola Positivista⁴⁰,

³⁷ ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos Direitos dos Povos**. São Paulo: Ícone, 2004, p. 11. Na Macedônia Grega, para a corrente individualista sustentada pelo jurista Politis, apenas o indivíduo era sujeito de direito, sendo restritas as relações internacionais ao âmbito interindividual. Isso porque considerava o Estado um instituição artificial e desprovida de personalidade jurídica, criada pelo homem para conseguir seus objetivos. SOUZA, Denise Silva de. **O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2004, p.33.

³⁸ JO, Hee Moon. **Introdução ao direito internacional**. São Paulo: Ltr, 2004, p. 188.

³⁹ SOUZA, Denise Silva de. **O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional**, Curitiba: Juruá, 2004, p. 33.

⁴⁰ César Amorim Krieger, ratifica o entendimento, ao afirmar que: “A Escola Positiva somente admitia como sujeitos dessa ordem, os Estados Civilizados, ou seja, aqueles formados pela cultura cristã, excluindo as demais unidades do poder de assumirem compromissos *iure gentium*.” KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 37. Esse entendimento, é também considerado pela Corte Internacional de Justiça, constando do seu art. 34, 1, que somente os Estados podem fazer parte. Disponível em [HTTP://www.un.org/spanish/aboutun/icjstat.htm](http://www.un.org/spanish/aboutun/icjstat.htm). Constata-se que foi reduzido os direitos dos homens aos que o Estado a estes concedia, colocando a ideia de que o direito é inteiramente inter-estatal, entre os Estados soberanos, motivo este, que ocasionou um enfraquecimento do próprio direito internacional. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito de direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadanis, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Daniele. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 03-04. A respeito do positivismo jurídico, Macedo explica que este trouxe a teoria do homem-objeto, ou seja, se a vontade cria o

apenas os Estados Civilizados”, como sendo sujeitos de Direito Internacional. Então, surge uma nova fase da história, destruindo a tese do unitarismo estatal e considerando a personalidade jurídica da Santa Sé, tornando-se esta como sujeito de Direito Internacional Público, após firmado o Tratado de Latrão, em 1929.

Acrescenta-se que, o Tratado de Latrão estabeleceu o Estado soberano da Cidade do Vaticano, declarando que o Catolicismo era a religião oficial da Itália. O acordo regulamenta as relações entre a Igreja e o Estado. A revisão da Concordata, em 1984, declarou que o Catolicismo não seria mais a religião oficial do Estado italiano. Salienta-se que, perante a legislação internacional, o Tratado de Latrão fixou desta maneira, o caráter internacional da Santa Sé, que mantém relações diplomáticas com outras nações. A esse respeito o Estado da Cidade do Vaticano foi instituído como “[...] uma realidade jurídico-política, à qual é necessário identificar e garantir a absoluta e visível independência da Sé Apostólica no exercício de sua elevada missão espiritual no mundo⁴¹.”

Ainda, César Amorim Krieger, a respeito da visão unitária do Estado, completa que:

[...] a visão estatocêntrica – o Estado como principal sujeito do Direito Internacional Público – deve-se à concepção que predominou sobre o Direito Internacional até o século XIX, que vigorou até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando foi criada a Organização da Nações Unidas, também chamada Liga das Nações.⁴²

direito, então os homens são sujeitos de direito interno, e os Estados, são sujeitos de direito internacional. MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. Outros atores da Sociedade Internacional. In: **Introdução às Relações do Comércio Internacional**. SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 156.

⁴¹ Disponível em: [HTTP://www.vaticanradio.org](http://www.vaticanradio.org).

⁴² KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário: o precedente do comitê internacional da cruz vermelha e o tribunal penal internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 45. Ainda, afirma que “um dos autores mais representativos do estatocentrismo daquela época foi o italiano Dionisio Anzilotti, tendo firmado em 1905, que a existência de outros sujeitos de direitos e obrigações distintos dos Estados era simplesmente inconcebível em Direito Internacional Público.” Idem, p. 45. Guido Soares acrescenta que “[...] A Primeira Guerra Mundial, simbolizou o fenômeno global que colocou em evidência o mundo já se encontra unificado, em todas as direções.” SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 30-31.

Exatamente, no final da década de 1940, diante de uma questão no qual a dúvida se a ONU teria ou não capacidade para apresentar uma reclamação internacional contra um Estado, é que a Corte Internacional de Justiça, em parecer consultivo de 1949, acerca da reparação por danos sofridos a serviço da Organização das Nações Unidas, asseverou que, em um sistema jurídico, os sujeitos de Direito não são necessariamente idênticos quanto à extensão de seus direitos ou a sua natureza, bem como a sua natureza depende das necessidades da comunidade.

Isto posto, pesquisando-se as prerrogativas supracitadas que tratam das cinco categorias fundamentais que levam um entidade a tornarem-se Sujeito de Direito Internacional Público, verifica-se que os indivíduos preenchem duas das cinco categorias, precisamente, somente a 1^a e a 5^a categoria.

Outrossim, diante da ausência de regulamentação que indique quem são os Novos Sujeitos de Direito Internacional Público, detentores da personalidade jurídica internacional, fica a doutrina encarregada de apresentá-los, motivo pelo qual, não temos unanimidade em seus entendimentos, podendo se apresentar de forma mais ampla ou mais restrita⁴³, conforme na sequência dessa abordagem se verifica o entendimento dos doutrinadores.

CAPÍTULO 2

DA PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

2.1 Corrente Clássica, Moderna e Extensiva

Após fazer uma profunda pesquisa em fontes bibliográficas existentes sobre o tema, pode-se concluir que é possível dividir em 3 correntes sobre a personalidade jurídica no âmbito internacional de acordo com o Direito Internacional Público. A

⁴³ SOUZA, Denise Silva de. **O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2004, p. 35.

primeira poderia ser chamada de clássica ampliada, a segunda de moderna e a terceira e última de extensiva pura.

Segundo a primeira corrente existem apenas 2 (dois) sujeitos com personalidade jurídica no âmbito internacional, são eles: os Estados e as Organizações.

Prelaciona Roberto Luiz Silva:

“O Estado possui personalidade jurídica originária. Dele emanam as normas de Direito Internacional da Sociedade Internacional. Ele possui realidade física: povo e território. Da manifestação de sua vontade nascem os demais sujeitos de Direito Internacional.”⁴⁴

E Francisco Rezek, enfatiza:

Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais - ONG: “A organização internacional carece dessa dupla dimensão material”. Ela é produto exclusivo de uma de uma elaboração jurídica resultante da vontade conjugada de certo número de Estados.”⁴⁵

No mesmo sentido, insta transcrever o posicionamento de Silva, segundo o qual:

“A personalidade jurídica das organizações internacionais é derivada, por carecerem da dimensão material, da realidade física presente nos Estados. Constituem realidade jurídica. Sua existência apóia – se nos tratados que a constitui, que são frutos de elaboração jurídica internacional. Assim, as organizações internacionais derivam do instrumento jurídico e da vontade dos Estados.”⁴⁶

Segundo Seidenfus,

[...] elas existem a partir da materialização de uma vontade cooperativa dos Estados, sendo sujeitos mediatos ou secundários do Direito Internacional, porque dependem da

⁴⁴ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p. 179.

⁴⁵ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Complementar**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 152.

⁴⁶ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p. 181.

vontade de seus membros para a sua existência e para a concretidade e eficácia dos objetivos por ela perseguidos.⁴⁷

No que diz respeito, às organizações Não Governamentais – ONG: “autores como João Mota de Campos apresentam a organização não governamental como uma das espécies do gênero organizações internacionais.⁴⁸” Tais instituições são uma característica da nova ordem internacional, sendo constituídas por particulares de diversas nacionalidades, e não por Estados, que, não possuindo fins lucrativos, destinam – se a ações de solidariedade internacional.

Ainda Silva acrescenta:

O conceito de organização não governamental é bastante genérico e engloba tanto as organizações que atuam em nível nacional quanto internacional. Suas atividades não se relacionam apenas com o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo ou com a proteção dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente apesar de se reconhecer nelas sua melhor forma de projeção internacional.⁴⁹

Já NguyenQuocDinh, define – as como:

[...]instituições criadas por iniciativa privada ou mista com exclusão de qualquer acordo intergovernamental que agregam pessoas privadas ou públicas suscetíveis de influenciar o desenvolvimento das relações internacionais.⁵⁰

Sinala-se, que a inclusão das Organizações Não Governamentais – ONG é uma inovação trazida pelo livro de Roberto Luiz Silva. Entre os defensores da abrangência das ONG’S temos João Mota de Campos, para quem estas seriam um gênero das Organizações Internacionais, e por isso merecem a extensão de

⁴⁷ SILVA, 2008, p.179. apud. SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 53-54.

⁴⁸ SILVA, 2008, p.185. apud. CAMPOS, João da Mota de (Coord.). Organizações Internacionais. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 1999, p.22. Afirma ser o termo “organizações internacionais” uma designação ampla, abarcando duas realidades bem distintas: as organizações internacionais propriamente ditas, correntemente chamadas de organizações intergovernamentais (OIG), e as organizações não governamental.

⁴⁹ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**.3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p. 184.

⁵⁰ SILVA, 2008, p.184. apud. Vide *Droit International Public*, p. 563.

personalidade jurídica. A base desta primeira corrente baseia – se no fato de que só tais sujeitos têm competência para celebrar os tratados, acordos e outros institutos relacionados no âmbito internacional.

Já a segunda corrente diz que seriam 3 (três) os agentes com personalidade jurídica no âmbito internacional, são eles: os estados, as organizações e os seres humanos. Esta corrente é chamada de concepção-corrente moderna. Esta corrente se fundamenta, no fato de que o ser humano deve ser visto como sujeito de direito e deveres, mas nunca como objeto do mesmo. É a ampliação da área de atuação do direito internacional público.

Contudo, a terceira e última corrente diz que seriam 4 os entes que possuem personalidade jurídica no âmbito internacional, são eles: os Estados, as Organizações Intergovernamentais, os indivíduos e as empresas multinacionais. Esta corrente é chamada de corrente-concepção extensiva. A base desta corrente é alicerçada no fato de que hoje às empresas tem uma crescente influência no âmbito nacional e isto, refletiria no âmbito internacional.

Ressalte-se que a concepção moderna-extensiva sofre uma grave crítica do seguidor da concepção clássica, Francisco Rezek, que afirma que os direitos dos seres humanos só foram conseguidos graças aos tratados, e que os mesmos podem ser revogados a qualquer tempo. No mais, argumenta que os seres humanos não possuem capacidade para celebrar tratados. Quanto à competência negocial dos tratados Francisco Rezek leciona: “todo estado soberano tem capacidade para celebrar tratados, e igual capacidade costumam ter as organizações internacionais.”⁵¹

Eis a fundamentação de acordo com Rezek o porquê das empresas e os indivíduos não possuem a personalidade jurídica no âmbito internacional:

“Não tem personalidade jurídica de direito internacional os indivíduos, e tão pouco as empresas, privadas ou públicas.

⁵¹ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Complementar**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Há uma inspiração generosa e progressista na idéia, hoje insistente, de que essa espécie de personalidade se encontra também na pessoa humana – de cuja criação, em fim de constas, resulta toda a ciência do direito, e cujo o bem é a finalidade primária do direito. Mas daí partirmos para formular a tese de que a pessoa humana, além da personalidade jurídica que lhe reconhecem o direito nacional de seu Estado patrial e os dos demais Estados, tem ainda – em certa medida, dizem alguns – personalidade jurídica de direito internacional, enfrentaremos em nosso discurso humanista o incômodo de dever reconhecer que a empresa, a sociedade mercantil, a coisa juridicamente inventada com o ânimo do lucro á luz das regras do direito privado de um país qualquer, também é – e em maior medida, e há mais tempo – uma personalidade do direito das gentes. Para que uma idéia científica – e não simplesmente declamatória – da personalidade jurídica do indivíduo em direito das gentes pudesse fazer algum sentido, seria necessário pelo menos que ele dispusesse da prerrogativa ampla de reclamar, nos foros internacionais, a garantia de seus direitos, e que tal qualidade resultasse de norma geral. Isso não acontece. Os foros internacionais acessíveis a indivíduos – tais como aqueles, ainda mais antigos e numerosos, acessíveis a empresas – são em virtude de um compromisso estatal tópico, e esse quadro pressupõe a existência, entre o particular e o Estado co-patrocinador do foro, de um vínculo jurídico de sujeição, em regra o vínculo de nacionalidade. Se a Itália entendesse de retirar-se da União Européia, particulares italianos não mais teriam acesso à Corte de Luxemburgo, nem cidadãos ou empresas de outros países comunitários ali poderiam cogitar de demandar contra aquela república”.⁵²

Rezek coloca essa crítica ferrenha, pois de acordo com ele, só será legítimo para que tenha a personalidade jurídica no âmbito internacional, aquele que tem a capacidade para celebrar os tratados e os acordos internacionais, ademais, só se enquadrariam nestes casos os Estados e as Organizações Intergovernamentais, pois o ser humano é o objetivo-destinatário-fim para a celebração dos tratados, e não o instrumento para a celebração dos mesmos, quanto às empresas tanto de constituição pública ou privada o maior intuito delas é o lucro. No entanto, se for buscado a resposta em Kelsen, encontrar-se-á mais perguntas, pois o autor examina o domínio pessoal da validade de Direito Internacional, perguntando-se pelos sujeitos cujas

⁵² Rezek, Francisco; Direito Internacional Público/Curso Complementar, 2008, Editora: Saraiva, São Paulo/SP, 11ª Edição. 2ª tiragem (Inteiramente Revista e Atualizada), Página: 153.

condutas são regulamentadas por meio do Direito Internacional. Ou seja, passa a demonstrar que a validade do Direito Internacional desconhece limites também no que se refere a este aspecto.

Pode-se observar, que o autor chama a atenção para uma restrição resultante da natureza do Direito, o qual é, essencialmente, a regulamentação da conduta humana.

“O Direito é a categoria, também o Direito Internacional é a regulamentação da conduta humana. É às pessoas que se aplicam as normas de Direito Internacional; é contra pessoas que estabelecem sanções; é às pessoas que é confiada a competência de criar as normas. Quando o Direito Internacional fixa obrigações, responsabilidades e direitos (assim deve proceder, se for ordem jurídica), essas obrigações, responsabilidades e direitos podem apenas ter a conduta humana como seu conteúdo, pois uma obrigação que não fosse a obrigação de uma pessoa de se comportar de determinada maneira não seria obrigação jurídica; responsabilidade que não consiste em sanção executada por pessoas e direcionada por pessoas não seria responsabilidade jurídica. De forma similar, Direito que não consistisse em poder, competência ou capacidade, que se manifestar por alguma ação humana, não seria propriamente Direito. Se obrigação, responsabilidade e direito são apenas fórmulas vazias, palavras sem sentido.”⁵³

2.2 - Os Estados

Independentemente de sua organização interna, os Estados ainda conformam neste momento da história, o coração do sistema de normas que compõe o Direito Internacional. São eles, os Estados,⁵⁴ os sujeitos por excelência do Direito Internacional. A interdependência, ou seja, a soberania e a independência, dos Estados continuam sendo os principais pressupostos do Direito Internacional Público.⁵⁵

⁵³ Kelsen, Hans. *Princípios de direito internacional*. 2010. p. 139.

⁵⁴ O professor Paulo Cruz enfatiza que “a palavra Estado para designar unidades políticas independentes, como está consagrada no livro *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel editado em 1513, se generaliza a partir dos *Tratados de Westfália de 1648*.” Cruz, Paulo. *O Estado como principal sujeito da sociedade internacional. Introdução às Relações do Comércio Internacional*. Joana Stelzer (org). Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. 2007. p. 49.

⁵⁵ Higgins, Rosalyn. *Problems & Process: international Law and how to use it*. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 39. Concorde com tal entendimento Ricardo Seintenfus observando que: Os Estados constituem, como já se afirmou diversas vezes neste livro, o sujeito por excelência do direito internacional. Não há

São indispensáveis para sua caracterização, alguns requisitos para o Estado - o principal sujeito do Direito Internacional Público, quais sejam: população permanente, território determinado, governo efetivo estável e soberano e capacidade de entrar em relações com os demais Estados⁵⁶. Apresentando estes requisitos, a comunidade internacional pode efetivamente considerar a existência de um Estado.

Sabe-se que os estados são a exteriorização da vontade do seu povo, no objetivo de defender os seus interesses e direitos em qualquer âmbito que necessitarem.

Francisco Rezek, afirma: “O Estado, personalidade originária de direito internacional público, ostenta três elementos conjugados: uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre essa área, e uma forma de governo não subordinado a qualquer autoridade exterior.”⁵⁷

Destaca assim, que o estado é composto pelo trinômio: Povo, Território e Governo Soberano. Povo: são as pessoas, englobando – se naturais e naturalizados, que vivam no país e são governados por um poder soberano, independente e idealmente de forma democrática.

dúvidas de que a organização internacional também o é, embora sob a condição de sujeito derivado, relativamente à vontade primeira do Estado. Ocorre que outros atores vêm-se igualmente implicados, do ponto de vista jurídico, na cena internacional.” SEITENFUS, Ricardo, VENTURA, Deisy. **Direito Internacional público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 64. Diz ainda, o art. 3º da Carta da ONU: “Os membros originais das Nações Unidas serão os Estados que tendo participado da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, realizada em São Francisco, ou, tendo assinado previamente a Declaração das Nações Unidas, de 1 de Janeiro de 1942, assinarem a presente Carta, e a ratificarem, de acordo com o Artigo 110”. Disponível em: www.un.org. Ainda, o Artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acrescenta: “A República Federativa do Brasil rege-se suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I) independência nacional; II) prevalência dos direitos humanos; III) autodeterminação dos povos; IV) não-intervenção; V) igualdade entre os Estados; VI) defesa de paz; VII) solução pacífica dos conflitos; VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X) concessão de asilo político”. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. 35. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

⁵⁶ É referente ao artigo 1º da Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados: “[...] O Estado como pessoa de Direito Internacional deve reunir os seguintes requisitos: I) População permanente; II) Território determinando; III) Governo; IV) Capacidade de entrar em relação com os demais Estados.” BARRAL, Weber. **Direito Internacional: normas e práticas**. Florianópolis: Boiteux, 2006, p. 57.

⁵⁷ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Complementar**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 161.

Para Von Liszt, povo é a comunidade humana que habita um território determinado e está governada por um poder soberano e independente.”⁵⁸

Por sua vez, território de acordo com Kelsen é: “o território de um estado é, no sentido de se compreender os limites da jurisdição, o espaço no qual seus órgãos estão autorizados pelo Direito Internacional a executar a ordem jurídica nacional”⁵⁹.

Além de compreender o espaço físico, o território é o lugar aonde o povo vive e submete – se à autoridade competente, ou seja, ao governo.

Portanto “Governo é :“O conjunto de instituições, organizações e lideranças responsáveis pela administração pública e pela direção dos Estados. O conceito de governo abrange as possibilidades de participação no poder de regimes políticos, os princípios de legitimação do poder de regimes de governo, e as formas de exercício de poder de formas de governo.”⁶⁰

Podemos dizer que governo soberano é a instituição que “direciona” o povo para um bem maior e atua dentro do território, de forma plena e sem intervenção internacional.

Francisco Resek comenta:

“[...]A soberania não é apenas uma idéia doutrinária fundada na observação da realidade internacional existente desde quando os governos monárquicos da Europa, pelo século XVI, escaparam ao controle centralizante do Papa e do Sacro Império romano – germânico. Ela é hoje uma afirmação do direito internacional positivo, no mais alto nível de seus textos convencionais. A Carta de ONU diz, em seu art. 2, § 1º, que a organização “é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”. A Carta da OEA estatui, no art. 3º, “f”, que “a ordem internacional é

⁵⁸ SILVA, Roberto Luiz. apud.: VON LIZST, Franz, op. cit., p. 83. **Direito Internacional Público**.3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p. 187.

⁵⁹ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**.3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008. , p.179. apud. Tal definição justifica a participação da Palestina (OLP) nos foros da ONU, embora não possua as características de Estado como conhecido em nosso direito interno.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.varican.xpg.com.br/varican/Bpolitico/governo.htm>.

constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados”. De seu lado, toda a jurisprudência internacional, aí compreendido a da Corte de Haia, é carregada de afirmação relativa à soberania dos Estados e à igualdade soberana que rege sua convivência”⁶¹

Entretanto, como quase sempre no direito temos uma exceção, a Santa Sé, embora não reúna os mencionados requisitos para a configuração de um Estado, pois este não possui nacionais, será ela equiparada a um estado. Toda sua população já tem uma nacionalidade.

Exemplificando, nenhum papa perde a sua nacionalidade originária e nem adquire uma segunda nacionalidade, continuam com a sua nacionalidade originária.

Até 1929, a Santa Sé e o Estado Italiano eram algo único, entretanto em 11 de fevereiro do ano citado, assinaram um acordo em que a Santa Sé reconhecia o estado italiano, cedendo a este todas as terras dos estados pontifícios. A Itália reconhecia o Vaticano como país independente dentro da cidade de Roma e o papa como soberano, cedendo a igreja de São Pedro para ser a sede oficial da Santa Sé.

Deveras oportuno apresentar-se a história da Santa Sé, e o porquê do Tratado de Latrão e como se deu este:

“Em 756, Pepino, o Breve, rei dos francos, deu ao Papa um grande território no centro da Itália. Só acabou a existência destes Estados Pontifícios quando, em 1870, as tropas do rei Vítor Emanuel II entraram em Roma e incorporaram esta última parte do território que tinha o Papa no novo Reino da Itália, dando início assim à Questão Romana. O Papa recusou-se a sair do Vaticano, para não reconhecer, pondo-se baixo a proteção das novas autoridades, a dependência delas, e considerou-se “prisioneiro” no Vaticano. Foi criado em 11 de fevereiro de 1929 um novo estado, por meio do Tratado de São João Latrão ou simplesmente Tratado de Latrão, assinado pelo ditador fascista Benito Mussolini, então chefe do Governo italiano, e o cardeal Pietro

⁶¹ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Complementar**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 225.

Gasparri, secretário de Estado da Santa Sé. Este Tratado formalizou a existência do Estado do Vaticano (cidade do Vaticano), Estado soberano, neutro e inviolável, sob a autoridade do papa, e os privilégios de extraterritorialidade do palácio de Castelgandolfo e das três basílicas de São João de Latrão, Santa Maria Maior e São Paulo Extramuros. Por outro lado, a Santa Sé renunciou aos territórios que havia possuído desde a Idade Média e reconheceu Roma como capital da Itália. O acordo também garantiu ao Vaticano o recebimento de uma indenização financeira pelas perdas territoriais durante o movimento de unificação da Itália. O documento estabeleceu normas para as relações entre a Santa Sé e a Itália, reconheceu o catolicismo como religião oficial desse país, instituiu o ensino confessional obrigatório nas escolas italianas, conferiu efeitos civis ao casamento religioso, aboliu o divórcio, proibiu a admissão em cargos públicos dos sacerdotes que abandonassem a batina e concedeu numerosas vantagens ao clero. O tratado foi incorporado à Constituição italiana em 1947, com a condição de que o papa deveria jurar neutralidade eterna em termos políticos. O papa poderia atuar como mediador em assuntos internacionais, mas só quando fosse solicitado. Em 1978, os termos desse acordo concordatário foram reformulados e o catolicismo deixou de ser a religião oficial da Itália, tornando-se um Estado laico. Nesse mesmo ano, as relações do Vaticano com a Itália deterioraram-se com a aprovação do divórcio naquele país. Em fevereiro de 1984, uma concordata firmada entre a Santa Sé e o governo italiano modificou alguns termos do Tratado de Latrão. Aboliu a obrigatoriedade do ensino religioso, que passou a ser oferecido somente a pedido dos pais dos alunos. O Vaticano permaneceu como estado soberano, governado pelo papa e com sede em Roma, que, contudo, perdeu o título de "cidade sagrada".⁶²

De forma sábia, Rezek coloca este Estado, como “um caso único de personalidade jurídica anômala.”⁶³ Pois, sua personalidade não é originária e sim adquirida por um Tratado, entre a Itália e a Santa Sé, do qual se deu o nome de Tratado de Latrão.

⁶² Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Latr%C3%A3o, acesso em 04/04/2009.

⁶³ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Complementar**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 242.

Após analisar o que seja Estado, suas características e sua exceção, conceituaremos a personalidade jurídica do estado. A personalidade jurídica do estado é originária, pois dele advém todos os direitos e deveres do seu povo no âmbito internacional. Ou seja, ela participa da criação dos ordenamentos jurídicos, ele é o “ab initio”. Este é o meio, para um fim muito maior, a proteção do ser humano.

No presente caso, é unânime a posição da doutrina quanto a aceitação do Estado como sujeito de Direito Internacional. Por isto, não irá se aprofundar nessa questão, porque os Estados possuem todos os requisitos elencados pela doutrina⁶⁴ para sua aceitação como sujeito de Direito Internacional Público. Focará, portanto, atenção para os outros novos sujeitos de Direito Internacional, especificamente, a situação das organizações governamentais e não governamentais, transnacionais e os indivíduos.

2.3 - As Organizações Internacionais Governamentais

Assim como os Estados são considerados pela doutrina majoritária como sujeitos do Direito Internacional, as Organizações Internacionais se direcionam pela mesma premissa.

Sinalam, Ricardo Seintenfus e Deisy Ventura:

“As organizações internacionais são associações voluntárias de Estados, constituídas através de um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns

⁶⁴ Referem-se os requisitos a: 1) capacidade de firmar Tratados ou Convenções ; 2) capacidade dos Estados integrarem como partes às obrigações internacionais de reparação de danos, originadas de um ilícito internacional; 3) capacidade de acesso aos procedimentos contenciosos internacionais; 4) capacidade dos Estados se tornarem membros e de participarem plenamente da vida das organizações internacionais intergovernamentais; 5) capacidade de estabelecer relações diplomáticas e consulares com outros Estados. SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 146-149.

por intermédio de uma permanente cooperação entre os seus membros.”⁶⁵

Destaca-se que, as Organizações Internacionais são diferentes dos Estados, já que estas possuem uma jurisdição funcional, limitada pelo tratado que a constitui, ao oposto do Estado que tem uma jurisdição ampla.⁶⁶ Conforme a visão de Ricardo Seintenfus e Deyse Ventura, as Organizações Internacionais possuem como características o regionalismo, a multilateralidade, a permanência e a institucionalização⁶⁷, ou seja, têm uma composição interestatal, dentro de uma estrutura orgânica permanente, independente de seus Estados-membros. Além do mais, afirmam que são os Estados seus próprios criadores e que seu nascimento determina uma vontade estatal⁶⁸.

Neste momento, menciona-se o caso do Conde Folke Bernadotte, que conferiu as Organizações Internacionais o *status* de Sujeito de Direito Internacional Público. Este caso, que opôs Israel às Nações Unidas em 1948, é um exemplo de conflito entre um Estado e uma organização internacional. Bernadotte havia sido enviado pelo Conselho de Segurança para ajudar a apaziguar no conflito entre israelenses e palestinos, quando foi morto num atentado durante sua missão⁶⁹. Trata-se, atualmente, como típica proteção funcional, que ocorre nos casos em que as organizações internacionais podem tomar para si os litígios referentes a danos sofridos por seus agentes, quando em exercício⁷⁰.

Sobre o fato aludido, a Corte Internacional de Justiça, assim complementa:

[...]As Organizações são pessoas internacionais. Certamente não é a mesma coisa dizer que esta é um Estado, pois não é, ou que possui igualmente aos Estados personalidade legal, direitos e deveres internacionais,

⁶⁵ SEITENFUS, Ricardo, VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 91. Ver artigos 2 e 6 da Carta da ONU: Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>

⁶⁶ JO, Hee Moon. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: LTr, 2004, p. 322.

⁶⁷ SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 59.

⁶⁸ Idem, p. 59.

⁶⁹ Disponível em: http://notasdeaula.org/dir4/direito_int_publico_11-11-09.html

⁷⁰ Disponível em: <http://dipundb.blogspot.com.br/2009/03/protecao-diplomatica.html>

possuindo capacidade de reivindicar internacionalmente que seus direitos sejam segurados.⁷¹

Enuncia-se que a primeira Organização Internacional de caráter universal foi a Liga das Nações⁷², ou também denominada Sociedade das Nações, fundada em 1919, fundamentada nos princípios da igualdade entre os Estados Soberanos e da segurança coletiva, objetivando a paz através de mecanismos jurídicos⁷³, a qual permaneceu por anos, porém, decaiu e em 1945 surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU).⁷⁴

Ainda enfatiza-se, a existência de Organizações Internacionais Especializadas que apresentam caráter técnico e administrativo, criadas por acordo firmado entre Estados. No entanto, não podem ser consideradas como sendo um de seus órgãos, mesmo tendo laços formais com as Nações Unidas. Elas conservam independência jurídica e de conteúdo.⁷⁵

Enumera-se algumas destas Organizações: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para o

⁷¹ WILDON, Heather A. **International Law and the use of force by national liberation movements**. Oxford: Clarendon Press, 1988, p. 7.

⁷² Accioly acrescenta que: “discuta-se sobre a Liga das Nações possuía personalidade internacional, se era sujeito de Direito Internacional. A redação do Pacto não era de molde a auxiliar as interpretações daqueles que assim pensavam, ao contrário do que ocorre com a Carta das Nações Unidas, que reconhece a capacidade da organização de firmar tratados – a sua sede tem foros de extraterritorialidade, os seus funcionários gozam de prerrogativas e imunidades tendentes a facilitar-lhes o exercício de funções e o artigo 104 regula que a Organização gozará no território de cada um de seus membros da capacidade jurídica necessária ao exercício de suas funções e à realização de seus propósitos. Em outras palavras, hoje não existem dúvidas a respeito da personalidade internacional das Nações Unidas, tampouco das organizações especializadas internacionais, bem como das principais organizações regionais, como é o caso da Organização dos Estados Americanos (OEA) e das europeias”. SILVA, G. E. do Nascimento e ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 207.

⁷³ SEITENFUS, Ricardo. VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 89.

⁷⁴ SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 103-105. Assevera o autor que: “Reunidos em São Francisco (EUA), cinquenta e um Estados aprovaram a Carta das Nações Unidas em 25 de Junho de 1945.” Idem, p. 125.

⁷⁵ SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 181-182.

Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial do Comércio (OMC).⁷⁶

Também, não podemos deixar de acrescentar a Organização dos Estados Americanos (OEA), as Organizações Regionais não-Americanas, bem como as Organizações de Cooperação Econômica das Américas.

Verifica-se que as Organizações Internacionais , têm somente a capacidade de celebrar tratados. Sobre a capacidade das Organizações Internacionais, o jurista Antônio Augusto Cançado Trindade afirma que esta capacidade se comparada com a capacidade dos Estados⁷⁷, é limitada.

2.4 - Distinção entre Organizações Internacionais Governamentais e Não-Governamentais

Duas são as espécies de organizações. Em primeiro plano, tem – se as organizações intergovernamentais. Estas são uma criação dos Estados, ou seja, possuem a personalidade internacional indireta. Entretanto, as organizações não-governamentais, às ONG'S, são uma inovação jurídica, pois estas não possuem fins lucrativos e destinam – se a ações de solidariedade internacional. Seitenfus as define como organizações privadas, movidas pela solidariedade transnacional, sem fins lucrativos.⁷⁸ Organização intergovernamental (OI), também conhecida como organização governamental internacional (OGI), é uma organização composta principalmente de estados soberanos (referido como Estados-Membros), ou de outras organizações intergovernamentais. As organizações intergovernamentais são frequentemente chamados de organizações internacionais , embora esse termo pode

⁷⁶ SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2005, p. 181-182.

⁷⁷ Cançado sinala em sua obra que “devido se buscar uma fórmula suficientemente flexível relativa à capacidade das Organizações Internacionais de modo a cobrir todas as soluções possíveis a respeitar a grande diversidade existente. As observações sobre a matéria encaminhadas em 1973 pelos governos á VI Comissão da Assembléia Geral da ONU, favorecem fórmulas que precisamente ressaltem o direito peculiar a cada organização. Assim, dispõem o artigo 6 do presente projeto que no caso das Organizações Internacionais a capacidade de concluir tratados é determinadas pelas regras relevantes de cada organização”. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 2 ed. Belo Horizonte: Del REY, 2002, P. 210.

⁷⁸ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p.184. apud. SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.*, p. 249.

também incluir organização não-governamental internacional, como internacional sem fins lucrativos (ONGs) ou empresas multinacionais. As organizações intergovernamentais globais geralmente são abertas à participação de nações do mundo inteiro, desde que sejam cumpridos certos critérios. Esta categoria inclui as Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, a União Postal Universal, a Interpol, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial das Alfândegas (OMA), e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já as organizações intergovernamentais regionais são abertas a membros de uma determinada região ou continente do mundo. Esta categoria inclui o Conselho da Europa (CoE), da União Europeia (UE), da NATO, a OSCE, a União Africana (UA), a Organização dos Estados Americanos (OEA), Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Liga Árabe e a União das nações sul-americanas (UNASUL).⁷⁹

As Organizações internacionais Governamentais (OIG) são associações voluntárias de sujeitos de direito internacional (sempre Estados), constituída mediante ato internacional (geralmente um tratado), de caráter relativamente permanente, dotada de regulamento e órgãos de direção próprios, cuja finalidade é atingir os objetivos políticos, econômicos, sociais, culturais, bélicos dentre outros objetivos comuns determinados por seus membros constituintes.⁸⁰

As OIG's, uma vez constituídas, adquirem personalidade internacional independente da de seus membros constituintes, podendo, portanto, adquirir direitos e contrair obrigações em seu nome e por sua conta, inclusive por intermédio da celebração de tratados com outras organizações internacionais e com Estados, nos termos do seu ato constitutivo. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, de 1986, buscou disciplinar as normas de direito internacional aplicáveis ao poder convencional das organizações internacionais. Nos termos de seu ato constitutivo, as organizações internacionais possuem o direito de legação, podendo manter relações diplomáticas com outros sujeitos de direito internacional. Em geral, tanto o direito de

⁷⁹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_intergovernamental

⁸⁰ Disponível em: <http://relinter.webs.com/organizaesinternacionaisgovernamentais.htm>

legação ativo (enviar representante) como o passivo (recebê-lo) são exercidos por meio de observadores. No caso do direito de legação passivo, a organização internacional pode celebrar tratados ("Acordos de Sede") com o Estado em cujo território está localizada, de maneira a estender, aos observadores que recebe, privilégios e imunidades. Em direito internacional, o termo *organização internacional* aplica-se apenas às organizações constituídas por Estados, e não às chamadas organizações não-governamentais, formadas pela sociedade civil e que podem, eventualmente, ter interesses e atuação internacionais.⁸¹

2.5 - As Organizações Não-Governamentais (ONG's)

As Organizações Internacionais Não - Governamentais (OING) ou também chamadas de Organizações Não - Governamentais Sem Fins Lucrativos, também conhecidas pelo acrônimo ONG, são associações do terceiro sector, da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade. Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim. Atualmente estudiosos têm defendido o uso da terminologia *organizações da sociedade civil* para designar as mesmas instituições.⁸²

Perfeitamente, pode-se verificar, que às ONG'S, são uma inovação jurídica, pois estas não possuem fins lucrativos e destinam – se a ações de solidariedade internacional. Seitenfus as define como organizações privadas, movidas pela solidariedade transnacional, sem fins lucrativos. ⁸³ Por elas possuírem um objetivo nobre e uma grande influência no âmbito internacional elas também possuem a

⁸¹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_internacional

⁸² Disponível em: <http://relinter.webs.com/organizaesinternacionaisnogovernamentais.htm>

⁸³ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p.184. apud. SEITENFUS, Ricardo. Op. cit., p. 249.

personalidade jurídica, pois são uma subdivisão das Organizações. Entretanto, estas sofrem uma grave crítica do ilustre doutrinador Roberto Luiz Silva, este diz:

“O certo é que elas não possuem personalidade jurídica de Direito Internacional, sendo sujeitas apenas de Direito interno, apesar de suas atuações explorarem os limites territoriais e jurisdicionais dos Estados soberanos”.⁸⁴

Porém não há um entendimento pacífico, se as ONG'S possuem ou não personalidade jurídica no âmbito internacional, todavia estudos recentes defendem que estas possuem a referida personalidade jurídica. Argumenta-se que o propósito dessas instituições é muito maior, o bem da coletividade. Os Estados também têm esse fim, por analogia a isso, e por muitas vezes fazerem o papel dos Estados, elas teriam que possuir a personalidade jurídica. Temos como exemplos a WWF, GREENPEACE, dentre outras.⁸⁵

Ressalta-se, que a independência de ONG's perante os Estados é muito relativa, pois normalmente elas são aceitas por eles sob a condição de não os criticar no seio das organizações internacionais.

De qualquer forma, o reconhecimento de atores como ONG's já é uma realidade que provavelmente ilustra uma tendência mundial no futuro próximo. Fica aqui demonstrada a sua importância. Dando prosseguimento ao nosso tema, temos uma abordagem sobre a evolução do conceito de sujeito internacional abrangendo outras fontes.

⁸⁴ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, p.185 apud. SEITENFUS, Ricardo. Op. cit., p. 249.

⁸⁵Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10736.

2.6 - Evolução do conceito de sujeito internacional abrangendo outras fontes

Segundo, diversos autores, dentre os quais Eric Suy, Bisconttini e Jacques Bentz, temos basicamente quatro fontes do direito internacional. Sendo que as fontes formais defendidas pelo voluntarismo, não são exclusividade estatal:

“As mais importantes **fontes formais** do DI positivo são os **tratados** e os **costumes**, sendo que podem ser ainda acrescentadas as **resoluções das organizações internacionais** e os **princípios gerais de direito**. A questão dos atos unilaterais serem considerados como fonte formal é ainda bastante debatida entre os doutrinadores”.⁸⁶

Aqui já podemos suspeitar da teoria que preconiza o Estado como única fonte de direito formal, para mais tarde apontar como evoluiu o conceito de sujeito abrangendo outras fontes. Mesmo que considerando que estes são manifestações da vontade do Estado, as demais fontes do direito internacional não podem ser consideradas sem levar em consideração outros sujeitos na cena internacional.

Entende de forma semelhante Kelsen, quando explica que são diferentes as fontes do direito internacional e considera que a aplicação deste ainda é deixada para o Estado, reconhecendo o crescimento do estabelecimento de organizações internacionais que instituem tribunais e organismos internacionais de execução:

“A mais importante diferença entre Direito Internacional e Nacional consiste no fato de que aquele é uma ordem coercitiva um tanto descentralizada, e este uma ordem coercitiva bastante centralizada. Esta diferença se materializa nas diferentes formas com que as normas das duas ordens são criadas e aplicadas. Os costumes e os tratados, as fontes principais de Direito Internacional, são formas descentralizadas de criação do Direito; a fonte principal de Direito Nacional, a legislação, é uma forma centralizada de criação de Direito. Ao contrário do Direito Nacional, que confere aos tribunais a competência para aplicar o Direito e a órgãos especiais o poder exclusivo de executar as sanções, não há no Direito Internacional geral nenhum órgão centralizado para a aplicação do Direito e, especialmente, não há órgãos especiais para a execução de sanções. Essas funções são deixadas aos Estados, que são

⁸⁶ ERIC SUY, 1962; BISCONTTINI, 1951; JACQUES BENTZ, 1963. Apud MELLO 1995, p. 6.

sujeitos de Direito Internacional. No Direito Internacional particular (convencional), porém, a criação e a aplicação do Direito podem ser centralizadas – e efetivamente o são em muitos casos; e esse processo de centralização está crescendo constantemente pelo estabelecimento de organizações internacionais que instituem tribunais e organismos internacionais de execução.”⁸⁷

Assim sendo, o costume, também fonte do direito internacional, atua no seu âmbito quando o juiz individual, ONG, corporação multinacional ou outro sujeito interfere no direito consuetudinário, este anterior a própria concepção moderna de Estado.

As resoluções das organizações internacionais também podem ser consideradas como atuação supra estatal, e para além da vontade individual desse. Com a progressiva erosão da concepção clássica de soberania, cada vez mais esta foi reconduzida a um núcleo essencial.

“(…) Na verdade, o dogma do caráter único e exclusivo do vínculo de nacionalidade repousava numa concepção clássica da soberania e do poder em que esta se desentranha na ordem interna. Mas essa mesma concepção, agora na ordem internacional, postulava a liberdade absoluta dos Estados na definição do círculo dos seus nacionais, o que evidentemente trazia em si a natural possibilidade de conflitos positivos e negativos como resultado da aplicação das diversas leis estaduais em matéria de nacionalidade. E a confirmação desta situação, no plano da ordem internacional, está nos reduzidos limites que este ordenamento viria a conseguir impor à liberdade dos Estados em sede de direito da nacionalidade e à quase universal consagração da idéias de que esta matéria constituía afinal uma *domaine réservé* da competência estadual”.⁸⁸

A densificação obtida por estas novas entidades supranacionais, a exemplo da EUA, levou ao estabelecimento de laços diretos entre os novos sujeitos do direito internacional e os indivíduos que constituem o seu cimento humano.

⁸⁷ KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010, p. 493.

⁸⁸ Dall Ri JÚNIOR; Arno. ODETE . 2003, p. 283.

De forma contraditória reafirmou a participação no direito internacional dos órgãos internacionais e mesmo das organizações não governamentais, ao tempo em que só as reconhecia perante a ratificação estatal.

O ponto de partida dos processos de codificação pode resultar de iniciativas estatais, de sugestões de órgãos internacionais e mesmo de organizações não governamentais. Essa última hipótese é importante para as codificações de direito privado⁸⁹ e de direito humanitário,⁹⁰ mas só consideraremos o processo de codificação a partir do momento em que os Estados aceitarem participar no projeto.⁹¹

Na sequência, descreve-se a existência das corporações, como sujeitos de direito internacional.

2.7- Corporações como sujeitos de direito internacional.

Percebe-se que a corrente que se filia ao pensamento Kelseniano, coloca o indivíduo no centro do Direito Internacional e não o Estado. Por isso, pode o Direito impor obrigações e responsabilidades, ou conferir direitos, apenas a indivíduos. Diz-se, contudo, que o Direito obriga e autoriza não apenas o indivíduo, mas também pessoas jurídicas, e que particularmente o Direito Internacional obriga e autoriza não indivíduos, mas pessoas jurídicas, ao obrigar e autorizar Estados.

Portanto lógica inversa a corrente voluntarista, onde o indivíduo é que legitima a atuação internacional do Estado. Em outras palavras, o Direito Internacional impõem obrigações e responsabilidades, e confere direitos, apenas a Estados, e não a indivíduos, seres humanos.

Insustentável para Kelsen essa doutrina, pois entende o autor que os sujeitos do Direito Internacional são igualmente indivíduos. A afirmação de que os sujeitos do Direito Internacional são os Estados, como pessoas jurídicas, não significa que os sujeitos do Direito Internacional não sejam indivíduos; significa que indivíduos “são

⁸⁹ projetos de convenção estabelecidos em matéria comercial pela Câmara de Comércio Internacional ou pela Unidroit, em matéria de responsabilidade e de seguros de transportes marítimos pelo Comité Marítimo Internacional.

⁹⁰ Protocolo de Genebra de 1977 por iniciativa do CICR.

⁹¹ PELLET, Allan. Direito Internacional Público. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenfian, 2003, pág. 344.

sujeitos do Direito Internacional de forma específica, de forma diferente que a ordinária, em que indivíduos são sujeitos do Direito nacional.”⁹²

Logo, prossegue o autor, abordando diretamente o assunto das corporações passa a expor:

“A pessoa jurídica, como entidade diferente da chamada pessoa natural ou física, o indivíduo humano, é o conceito auxiliar do pensamento jurídico, instrumento da teoria jurídica, cujo propósito é simplificar a descrição de fenômenos jurídicos. A pessoa jurídica não é realidade do Direito Positivo ou da natureza. Quando se diz que uma pessoa jurídica – uma corporação, por exemplo – tem uma obrigação ou um direito, isso significa que há uma obrigação ou um direito que tem a conduta de um indivíduo como seu conteúdo, mas que esse indivíduo tem a obrigação ou o direito em função de sua condição de membro ou órgão da corporação. Como o indivíduo tem a obrigação ou o direito em função de sua condição de membro ou órgão da corporação, dizemos ser a corporação, como pessoa jurídica, que tem a obrigação ou o direito.”⁹³

Aqui já identificado para Kelsen a existência e a validade da corporação como sujeito continua explicando...

“Nós relacionamos ou imputamos a obrigação ou o direito à corporação porque o indivíduo verdadeiramente sujeito da obrigação ou do direito tem a obrigação ou o direito na condição de membro ou órgão da corporação. A corporação está concebida como pessoa atuante. Essa pessoa nada mais é que uma personificação da ordem especial que constitui a corporação. A ordem especial que constitui a corporação é o estatuto, ou o chamado regulamento da corporação. O estatuto ou regulamento são as normas que organizam a corporação, determinam os membros e órgãos da corporação e a relação entre os membros e os órgãos. Obrigações e direitos de uma corporação são obrigações de indivíduos em sua condição de membros ou órgãos da corporação. A afirmação de que uma corporação tenha determinadas obrigações e determinados direitos não significa que estes sejam obrigações e direitos de uma pessoa jurídica, e consequentemente não são obrigações e direitos

⁹² KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010. p. 139.

⁹³ Idem.

de indivíduos. Pelo contrário: são obrigações e direitos de indivíduos, porém de indivíduos na condição de membros ou órgãos da corporação. Consequentemente, quando se pergunta: “Quem é o sujeito de determinada ordem jurídica?” – queremos dizer: a quem se aplicam as normas dessa ordem jurídica, cuja conduta regulamenta essa ordem impondo obrigações e conferindo direitos? -, nunca se deve responder que o sujeito não são “indivíduos”, mas apenas “pessoas jurídicas”. Porque mesmo que se respondesse que o sujeito da ordem jurídica são pessoas jurídicas, indivíduos não seriam, com isso, excluídos. Ao contrário, seriam indivíduos necessariamente envolvidos como sujeitos a que se aplicam as normas dessa ordem.”⁹⁴

Posto o indivíduo no centro das atenções, fica fácil notar que através dele as corporações se habilitam no cenário internacional, uma vez que, no desempenho de suas atribuições, estes estariam envolvidos com seus regulamentos, e seus reflexos. Não como pessoa jurídica em si, mas através de seus indivíduos.

Continua o autor explicando a importante diferença entre obrigações e direitos de uma pessoa jurídica, ou seja, obrigações e direitos que indivíduos têm na condição de órgãos ou membros de uma comunidade representada como pessoa jurídica, e obrigações e direitos que indivíduos têm independentemente de seu vínculo com tal comunidade. A diferença, consiste no fato de que os indivíduo cuja conduta forma o conteúdo das obrigações e direitos da pessoa jurídica, são determinados apenas indiretamente pela ordem jurídica nacional sob a qual existe a pessoa jurídica, ao passo que, os indivíduos cuja conduta forma o conteúdo das obrigações e direitos das chamadas pessoas físicas, são diretamente determinados pela ordem jurídica nacional.

A ordem jurídica nacional, delega às ordens jurídicas especiais, que constituem as comunidades jurídicas representadas como pessoas jurídicas, a tarefa de determinar os indivíduos que, como órgãos ou membros dessa comunidade devem cumprir com essas obrigações e o exercício dos direitos pelos indivíduos integrantes das comunidades como órgãos ou membros estão regulamentados pelo código que constitui a comunidade. Pode-se, por isso, afirmar que as “obrigações e direitos de

⁹⁴ KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010, p. 140.

uma pessoa jurídica, são obrigações e direitos coletivos de indivíduos, distintos das obrigações e direitos individuais”⁹⁵, onde estas obrigações e direitos são independentes do indivíduo integrar ou não uma comunidade representada como uma pessoa jurídica.

Segue o texto tratando da responsabilidade jurídica.

“No que se refere à responsabilidade de uma pessoa jurídica, ela nada mais é do que a responsabilidade coletiva dos indivíduos da comunidade representada por uma pessoa jurídica. Uma pessoa jurídica é responsável por um delito civil ou penal quando a sanção deve ser direcionada contra a pessoa jurídica. Direcionar sanção civil ou penal contra pessoa jurídica pode, no entanto significar simplesmente direcionar sanção civil ou penal contra indivíduos em sua condição de órgão ou membros da comunidade representada como pessoa jurídica. A responsabilidade de uma pessoa jurídica por um delito civil significa que uma execução civil deve ser direcionada contra a propriedade da pessoa jurídica, que é a propriedade coletiva dos membros da comunidade representada como pessoa jurídica. Responsabilidade de pessoa jurídica por delito penal significa que a pena estabelecida pelo delito deve ser imposta a indivíduos, não porque eles cometeram o delito, mas porque, como membros ou órgãos, pertencem à comunidade representada pela pessoa jurídica.” (KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010. p. 141.)

Concluindo pela leitura de Kelsen e pelos conceitos extraídos do primeiro capítulo deste livro, onde para ser sujeito de Direito Internacional, o requisito é ter direitos e deveres, tem-se que através da responsabilidade jurídica as corporações não só possuem direitos através de seus indivíduos mas respondem inclusive com seu patrimônio. “Tudo isso deve ser tomado em consideração para se poder julgar a doutrina tradicional de que apenas Estados e não indivíduos podem ser sujeitos de Direito Internacional”⁹⁶, desta forma, ressaltando mais uma vez estes como sujeitos das obrigações, responsabilidades e direitos estabelecidos pela ordem jurídica internacional.

Subsequentemente, expõe-se a seguir mais um ente internacional, ou seja, as transnacionais.

⁹⁵ KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010. p. 141.

⁹⁶ KELSEN, Hans. Princípios de direito internacional. 2010. p. 141.

2.8 - Empresas Transnacionais

Mister analisar, se as empresas transnacionais podem, também, ser consideradas atores da Ordem Econômica Internacional – tal qual defendido por alguns doutrinadores – ou se lhes cabe apenas o papel de coadjuvantes nesse cenário.

Os investimentos realizados por essas empresas são elevados, e o seu retorno financeiro é satisfatório. O lucro é destinado a investimentos para a instalação de novas filiais, e outra parte é direcionada à matriz. A globalização é um processo de fundamental importância para a atuação das empresas transnacionais, pois proporciona todo o aparato tecnológico para os serviços de telecomunicação, transporte, entre outros, fatores essenciais para a realização eficaz das atividades econômicas em escala global. Atualmente há registro de, aproximadamente, 40.000 empresas transnacionais em atividade, sendo a maioria originária dos países industrializados, no entanto, existem empresas de origem indiana, mexicana e brasileira. Exemplos de empresas transnacionais com matriz no Brasil são: Vale do Rio Doce, Sadia, Perdigão, Weg, Alpargatas e Gerdau. Empresas transnacionais conhecidas mundialmente: Coca Cola, Pepsi, Unilever, Mc Donald's, Nestlé, Nike, Adidas, Puma, Volkswagen, General Motors, Toyota, Nokia, Sony, Siemens, Peugeot, Vivo, entre outras.⁹⁷

2.8.1- Denominação

De plano cabe expor acerca da denominação desses atores atuantes no âmbito internacional. Trata-se de uma questão controvertida na doutrina razão pela qual se

⁹⁷ Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/empresas_multinacionais.htm.

verifica os seguintes nomes: companhias internacionais, empresas transnacionais, empresas supranacionais, companhias mundiais ou globais, companhias multinacionais, empresas multinacionais, entre outros.⁹⁸

Segundo Mello, a denominação inicial foi “empresas multinacionais” utilizada pela primeira vez, na década de 60, nos Estados Unidos, por David Lilienthal ao elaborar um estudo sobre elas. Posteriormente, o estudo é publicado na revista *Business Week*, em 1963.⁹⁹

Já o termo empresa transnacional passa a ser empregado pela ONU em substituição ao termo multinacional, haja vista o termo transnacional indicar que as empresas transpassam as fronteiras de um Estado e se estabelecem em outros.¹⁰⁰

Mello complementa que a substituição do termo transnacional por multinacional é correta, haja vista que se interpretado literalmente, o termo multinacional poderia levar ao equívoco de que essas empresas possuem várias nacionalidades.¹⁰¹ Rechaçando a ideia de denominá-las de empresas multinacionais, expõe Mello:

A observação que se tem formulado é no sentido de que esta denominação teria um fim político: o de esconder a sua verdadeira nacionalidade. É que 85% delas são de origem norte-americana. A palavra “multinacional” escondia este fato, bem como com isto evitava problema de nacionalismo nos países em que atuavam. Daí já se ter observado que a expressão “empresa multinacional” é uma simples “etiqueta de relações públicas”.¹⁰²

Já Magalhães, divergindo do entendimento de Mello, prefere nomear esses atores de “empresas multinacionais”, conforme se pode verificar na transcrição a seguir:

⁹⁸ MAGALHÃES, José Carlos de. Op. cit., p. 189; MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., p. 103.

⁹⁹ MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., p. 105

¹⁰⁰ 54 Ibidem.

¹⁰¹ 55 Ibidem.

¹⁰² MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., p. 105.

A mais apropriada, contudo, é empresa multinacional, não apenas por ser a que vem merecendo as preferências gerais, mas porque reflete com maior precisão uma atividade econômica exercida por pessoas jurídicas de diversas nacionalidades, interligadas sob controle comum.¹⁰³

No presente trabalho adotar-se-á a denominação “empresas transnacionais”, por entender-se que a expressão “multilateral” pode levar ao equívoco de que a empresa possui várias nacionalidades, conforme tese defendida por Mello.¹⁰⁴

2.8.2 - Conceituação

Controversa também é a questão da conceituação dessas empresas. Tal como observa Mello: “a conceituação é extremamente difícil uma vez que já houve quem afirmasse ser empresa transnacional apenas aquelas que atuassem em, pelo menos, seis países”.¹⁰⁵ Ao que constata o doutrinador que esse critério é totalmente arbitrário.¹⁰⁶

¹⁰³ MAGALHÃES, José Carlos de. op. cit., p. 189.

¹⁰⁴ Observa-se que essa denominação também é utilizada por José Cretella Neto no Livro intitulado: “Empresa Transnacional e Direito Internacional: exame do tema à luz da globalização”.

¹⁰⁵ MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., p. 105.

¹⁰⁶ Relatando essa dificuldade em conceituar as empresas transnacionais, sugere Cretella Neto o seguinte exemplo: “Se se quiser lançar mão de uma imagem, para caracterizar, *mutatis mutandis*, a dificuldade em conceituar juridicamente a empresa transnacional, pode ser lembrado o fenômeno físico da corrente elétrica, a qual, formada por elétrons, comporta-se ora como partícula, ora como onda. Não se consegue visualizá-la e nem avaliar-lhe o peso. Para efetuar cálculos, usa-se o artifício de considerar que o elétron tem carga positiva, invertendo-se o sentido real de circulação da corrente. Apesar de apresentar características que desafiam o senso comum, em relação ao mundo perceptível, ninguém poderá negar a existência da eletricidade, nem deixar de reconhecer-lhe os efeitos e, inclusive, medir-lhe a intensidade, com grande precisão. E, aliando a tecnologia e o sentido prático, propiciados pela engenharia, com a necessidade da Humanidade, estabelecer mecanismos e aparelhos para gerá-la, armazená-la, transmiti-la e distribuí-la”. CRETELLA NETO, José. op. cit., p. 28.

Assim, várias definições foram propostas por economistas, mas não há entre eles consenso. Uma dessas definições é apresentada por David E. Lilienthal ao definir que se trata de companhias que possuem sua sede em um país, mas que também operam e vivem sob leis e costumes de outros países.¹⁰⁷

Outra definição trazida por Magalhães é a de Robinson ao sustentar que “multinacional é somente a empresa cujas atividades não se vinculam a qualquer Estados em particular”.¹⁰⁸

Já Vernon define as empresas transnacionais como “um conjunto de companhias de diversas nacionalidades, ligadas por laços de propriedade comum e sob uma direção estratégica comum”.¹⁰⁹

Entretanto, conforme lembra Magalhães, a conceituação que mais tem adeptos é a elaborada por Jack N. Berhman que define essas empresas como: “empresas cujas subsidiárias no exterior se integram com as atividades da matriz, transformando-se em uma entidade operacional global, destinada a servir o mercado mundial”.¹¹⁰ Propondo uma conceituação jurídica, Magalhães as define como “complexo de empresas nacionais interligadas entre si, subordinadas a um controle central unificado e obedecendo a uma estratégia global”.¹¹¹

Interessante observar que por esse conceito, a empresa transnacional nada mais é do que um conjunto de empresas nacionais que estão interligadas entre si e se subordinam a um controle central em busca de uma estratégia mundial. Daí o porquê de Magalhães preferir adotar o termo empresas multinacionais, já que passa a ideia de uma empresa que possui várias nacionalidades.

Adotando-se a denominação de empresa transnacional, parece mais plausível a definição defendida por Mello. Para este doutrinador, trata-se de “empresa que atua em mais de um estado por meio de subsidiária ou filial”.¹¹²

Além desses doutrinadores, importante ponderar que algumas Organizações

¹⁰⁷ MAGALHÃES, José Carlos de. op. cit., p. 190.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem, p. 190-191.

¹¹¹ Ibidem, p. 194.

¹¹² MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., p. 105.

Internacionais também se preocuparam em conceituar as empresas transnacionais. É o caso da ONU, do UNIDROIT, da OCDE e da UNCTAD.¹¹³

A ONU, no Relatório do Grupo de Personalidades elaborado em 1973, definiu essas empresas como:

“Empresas que possuem instalações de produção ou de serviço fora do controle do país em que se constituíram. Essas empresas nem sempre são sociedades anônimas ou sociedades privadas. Elas podem ser cooperativas ou entidades estatais.”¹¹⁴

Em 1977, foi a vez do UNIDROIT definir esses novos atores do Direito Internacional do seguinte modo:

“Empresas formadas por um centro de tomada de decisões localizado em um país e centros de atividades, com ou sem personalidade jurídica própria, localizados em um ou mais países.”¹¹⁵

Em 27 de junho de 2000, a OCDE, ao revisar suas Diretrizes para as Empresas Multinacionais, conceituou-as como:

“Geralmente são empresas ou outras entidades estabelecidas em mais de um país e tão ligadas entre si de modo que elas possam coordenar suas atividades de diversas maneiras. Embora uma ou mais dessas entidades possa ser capaz de exercer uma influência significativa sobre as atividades das outras, seu grau de autonomia pode variar de uma empresa multinacional para outra. Quanto ao capital social, este pode ser público, privado ou misto.”¹¹⁶

¹¹³ ONU: Organização das Nações Unidas; UNIDROIT: Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado; OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento.

¹¹⁴ CRETELLA NETO, José. op. cit., Tradução livre.

¹¹⁵ Ibidem, p. 19.

¹¹⁶ Ibidem.

Já no século XXI, a UNCTAD, em seu World Investment Report¹¹⁷, utiliza o seguinte conceito para as empresas transnacionais:

Empresas transnacionais são companhias consolidadas ou não, compreendendo as matrizes ou suas filiais estrangeiras. (...). Empresa matriz é definida como a empresa que controla ativos em outras entidades em países que não seu país de origem, geralmente possuindo certa participação no capital destas.¹¹⁸

Cretella Neto observa, no entanto, que essas definições elaboradas pelas Organizações Internacionais, acabam por não enfatizar duas importantes diferenças entre as empresas transnacionais e as organizações não-governamentais, quais sejam: o modo de operação delas e a finalidade de obtenção de lucros por parte das primeiras.¹¹⁹ Por esse motivo, Cretella Neto propõe que a empresa transnacional seja definida como:

Sociedade mercantil, cuja matriz é constituída segundo as leis de determinado Estado, na qual a propriedade é distinta da gestão, que exerce controle, acionário ou contratual, sobre uma ou mais organizações, todas atuando de forma concertada, sendo a finalidade de lucro perseguida mediante atividade fabril e/ou comercial em dois ou mais países, adotando estratégia de negócios centralmente elaborada e supervisionada, voltada para a otimização das oportunidades oferecidas pelos respectivos mercados internos.¹²⁰

¹¹⁷ World Investment Report: Relatório Mundial sobre Investimentos.

¹¹⁸ CRETELLA NETO, José. op. cit., Tradução livre do autor.

¹¹⁹ Ibidem, p. 18.

¹²⁰ CRETELLA NETO, José. op. cit., p. 27.

Portanto, das conceituações aqui apostas pode-se resumir que empresas transnacionais são entidades autônomas, com finalidade lucrativa, que transpassam a fronteira dos Estados ao instalarem suas subsidiárias a fim de organizarem sua produção e servirem o mercado mundial.

Deve-se, por fim, diferenciar empresa transnacional de empresa intergovernamental – também denominada de empresa internacional ou companhia internacional.

A empresa intergovernamental, diferentemente da transnacional, é constituída mediante um tratado celebrado entre Estados e dedica-se, geralmente, “à prestação de serviço público de interesse binacional (...) ou de interesse multinacional”.¹²¹

Sendo assim, sua finalidade consiste na prestação de serviço, diferentemente da transnacional cuja finalidade é a obtenção de lucros. Exemplo de empresa internacional é a Itaipu Binacional que resultou do Tratado de Itaipu assinado entre Brasil e Paraguai no ano de 1973 no qual se previu o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países.¹²²

2.8.3 - Personalidade Jurídica de Direito Internacional às empresas transnacionais

Mello não vê problemas em reconhecer personalidade jurídica de direito internacional às empresas transnacionais. Argumenta que já nos séculos XVII e XVIII, com as denominadas Companhias das Índias, reconhecia-se personalidade jurídica às sociedades comerciais. Essas Companhias podiam, inclusive, concluir tratados, manter exércitos, arrecadar impostos e conquistarem territórios.¹²³

Posteriormente, as relações ficam apenas no campo interestatal. Com o término da segunda Guerra Mundial, em especial a partir dos anos 60, essas sociedades passam a atuar no exterior e têm uma vasta expansão que reflete, sem

¹²¹ Ibidem.

¹²² Itaipu Binacional. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>

¹²³ MELLO, Celso D. Albuquerque. op.cit., p. 103.

dúvida, nas relações econômicas internacionais. A partir daí passa-se a denominá-las de empresas transnacionais.¹²⁴

Argumenta ainda Mello que no Direito Internacional Público procura-se regulamentar as ações de entes que têm real importância para a vida internacional. Por esse motivo, “tais empresas não podiam fugir a esta regra”.¹²⁵ Tal é essa visão de Mello acerca das empresas transnacionais que comenta serem elas um dos principais atores do Direito Internacional Econômico.¹²⁶ Reconhece, no entanto, que são apenas algumas normas internacionais que são dirigidas a elas.¹²⁷

Nessa mesma linha é o pensamento de Cretella Neto para quem, em que pese as empresas transnacionais não possuírem capacidade de estar em juízo na maioria dos foros internacionais – tampouco perante a OMC –, a elas deve-se reconhecer a condição de sujeitos do Direito Internacional, ainda que “relegada à posição de auxiliar”.¹²⁸ Assim pondera Cretella Neto:

Certo é afirmar que a personalidade jurídica de Direito Internacional da empresa transnacional permanece relativamente limitada em comparação com a de outros sujeitos da sociedade internacional, bem mais restrita e cerceada em seus contornos e funcionalidades do que as organizações internacionais, por exemplo.¹²⁹

Por outro lado, Magalhães não lhes atribui personalidade jurídica. Entende que:

Não possui personalidade jurídica. Isto porque cada subsidiária é uma entidade juridicamente formada em um país que lhe confere nacionalidade, a cujas leis deve obedecer e ao qual deve lealdade. Assim, embora atue internacionalmente, a matriz é sempre nacional de um

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem, p. 101.

¹²⁷ Ibidem, p. 103.

¹²⁸ CRETELLA NETO, José. op. cit., p. 31.

¹²⁹ Ibidem, p. 61.

determinado Estado, e suas subsidiárias são nacionais de outros em que se organizam ou atuam.¹³⁰

Pondera ainda que a empresa transnacional, como um todo, não existe, haja vista não haver um corpo de leis internacionais que regule as suas atividades. Vinculam-se, assim, unicamente às respectivas leis estaduais.¹³¹

No mesmo sentido de Magalhães é o pensamento de Rezek segundo o qual: “não têm personalidade jurídica de direito internacional os indivíduos, e tampouco as empresas privadas ou públicas”.¹³² E complementa:

“é preciso lembrar (...) que indivíduos e empresas – diversamente dos Estados e organizações – não se envolvem, a título próprio, na produção do acervo normativo internacional, nem guardam qualquer relação direta e imediata com essa ordem”.¹³³

Reconhece, no entanto, Rezek que a atribuição de personalidade em direito interno pode repercutir no plano internacional a partir do momento em que se chega a atribuir às pessoas e às empresas titularidade de direitos e deveres.¹³⁴

Vê-se, desse modo, que há, por parte de alguns doutrinadores, certa resistência em atribuir personalidade jurídica de Direito Internacional a essas empresas. Nas palavras de Mello encontra-se a resposta a essas resistências. É que, atribuindo-se lhes essa personalidade, os Estados temem perder o controle sobre essas empresas que atuam em seus territórios. Nesse sentido assevera:

Entretanto, existe até os dias de hoje uma resistência em se reconhecer tal personalidade internacional, o que decorre, a nosso ver, de dois grandes fatores: a) os estados não

¹³⁰ MAGALHÃES, José Carlos de. op. cit., p. 194.

¹³¹ Ibidem.

¹³² REZEK, José Francisco. op. cit., p. 152.

¹³³ Ibidem, p. 153.

¹³⁴ Ibidem.

aceitam serem colocados em pé de igualdade com as sociedades comerciais. Eles consideram uma “capitis deminutio”, [uma] vez que possuem soberania. É o que faz com que um acordo internacional prevendo a arbitragem como modo de solução de litígios entre empresas e estados tenha tão pouca aceitação por parte destes; b) os atos concluídos pelas empresas com os estados poderiam ser equiparados a “quase-tratados” ou ainda a “contratos internacionais” regidos pelo DIP.¹³⁵

De igual modo Cretella Neto refuta as teses negativistas do reconhecimento de personalidade jurídica de Direito Internacional às empresas transnacionais no seguinte dizer:

“Parece-nos que se equivoca que entende que às TNCs não caberia aplicar o aplicar o Direito Internacional, pois essa falta de sujeição é precisamente uma das causas da facilidade com que conseguem escapar de um sistema jurídico consistente, único, claro e eficaz, reconhecido pela comunidade internacional. Defender que tenham reconhecida a personalidade jurídica de Direito Internacional significa, de um lado, que estarão sujeitas a essa ordem jurídica, o que implica, em contrapartida, mas ipso facto, permitir-lhes acesso amplo às jurisdições internacionais, para que possam defender seus interesses e onde também possam ser-lhes aplicadas sanções em caso de violação às normas de DIP. Invocando Charles Rousseau, o qual preleciona que “é o reconhecimento que traduz as situações de fato em situações de direito”, somos da opinião de que, a contrario sensu, a atitude de não reconhecer a personalidade jurídica de entidade de tal relevância na sociedade internacional como as TNCs, expõe o ainda

¹³⁵ MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., p. 103.

existente ranço conservador de alguns doutrinadores, que em nada contribui para a integração das TNCs ao DIP. ¹³⁶

Em que pese a teoria negativista, não se pode negar o papel que essas empresas têm no cenário econômico internacional. Tudo indica que a negativa do reconhecimento de personalidade jurídica a essas empresas reside no fato de os Estados perderem o controle sobre elas. Mas tal afirmação não procede, pois os Estados detêm sim controle sobre os entes instituídos em seus territórios. Na verdade, os Estados se preocupam em disciplinar as condutas das empresas transnacionais a fim de que não fiquem à mercê dela, mas sim que possam trabalhar em cooperação. Tal como ponderado por Cretella Neto:

“as empresas transnacionais são capazes, também, de mobilizar significativos recursos para financiar campanhas políticas, pesquisas científico-tecnológicas e a própria vida econômica das comunidades onde pretendam instalar-se”.¹³⁷

Lembra ainda esse doutrinador que as empresas transnacionais sofrem, além dos controles estatais, os seguintes controles:

“a) auditoria interna em todos os setores; b) auditoria externa para efeitos de balanços e publicações; c) auditoria de entidades como a Securities and Exchanges Comission-SEC, quando possuem ações nas bolsas de valores; d) controles por partes das ONGs, especialmente em matéria ambiental e de relações de consumo; e) controle pela mídia, interessada em denunciar quaisquer

¹³⁶ CRETELLA NETO, José. op. cit., p. 62-63.

¹³⁷ Ibidem, p. 36.

tipos de irregularidades.”¹³⁸

Interessante observar que até mesmo as Organizações Internacionais, dentre elas, a ONU, se preocupa com o controle sobre as empresas transnacionais. Exemplo disso é o que ocorreu na década de 70. Em 1974, o Conselho Econômico e Social da ONU – em decorrência da atuação da empresa transnacional ITT na queda do presidente chileno Salvador Allende no ano de 1972 – instituiu uma Comissão com o objetivo de estudar medidas para se limitar a atuação dessas empresas.

O estudo realizado pela Comissão das Empresas Transnacionais resultou na elaboração de um Código de Conduta composto por seis partes: “1. Preâmbulo e objetivos; 2. Definições e campo de aplicação; 3. Atividades das empresas transnacionais; 4. Tratamento jurídico das empresas transnacionais; 5. Cooperação intergovernamental; 6. Aplicação do Código de Conduta”.¹³⁹

Conquanto o avanço nas negociações, alguns problemas ficaram sem solução no referido Código de Conduta,¹⁴⁰ razão pela qual – lembra Cretella Neto – o Código, quando entrar em vigor, provavelmente não irá constituir um tratado pertencente ao hard law do Direito Internacional, mas, no máximo, após aprovação e ratificação pela Assembléia Geral da ONU, uma norma soft law.¹⁴¹

Postos esses argumentos, não há como negar que as empresas transnacionais, de acordo com a atual doutrina predominante, são sim sujeitos do Direito Internacional, em especial do Direito Internacional Econômico. Os doutrinadores que defendem esses “novos seres” de um mundo globalizado, e estendem a personalidade jurídica no âmbito internacional deste agente/ator, o fazem devido a grande influência que os mesmos detêm neste mundo tão globalizado nos dias atuais. Convém, desse modo, que a nova ordem internacional regule suas atividades, impondo, se necessário, limites à atuação dessas empresas.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ CRETELLA NETO, José. op. cit., p. 99.

¹⁴⁰ Ibidem. Entre os problemas destaca Cretella Neto a vontade dos países desenvolvidos em elaborarem “verdadeiro estatuto das empresas transnacionais, no qual estivessem perfeitamente estabelecidos e caracterizados os direitos e deveres destas”, já os países em desenvolvimento “pretendiam apenas que fossem disciplinadas as obrigações das empresas transnacionais”.

¹⁴¹ Ibidem.

2.8.4 - Empresa Transnacional e a Organização Mundial do Comércio

De plano é importante observar que somente Estados podem utilizar o Órgão de Solução de Controvérsias – OSC da OMC como foro para solucionar litígios relacionados ao comércio internacional. Não há, portanto, quaisquer previsões de as empresas transnacionais socorrem-se a esse Sistema da OMC. Sobre essa não previsibilidade no âmbito da OMC, pondera Cretella Neto:

“Com a criação da Organização Mundial do Comércio-OMC, que passou a funcionar em Genebra em 01.01.1995, continuaram os Estados fundadores a não permitir o acesso de empresas aos mecanismos de solução de controvérsias da entidade.”¹⁴²

Alguns doutrinadores defendem a tese de que essas empresas – como possuidoras, ainda que limitada, de personalidade jurídica internacional – possam utilizar os sistemas de solução de controvérsia em especial o da Organização Mundial do Comércio. Isso porque se observa – conquanto não possam participar – serem elas, na maioria das vezes, as afetadas pelas decisões proferidas no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Sendo assim, entende-se que as empresas transnacionais acabam por serem os atores principais perante o OMC e não os Estados que as representam.

Essa é a linha de pensamento de Magalhães:

“A criação da Organização Mundial do Comércio, dando certa estrutura e regulamentação ao comércio internacional, também é outro ingrediente a ser considerado na problemática da atuação empresarial no mundo atual. Não obstante procure regular o comércio

¹⁴² Ibidem, p. 219.

entre os Estados, é evidente que os que dele participam como atores principais são as empresas privadas. Assim, afetadas pelas decisões e políticas que venham a ser aprovadas, procurarão interferir, seja no âmbito interno de seus países, seja no foro internacional.”¹⁴³

Cretella Neto se demonstra preocupado com a não possibilidade da participação das empresas transnacionais perante órgãos de solução de controvérsias, em especial o OSC. Entende que a atual relevância econômica e política no cenário econômico internacional traz a necessidade da efetiva participação delas que acabam, conforme já exposto, sendo as mais afetadas pelas decisões.¹⁴⁴ Lembra ainda esse doutrinador que essas empresas, conquanto não participem do processo, acabam por ser “a fonte principal de informações e de suporte financeiro para remunerar os honorários das bancas de advocacia que assessoram os diplomatas encarregados das negociações e do processo perante o OSC”.¹⁴⁵ Recorda também que já há previsibilidade de participação de particulares em sistema de solução de controvérsias, como é o caso do Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos – CIADI, instituição pertencente ao Grupo Banco Mundial.¹⁴⁶ Desse modo, conclui não vislumbrar óbice à participação das empresas transnacionais nos procedimentos de solução de controvérsias da OMC, dado que são as maiores interessadas no assunto e, conseqüentemente, aquelas que podem ser atingidas com as decisões ali proferidas.

“Em conclusão: (...), se não são colocadas em confronto direto, perante o Órgão de Solução de Controvérsias, são as TNCs as entidades mais atingidas pelas decisões do órgão em matéria de investimentos e de subsídios. São também, as empresas transnacionais os diretamente interessados na solução dos litígios, pois as decisões

¹⁴³ MAGALHÃES, José Carlos de. op. cit., p. 220.

¹⁴⁴ CRETELLA NETO, José. op. cit., p. 35.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 230.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 35.

adotadas pelo OSC interferem diretamente em seus negócios.”¹⁴⁷

Varella também reconhece o suporte jurídico e financeiro prestado por essas empresas aos Membros envolvidos no litígio, mas entende que a não participação delas diretamente no sistema do OSC funciona como um filtro o qual “impede que interesses politicamente negativos para os Estados ou de pequeno valor acionem o sistema”.¹⁴⁸ Reconhece, assim, que caso as empresas tivessem capacidade postulatória, elas acabariam acionando o sistema por causas “de montante muito menor do que as disputadas atualmente”.¹⁴⁹ Isso acabaria por gerar certa instabilidade no sistema. Cita como exemplo uma causa de pequena expressão que eventualmente poderia acabar chegando à análise da OMC, caso essas empresas tivessem capacidade postulatória.

Seria o caso, por exemplo, de uma norma ambiental, considerada excessiva pela empresa, de acordo com seus interesses meramente privados, ainda que contrários às normas da OMC, mas politicamente favorável ao ambiente global. O Estado-sede dessa empresa pode ficar desestimulado a acionar o OSC contra uma norma ambiental, ainda que as normas comerciais sejam desrespeitadas. O mesmo ocorre quando o valor envolvido for pouco significativo (para o Estado).¹⁵⁰

Em que pese a divergência doutrinária, fato é que as empresas transnacionais, ou mesmo nacionais, não têm capacidade postulatória perante o Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio, em que pese acabarem sendo, em determinados casos, atingidas com as decisões proferidas no

¹⁴⁷ Ibidem, p. 59. Revista Projeção, Direito e Sociedade. Edição Especial. v. 2 n. 3, p. 188-207.

¹⁴⁸ VARELLA, Marcelo D. op. cit., p. 417-418.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 418.

¹⁵⁰ VARELLA, Marcelo D. op. cit., p. 418.

âmbito da OMC. É o que se verifica, a título de exemplo, no caso dos pneus reformados importados advindos da União Europeia que foi objeto de análise pela Organização Mundial do Comércio (WT/DS332). Nesse caso, o conflito se deu entre as empresas exportadoras de pneus e o Governo brasileiro que barrou, mediante uma Portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, as importações desses pneus, fosse apenas a carcaça, fosse o pneu já reformado. O interesse das empresas exportadoras europeias foi representado, perante a OMC, pelas Comunidades Europeias, haja vista elas não deterem a devida capacidade postulatória perante a referida Organização.

Ressalte-se, por fim, que conquanto a ausência de capacidade postulatória, permite-se que as empresas participem como *amici curiae* (amigos da Corte). Sendo assim, podem essas empresas, encaminhar petições ao OMC a fim de auxiliá-lo a resolver um caso concreto.

Verificou-se que com a instalação da Ordem Econômica Internacional, concluída por completo após a entrada em funcionamento da Organização Mundial do Comércio – os atores integrantes dessa Ordem tiveram de ser redefinidos. Antes, apenas os Estados eram integrantes dessa Ordem. Posteriormente, as Organizações Internacionais, mais especificamente, as Organizações Internacionais Econômicas, bem como os Agentes Econômicos Internacionais passaram a integrá-la.

A par desses sujeitos, surgiram questionamentos de se as empresas transnacionais seriam também atores dessa nova Ordem. A controvérsia se instala doutrinariamente, conforme se expôs nesse trabalho. De um lado os defensores de atribuição de personalidade jurídica de Direito Internacional a elas, de outro os defensores da não atribuição dessa personalidade jurídica. A negativa da não atribuição, pelo que se verificou, deve-se ao fato de os Estados temerem perder o controle sobre essas empresas. Outros alegam que a não atribuição se deve ao fato de que essas empresas não podem celebrar normas de Direito Internacional e que estão sujeitas, unicamente, as normas internas dos Estados nos quais se encontram instaladas. Não merece guarida a negativa de atribuição de personalidade jurídica de Direito Internacional, em especial de Direito Internacional Econômico, a essas empresas. Isso porque, as ações desses entes, no atual cenário, têm fundamental

importância para a vida da sociedade internacional. Imperioso reconhecer que apenas algumas normas são destinadas a elas, mas não se pode negar-lhes a personalidade jurídica de Direito Internacional – ainda que de forma mitigada –, sob pena de não se ter, por parte da comunidade internacional, um controle sobre elas. O caso do litígio entre as Comunidades Europeias – atual União Europeia – e o Brasil sobre os pneus reformados, analisado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, é um exemplo típico da necessidade de se reconhecer que as recomendações internacionais são extensíveis a essas empresas. Até porque o litígio se deu para a defesa das empresas nacionais com atuações transnacionais. Desse modo, necessário reconhecer que essas empresas detêm personalidade jurídica de Direito Internacional podendo, portanto, serem consideradas atores da atual Ordem Econômica Internacional, em que pese essa personalidade ser um tanto quanto limitada se comparada com a de outros sujeitos da sociedade internacional.¹⁵¹

Dando continuidade a esta análise sobre os entes internacionais, se focará “os indivíduos”.

2.9- Os Indivíduos como Sujeito de Direito Internacional

2.9.1 - Do Direito das Gentes aos pensamentos dos autores clássicos

Indubitavelmente, o ponto de partida para o tema está concentrado no pensamentos dos chamados fundadores do Direito das Gentes.¹⁵² É de considerável importância para a sequência do assunto, os inscritos dos teólogos espanhóis, tal qual a obra Grociana. Na época de formação do Direito Internacional era razoável a

¹⁵¹ Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/144/127>

¹⁵² Cançado Trindade assevera que o “Direito das Gentes revela a unidade e universalidade do gênero humano.” Enfatiza ainda a visão do teólogo espanhol Francisco de Vitoria que “o Direito das Gentes regula uma comunidade internacional constituída de seres humanos organizados socialmente em Estados e coextensiva com a própria humanidade; a reparação das violações de direitos (humanos) reflete uma necessidade intrínseca atendida pelo Direito das Gentes, com os mesmos princípios de justiça, aplicando-se tanto aos Estados como aos indivíduos ou povos que os formam”. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONNI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 02.

influência dos escritores clássicos.¹⁵³ Dentre outros escritores, cita-se Hugo Grotius, Francisco de Vitória, Francisco Suarez.

Em sua vital contribuição, Grotius, defendia que o Estado não é um fim em si mesmo, mas um meio para assegurar o ordenamento social diante a inteligência humana, para aperfeiçoar a sociedade comum que abrange toda a humanidade. Na sua visão, a razão do Estado tem limites.¹⁵⁴

Infelizmente, a visão dos direitos humanos universais destes fundadores dos Direitos das Gentes, foi trocado pelo positivismo voluntarista.¹⁵⁵ Assim, o Direito Internacional se desenvolveu por séculos, sempre em torno da órbita do Estado. Consequentemente, os indivíduos não tinham o *jus standi*, diminuindo-se o próprio Direito Internacional, que tornara-se inter-estatal. Seguiu-se, então, a fase em que o indivíduo até foi excluído do ordenamento jurídico internacional, com base no positivismo estatal.

2.9.2 - As Distorções do Positivismo Jurídico Estatal

Teve uma influência trágica na evolução do Direito Internacional em fins do século XIX e no início do século XX, a personificação do Estado todo poderoso, inspirado na filosofia do direito de Hegel¹⁵⁶. Esta corrente resistiu com toda força ao reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional.¹⁵⁷

¹⁵³ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Emancipação de ser humano vis-avis o próprio Estado: o ser humano como sujeito de Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: **Os Desafios do Direito Internacional Contemporâneo**. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007, p. 243.

¹⁵⁴ Idem, p. 03.

¹⁵⁵ Positivismo voluntarista refere-se à vontade do Estado.

¹⁵⁶ “[...] a personificação do Estado todo poderoso, inspirada na filosofia de Hegel, teve uma influência nefasta na evolução do Direito Internacional em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Essa corrente doutrinária resistiu com todas as forças ao ideal de emancipação do ser humano de tutela absoluta do Estado e ao reconhecimento do indivíduo como sujeito de Direito Internacional. [...]” TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Emancipação do ser humano vis-a-vis o próprio Estado: o ser humano como sujeito de Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: **Desafios do Direito Internacional Contemporâneo**. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 242-246-247.

¹⁵⁷ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 04.

Contrapondo a teoria hegeliana, Jean Spiropolos, afirmou que o Estado não é um ideal supremo nem um fim em si mesmo, mas uma forma de realização das necessidades e desejos dos indivíduos, sendo pois, necessário proteger o ser humano contra as violações de direitos causados por seu próprio Estado.¹⁵⁸

Dentre esse autores positivistas da época que negaram aos indivíduos a personalidade jurídica destacam-se: Triepel e Anzilotti, K. Strupp, E. Kaufmann e R. Redslob.¹⁵⁹

Assegura-se, porém, que é descabida a teoria que nega ao indivíduo personalidade legal, posto que os indivíduos devem ser elevados ao centro de todo o ordenamento jurídico internacional. A explanação seguinte, regata-se essa concepção de centralidade do indivíduo através da doutrina contemporânea.

2.9.3 - Doutrina Contemporânea - O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional

Segundo Antônio Augusto Cançado Trindade, são inteiramente diferentes os cenários da época dos fundadores do Direitos das Gentes e o mundo contemporâneo, no entanto, os desejos humanos são os mesmos, os quais buscam a construção de um ordenamento jurídico aplicável tanto aos Estados quanto aos indivíduos.¹⁶⁰ Mesmo que os indivíduos não possuam as mesmas capacidades dos Estados, não pode-se negar a personalidade jurídica dos indivíduos.¹⁶¹

Entende Rosalyn Higgins, que não pode permanecer nos dias de hoje o não-reconhecimento do indivíduo como sujeito de Direito Internacional Público. Este não-reconhecimento encontra amparo na arcaica divisão entre objetos e sujeitos do direito

¹⁵⁸ Idem, p. 04.

¹⁵⁹ Idem, p. 05.

¹⁶⁰ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 06.

¹⁶¹ Idem, p. 06.

e na concepção de que se algo é ou sempre foi de uma determinada maneira, deve continuar dessa forma¹⁶².

Salienta-se ainda que, representa uma verdadeira revolução jurídica, a aceitação do indivíduo como sujeito tanto do direito interno como do direito internacional, dotado em ambos de plena capacidade processual e dando um conteúdo ético às normas.¹⁶³

Presentemente, predomina a doutrina, que dá aos indivíduos personalidade jurídica. Dentre outros autores que se posicionam favoravelmente a este entendimento, estão: Hersch Lauterpacht, Philip Jessup, Levi Carneiro, Maurice Bourquin, Constantin Eustathiades.¹⁶⁴

Também, no Brasil, compactuam com os vários autores acima citados, como é o caso de Accioly, Augusto Antônio Cançado Trindade e Flávia Piovesan declarando que:

“Os indivíduos são, pois, sujeitos de direito tanto interno como internacional. Para isso, tem contribuído no plano internacional, a considerável evolução das últimas décadas no campo do direito internacional dos direitos humanos, como do mesmo modo para o direito internacional humanitário. Também esse último considera as pessoas protegidas, não apenas como simples objetos da regulamentação que estabelece, mas sim, como verdadeiros sujeitos do direito internacional.”¹⁶⁵

¹⁶² HIGGINS, Rosalyn. **Problems & Process: international law and how to use it**. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 49-50.

¹⁶³ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito de direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 05-06.

¹⁶⁴ Levi Carneiro acentua que não subsiste obstáculo doutrinário à admissão de pleitos individuais perante a justiça internacional “[...] ao direito Internacional o indivíduo interessa cada vez mais, mesmo porque o Estado, criado no interesse do indivíduo, a este não se pode opor”. CARNEIRO, Levi. **O Direito Internacional e a Democracia**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1945, p. 108-121. Hersch comenta “que o indivíduo é o sujeito final de todo direito.” LAUTERPACHT, Hersch. 121. Hersch. **International Law and Human Rights**. London: Stevens, 1950, p. 51-69.

¹⁶⁵ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Las Cláusulas pétreas de La protección internacional del ser humano: El acceso directo a La justicia internacional y La intangibilidad de La jurisdicción obligatoria de los tribunals internacionales de derechos humanos. In: **O Direito Internacional em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 545.

Avigora-se que, conforme a doutrina, são necessários cinco requisitos para que possa ser conferida a personalidade jurídica internacional a um sujeito. Avaliando-se o indivíduo, constata-se que este apresenta duas dessas prerrogativas, quais sejam, a capacidade de acesso aos procedimentos contenciosos internacionais e a capacidade de serem imputados por fatos ilícitos internacionais.

Isto posto, não há como negar aos indivíduos o seu *status* de sujeito de Direito Internacional, pois este sendo o centro de todo o sistema normativo, sua personalidade jurídica merece ser reconhecida. Friza-se que, apenas um pouco mais de tempo se faz necessário, para que a tese da subjetividade internacional do indivíduo seja aceita, em sua totalidade, pela doutrina contemporânea.

2.9.4 - A Capacidade Jurídica Internacional do Indivíduo

O acesso do ser humano aos Tribunais internacionais contemporâneos para a proteção de seus direitos revela uma renovação do Direito Internacional, elevando o indivíduo à categoria de sujeito de direito internacional, dotado de personalidade jurídica internacional e capacidade processual.¹⁶⁶

Conforme os conceitos vistos anteriormente, são cinco as prerrogativas necessárias para o reconhecimento do indivíduo como sujeito de Direito Internacional Público.¹⁶⁷

Todavia, três tornam-se inviáveis a pessoa humana executar, pois esta é “entidade abstrata”, portanto, não pode firmar tratados, nem instituir e ser membro pleno de Organizações Intergovernamentais, nem capacidade de estabelecer relações diplomáticas com outros Estados.¹⁶⁸

¹⁶⁶ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 10.

¹⁶⁷ “1) capacidade de produzir atos jurídicos internacionais; 2) capacidade de serem-se imputados fatos ilícitos internacionais; 3) capacidade de acesso aos procedimentos contenciosos internacionais; 4) capacidade de tornarem-se membros e de participarem plenamente da vida das organizações internacionais intergovernamentais; 5) capacidade de estabelecer relações diplomáticas com outros Estados.” SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 156-157.

¹⁶⁸ SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 156.

Contudo, a pessoa humana possui a capacidade de ser imputada por fatos ilícitos internacionais e acesso contencioso internacional.

Exemplifica-se tais afirmações, através do Tribunal Penal Internacional, instituído pelo Tratado de Roma em 1998, o qual abriu um precedente histórico, ao julgar indivíduos e não Estados, por crimes de agressão¹⁶⁹, crimes contra guerra¹⁷⁰, crimes contra a humanidade¹⁷¹ e crimes de genocídio¹⁷². O Tribunal gozará de personalidade jurídica internacional e terá capacidade jurídica necessária para o desempenho das suas funções se o cumprimento de seus objetivos.¹⁷³

Antecede a este, os Tribunais *Ad hoc*, os quais foram Tribunais de caráter temporário, com fim específico, criados após o fim da Segunda Guerra Mundial para julgar os vencidos. Cita-se o Tribunal de Nuremberg¹⁷⁴, que na visão de Ricardo Viel foi muito importante, pois além de julgar grandes figuras nazistas, também consolidou a tese de que os crimes contra o direito são praticados por homens, e é só com a punição destes indivíduos que se aplica as normas do Direito Internacional, de forma eficaz.¹⁷⁵

Destacam-se, ainda, os Tribunais *Ad hoc* de Ruanda, Tóquio e ex-Iugoslávia, resultando desses a criação do Tribunal Penal Internacional.¹⁷⁶ Assim, é evidente que

¹⁶⁹ Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. In: KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário: o precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Tribunal Penal Internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 286-338.

Em 1988 na Conferência de Roma, foi acordada a necessidade de inclusão desses crimes no Estatuto, porém, não houve um consenso em relação a sua definição, sendo, portanto, encontrada uma solução disposta no artigo 5º do Estatuto de Roma.

¹⁷⁰ De acordo com o artigo 8º do Estatuto de Roma. Idem.

¹⁷¹ De acordo com o artigo 7º do Estatuto de Roma. Idem.

¹⁷² De acordo com o artigo 6º do Estatuto de Roma. Idem.

¹⁷³ BARRAL, Weber. **Direito Internacional: normas e práticas**. Florianópolis: Boiteux, 2006, p. 436. “De acordo com o artigo 4º do Estatuto de Roma: Regime Jurídico e Poderes do Tribunal. 1) O Tribunal terá personalidade jurídica internacional. Possuirá, igualmente a capacidade jurídica necessária ao desempenho das suas funções e a persecução dos seus objetivos.”

¹⁷⁴ Destaca Piovesan que o referente Tribunal significou um poderoso impulso ao movimento de internacionalização dos Direitos Humanos. PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonard, 2007, p. 134.

¹⁷⁵ VIEL, Ricardo. **Corte Penal Internacional: aplicação direta da justiça penal internacional**. Trabalho de conclusão de intercâmbio institucional. UNIVALI-Universidad de La Rioja, 2002, p. 13.

¹⁷⁶ KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário: o precedente do comitê internacional da cruz vermelha e o tribunal penal internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 131-160.

o Tribunal Penal Internacional, consagra a tese da subjetividade internacional do ser humano, ao julgar os indivíduos e não aos Estados.¹⁷⁷

Somam-se a estes Tribunais, que consagram a tese da subjetividade internacional do indivíduo, a Corte Europeia de Direitos Humanos a qual a partir do Protocolo nº 11, que concedeu legitimidade ativa à pessoa humana em litígios judiciais contra Estados¹⁷⁸.

Diante do exposto, o qual demonstra que o indivíduo merece ter a sua personalidade jurídica reconhecida, segue-se uma abordagem normativa de seus direitos o qual figura-se como peça central do ordenamento jurídico internacional, ratificando assim a tese da subjetividade internacional.

2.9.5 - A Proteção Internacional dos Seres Humanos

A proposta deste trabalho, também é a busca pela subjetividade internacional na tentativa de posicionar o ser humano no centro gravitacional do ordenamento jurídico internacional. Num primeiro momento, será analisado o processo de internacionalização dos Direitos Humanos, passando pelos Pactos

¹⁷⁷ Nos Tribunais Internacionais, o ser humano se defronta com ele mesmo, para proteger-se da arbitrariedade Estatal, sendo protegido pelas regras do Direito Internacional. Ademais, Nicolas Polis ponderou na década de 20 que os Estados não passam de ficções, compostos que são de indivíduos, e que o verdadeiro fim de todo o direito é o ser humano, e nada mais que o ser humano: trata-se de algo tão evidente, acrescentou, que seria inútil insistir nisso se as brumas de soberania não tivessem obscurecido as verdades mais elementares.⁶⁶ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 10. Defende essa ideia Gabrielle Cunha Dias dizendo que é “comprovada a subjetividade internacional do indivíduo, com base em vários exemplos os quais atestam essa afirmativa, dentre este a punição do indivíduo no Tribunal Penal Internacional.” DIAS, Gabrielle Cunha. **O Tribunal Penal Internacional e a Subjetividade Internacional do Indivíduo**. 2004, p. 74-75.

¹⁷⁸ SILVA, Karine de Souza. **Direito da Comunidade Europeia: fontes, princípios e procedimentos**. Ijuí: Ed: Unijuí, 2005, p. 83. Quando a autora comenta que a possibilidade de intervenção direta dos indivíduos é limitadíssima, esta se refere aos recursos de anulação e omissão perante o referido Tribunal. No que tange o recurso de anulação este se encontra regulado pelos artigos 230 e 231 do Tratado da Comunidade Europeia. Já o recurso de omissão encontra-se regulado no artigo 232 do mesmo tratado. Idem, p. 83. A autora Karine de Souza Silva comenta que “[...] o acesso dos indivíduos aos Tribunais da Comunidade Europeia é uma decorrência imediata do princípio da eficácia direta das normas de Direito Comunitário [...] O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias encontra-se sediado em Luxemburgo e foi criado em 1952, na qualidade de instituição comunitária, configurando-se como eixo que serve de sustentáculo e garantia da longevidade da ideia de integração Europeia”. SILVA, Karine de Souza. O Acesso dos Indivíduos aos Tribunais da Comunidade Europeia: Principais Mecanismos Jurídicos. In: **Direito das Relações Internacionais**. Joana Stelzer, Everton das Neves Gonçalves. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p. 523 e 531.

Internacionais e algumas Convenções, desta forma, evidenciando os principais instrumentos que buscam salvaguardar os direitos inerentes a todos os indivíduos.

2.9.6 - Direitos Humanos – Conceito e Caracterização

Proclama-se que Direitos Humanos são aqueles direitos básicos próprios da pessoa humana e reconhecidos internacionalmente. Dentre muitos outros, cita-se o direito à vida o qual origina os demais direitos.

Também, várias são as terminologias que qualificam Direitos Humanos e noticia José Afonso Silva que estes são chamados de: “direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, direitos fundamentais, liberdades fundamentais, liberdades públicas, são todas expressões utilizadas para designar uma mesma categoria jurídica¹⁷⁹”. Ressalta-se, no entanto, que nem todos os autores possuem este entendimento, já que a própria doutrina distingue Direitos Humanos de Direitos Fundamentais¹⁸⁰. Contudo, ambos contribuem para o Estado Democrático de Direito, reforçando a proteção dos indivíduos.

Os Direitos Humanos por serem preceitos fundamentais à própria natureza humana preexistem à ordem positiva e possuem como características a imprescritibilidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, efetividade, historicidade, interdependência e complementariedade¹⁸¹.

¹⁷⁹ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 179.

¹⁸⁰ A autora Andrietta Kretz explana a diferença entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, informando que “[...] os Direitos Humanos são mais abrangentes, referindo-se na esfera internacional e os direitos fundamentais nascem das constituições, sendo estes direitos internos.” KRETZ, Andrietta. **A autonomia da vontade e eficácia horizontal dos direitos fundamentais**. Florianópolis: Momento Atual, 2005, p. 49-51.

¹⁸¹ SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 180-182.

2.9.7- O Processo de Internacionalização dos Direitos Humanos

Os Direitos Humanos, possuem a condição de reivindicações morais, portanto, nascem quando devem e podem nascer. Assevera Norberto Bobbio, que os direitos humanos não nascem todos de uma vez, nem de uma vez por todas.¹⁸²

Chama-se a atenção, para a concepção contemporânea de direitos humanos, dentro da historicidade dos direitos, que foi introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993.¹⁸³

Avulta-se, a promulgação da Declaração dos Direitos Humanos¹⁸⁴, pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, pois representou um ato decisivo para a proteção dos Direitos Fundamentais, considerado como o primeiro documento criado para assegurar ao indivíduo, a garantia de direitos básicos. Naquele ano, certamente, deu-se início ao processo de internacionalização dos direitos humanos, globalizando-os.

Assegura, Flávia Piovesan, que é extremamente recente na história o movimento de internacionalização dos Direitos Humanos, surgindo a partir do pós Segunda Guerra Mundial como resposta ao horror do nazismo¹⁸⁵.

Considerando este contexto, denota-se o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea. Desta maneira, a estrutura contemporânea do Direito Internacional dos Direitos Humanos começou a se consolidar, proibindo com suas

¹⁸² BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 32.

¹⁸³ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 8.

¹⁸⁴ Destaca Bobbio que: “A Declaração Universal dos Direitos do Homem representa a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido [...]”. “Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens”. BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992, p. 26-30.

¹⁸⁵ PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: Desafios da ordem internacional contemporânea. In: **Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 17.

normas que o Estado tratasse seus cidadãos sem nenhum tipo de responsabilização.¹⁸⁶

Na sequência, será descrita a Organização das Nações Unidas, pois trata-se do sistema global de proteção dos direitos humanos, bem como seus instrumentos de salvaguarda, os quais buscam internacionalizar esses direitos.

2.9.8 - O Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos

Os direitos humanos, são um conjunto de princípios morais que informam a organização da sociedade, criam direitos. Além disso, estão presentes em diversos tratados internacionais e Constituições, visando garantir direitos dos indivíduos e da coletividade, estabelecendo, enfim, obrigações jurídicas concretas aos Estados.

Muitas foram as iniciativas destinadas à positivação desses direitos, mas destaca-se, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que formou o sistema Universal¹⁸⁷, o qual é chefiado pela ONU e composto por instrumentos de alcance total: os Pactos Internacionais com alcance específico e pelas Convenções Internacionais as quais cuidam de determinada categoria de violação de Direitos Humanos¹⁸⁸.

O sistema Universal possui dois eixos pelos quais a proteção dos Direitos Humanos podem se efetivar. Um destes eixos que se refere aos tratados elaborados no âmbito da ONU, denomina-se de “mecanismo convencional”. Neste caso, o Estado ao firmar um tratado internacional, compromete-se em assegurar os Direitos Fundamentais. O segundo eixo é chamado de “mecanismo não-convencional”¹⁸⁹e

¹⁸⁶ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonard, 2004, p. 132-133.

¹⁸⁷ Ricardo Viel colabora afirmando que este também é conhecido como sistema Universal, com o intuito de garantir de maneira universal o respeito às normas de proteção internacional da pessoa humana. VIEL, Ricardo Nunes. **A Eficácia das sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: reflexos no âmbito interno dos países que se sujeitaram a sua competência**. 2004, p.28.

¹⁸⁸ PIOVESAN, Flávia. Introdução ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: a Convenção Americana de Direitos Humanos. In: **O Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 20.

¹⁸⁹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonard, 2004, p. 216-219.

refere-se ao caminho percorrido por meio da Comissão de Direitos Humanos ou pelo Conselho de Segurança da ONU.

Mesmo que de forma breve, pode-se entender a estrutura desse sistema. Aborda-se em seguida, os principais instrumentos de proteção da pessoa humana que universalizam os direitos humanos.

2.9.9 - A Carta das Nações Unidas de 1945

O primeiro instrumento internacional que tinha em vista à proteção universal dos direitos humanos, foi a Carta das Nações Unidas, este deu origem à Organização das Nações Unidas.¹⁹⁰

O dia 24 de outubro é comemorado em todo o mundo como Dia das Nações Unidas. Este documento é importantíssimo na luta pela proteção dos direitos de todos os seres humanos deste planeta. Eleva estes seres, os quais são as bases e a quem as normas se dirigem, ao topo de toda normativa jurídica internacional.

Já em seu prefácio, expressamente enuncia a preocupação com a dignidade humana e seu valor, assim como a igualdade entre homens e mulheres e a fé nos direitos fundamentais.¹⁹¹

Afirma-se que as Nações Unidas, faz surgir uma nova ordem internacional, instaurando um novo modelo de conduta nas Relações Internacionais que incluem a

¹⁹⁰ COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 4. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. P. 210. Mello complementa que “A Carta da ONU reproduziu de modo mais feliz o preceituado no Pacto da Sociedade das Nações. MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro, Renovar, 2004, p. 707. André de Carvalho Ramos diz que: Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, com o nascimento da Organização das Nações Unidas que o tema da codificação do Direito Internacional e mais especificamente, da responsabilidade Internacional são graves, impulsionando o desejo da Organização das Nações Unidas de estabelecer um conjunto prévio de normas de responsabilidade internacional, a fim de se evitar conflitos entre Estados”. RAMOS, André de Carvalho. **Responsabilidade Internacional por Violação de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 53.

¹⁹¹ RANGEL, Vivente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 32-33. Vide Carta das Nações Unidas. “NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis á humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla”.

manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre Estados, a cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, um padrão internacional de saúde, a proteção do meio ambiente e a proteção internacional dos direitos humanos.¹⁹²

Mas, existem alguns problemas os quais devem ser considerados, por exemplo, de não haver explicitado em seu corpo normativo a questão das violações dos Direitos Humanos, fato este modificado após jurisprudência proferida pela Corte Internacional de Justiça, bem como quando versa sobre seu contudo, uma vez que se refere exclusivamente à proteção dos Direitos Humanos, gerando obstáculos na concretização dos direitos e liberdades fundamentais, por não definir essa expressão.¹⁹³

Por felicidade, os problemas foram superados com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, exposto na sequência deste capítulo.

2.9.10 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Desta forma, em 10 de dezembro de 1948, A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembléia Geral das Nações Unidas, relaciona os direitos essenciais e inalienáveis de todos os indivíduos do globo terrestre.¹⁹⁴ Quanto ao objetivo principal deste documento, John P. Humphrey, destaca:

“Independentemente da intenção dos redatores da Declaração em 1948, hoje a Declaração é parte do direito costumeiro das nações e é, portanto, vinculante a todos os Estados. A Declaração Universal e os princípios nela enunciados têm sido oficialmente invocados em muitas

¹⁹² PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonard, 2004, p. 140.

¹⁹³ SILVA, Guido Fernando Soares. **Curso de Direito Internacional Público**. Vol. 1. São Paulo: Editora Atlas, 2002, p. 345.

¹⁹⁴ ALVES, José Augusto Lindgren. **A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: FTD, 1997, p. 26.

ocasiões, tanto no âmbito das Nações Unidas, como fora dele.”¹⁹⁵

Segundo a doutrina e a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça a Declaração Universal apresenta os mesmos efeitos legais de qualquer tratado internacional, e a força do seu instrumento provém de sua conversão em norma consuetudinária.¹⁹⁶

Adverte-se, que outros mecanismos internacionais lhe sucederam, tendo a preocupação de ampliá-la. Prossegue-se então, a apresentação dos Pactos Internacionais.

2.9.11- Pactos Internacionais de Direitos Humanos

O processo de “jurisdicização” da Declaração Universal iniciou-se em 1949 e findou-se em 1966, com a elaboração de dois tratados internacionais.

O primeiro, denominado Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, trata dos direitos civis e políticos. Este constitui-se em um tratado o qual confere aos Estados-partes o caráter de descrever, aprofundar, modificar e ampliar o conjunto de direitos dos indivíduos consagrados na Declaração Universal de 1948.¹⁹⁷ Entrou em vigor, somente em 1976 e conferiu ao indivíduo os seguintes direitos: igualdade no gozo de direitos entre homens e mulheres, à vida, à liberdade, e a segurança pessoal¹⁹⁸. Este impõe aos Estados-partes obrigação imediata de respeitar e garantir os direitos nele elencados, tendo auto-aplicabilidade. Ocupa-se dos direitos à vida, à integridade, à proibição de tortura, à liberdade de pensamento e de opinião de associação e de reunião, à intimidade e à vida familiar.¹⁹⁹

¹⁹⁵ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonard, 2004, p. 87.

¹⁹⁶ Nesse sentido compactuam dessa posição COMPARATO, Caçado TRINDADE, PIOVESAN, DALALRI, Lindgren ALVES e outros doutrinadores. ANNONI, Danielle. **Direitos Humanos e Acesso à Justiça no Direito Internacional: Responsabilidade Internacional do Estado**. Curitiba: Juruá, 2003, p. 67.

¹⁹⁷ Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos. In: RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 681-692.

¹⁹⁸ ARAÚJO, Luis Ivan de Amorim. Subjetividade Jurídico-internacional do indivíduo. In: **Direitos Humanos e Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 32.

¹⁹⁹ Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos. In: RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 681-692.

Ainda, contempla o Pacto, outros direitos que não foram elencados na Declaração Universal, tal qual o direito à autodeterminação e à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais e o direito de minorias étnicas, religiosas e linguísticas de desenvolver em sua vida cultural, de professar sua religião e de utilizar sua própria língua, assim como o direito de asilar.²⁰⁰

Além disso, possuem o mecanismo de relatórios e estabelece uma sistemática de comunicação interestatal²⁰¹, no qual, um Estado-parte está autorizado a denunciar a Comitê de Direitos Humanos a prática de violações por parte de outro Estado-parte, desde que se confirme que o Estado-parte tenha aceitado a competência do Comitê.²⁰²

São conhecidos dois Protocolos Facultativos ao presente pacto, sendo que o primeiro ocorreu em 1966 e o segundo em 1989. Neste estudo, se faz interessante o primeiro, uma vez que possibilitou aos indivíduos a capacidade de apresentar uma comunicação diretamente ao Comitê de Direitos Humanos nos casos de agressão de alguns direitos enumerados no pacto.²⁰³ Nesse contexto, demonstra-se os avanços no plano internacional de mais um mecanismo, que ao lado dos demais aqui apresentados, consagram a tese da subjetividade internacional do indivíduo.²⁰⁴

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Salienta Piovesam que “o procedimento das comunicações interestatais pressupõe o fracasso das negociações bilaterais e o esgotamento dos recursos internos. A função do Comitê é auxiliar na superação da disputa, mediante proposta de solução amigável.” PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p.173.

²⁰² Ver artigo 41 do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos. RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 697.

²⁰³ Primeiro Protocolo Facultativo do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos (1966). In: ALVES, José Augusto Lindgren. **A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: FTD, 1997, p. 70. Observar os artigos 2 e 5 do mesmo documento.

²⁰⁴ Observa-se ainda, que há um número crescente de tratados reconhecendo a proteção diretamente aos indivíduos, sem o pálio estatal. Dentre esses tratados encontram-se a Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados e outros. Para maiores informações acerca da Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio verificar sua definição presente em seu artigo 2º. Encontra-se definido também pelo Estatuto de Roma no seu artigo 6º. Estatuto de Roma. In: KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário: o precedente do comitê internacional da cruz vermelha e o tribunal penal internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 285-338.

2.9.12 O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Igualmente ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais incorporou os direitos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Leciona Flávia Piovesan que:

“enquanto o Pacto dos Direitos Civis e Políticos estabelece direitos aos indivíduos o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece deveres endereçados ao Estado.²⁰⁵”

Desta monta, este último, estabelece medidas que orientam à satisfação de seus preceitos, com alguns dos seguintes direitos: o direito ao trabalho livre, a condições justas, remuneradas, seguras e higiênicas de trabalho, ao repouso, ao lazer, a férias remuneradas, à justa remuneração, à formação de sindicatos e à associação aos mesmos.²⁰⁶

Assim, apresentou-se o sistema universal de proteção aos Direitos Humanos e seus instrumentos, pois a eles pertencem todas as normativas internacionais configurando o centro do universo do Direito Internacional Público. A próxima pesquisa evidencia que juntamente com o sistema global de proteção aos direitos humanos existem três sistemas regionais, porém abordaremos dois deles, ou seja, o Sistema Regional Interamericano e o Sistema Regional Europeu.

2.9.13 - O Sistema Regional Interamericano de proteção aos direitos humanos e os indivíduos

No curso dos últimos quarenta anos, como uma réplica regional do movimento universal e europeu de criar mecanismos de proteção para os direitos

²⁰⁵ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 180.

²⁰⁶ Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. In: RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 668-680.

humanos, o Sistema Interamericano de proteção de direitos humanos se desenvolveu no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).²⁰⁷

Acrescenta-se que este sistema envolve todas as Américas e se fundamenta em duas normativas, a Carta da OEA lida conjuntamente com a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem de 1948²⁰⁸, e a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969²⁰⁹.

2.9.14 - A Convenção Americana de Direitos Humanos: o Pacto de São José da Costa Rica

Flávia Piovesan, esclarece que ao adotar a Convenção Americana de Direitos Humanos, a estrutura institucional do Sistema Interamericano, sofreu uma mudança substancial, pois até então, se fundamentava em instrumentos de natureza declaratória.²¹⁰ Em 1969, a Convenção foi proposta pela OEA em uma Conferência Intergovernamental em San José, Costa Rica, mas somente entrou em vigor em 18.07.1978. Sobre maneira, sobressai, o fato de que esta também é resultado da influência exercida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU.

²⁰⁷ OEA significa: Organização dos Estados Americanos e é um organismo inter-governamental regional formado por trinta e cinco Estados Membros: as Nações independentes das Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe. PINZÓN, Diego Rodriguez, MARTIN, Cláudia. **A Proibição de Tortura e Maus-tratos pelo Sistema Interamericano**. Switzerland: OMCT, 2006, P. 28. Ressalta-se ainda que Cuba permanece como Estado Membro, mas desde 1962 seu governo foi excluído da participação da OEA. Idem.

²⁰⁸ A Declaração Americana é composta, além de um prefácio, por 38 artigos em que se definem os direitos protegidos e deveres correlativos, os quais estabelece que: “os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele cidadão de determinado Estado, mas sim, do fato de os direitos terem como base os atributos da pessoa humana”. Assim, a Declaração Americana expressamente reconhece a universalidade dos direitos humanos. A mesma foi instituída através de resolução, e fazia-se necessária a adoção de um tratado internacional para que os direitos dela se tornassem exigíveis, sendo que, sem uma vinculação jurídica, as declarações possuem somente caráter recomendatório. Criou-se então um órgão para a proteção dos direitos humanos no âmbito da OE, sendo este a Comissão Interamericana de Direitos Humanos cujo Estatuto foi aprovado em 1960. SCHAFRANSKI, Silvia Maria Derbli. **Direitos Humanos e seu processo de universalização da Convenção Americana**. Curitiba: Juruá, 2003, p.85. Ainda, sinala-se que, enquanto a Carta da OEA proclama de modo genérico que um dos deveres dos Estados membros é o de respeitar os direitos da pessoa humana, a Declaração Americana especifica quais são os direitos humanos fundamentais que devem ser observados e garantidos. BRANDÃO, Marco Antônio Diniz & BELLI, Benoni, **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI**. Disponível em: WWW.dhnet.org.br/direitos/testos_dh/artigo11.htm

²⁰⁹ HARRIS, David J. **The Inter-American System of Humann Rights**. Oxford: Clarendon Press, 1990, p.1.

²¹⁰ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e a Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 87.

Afirma Antônio Augusto Cançado Trindade, que o preâmbulo da Convenção demonstra a consolidação do continente americano, conforme os moldes democráticos, respeitando a justiça social e a liberdade pessoal.²¹¹

Os autores Cláudia Martin e Diego Rodriguez citam outras convenções que foram adotadas pelos Estados-Membros da OEA e que permitem aos indivíduos postular perante à Comissão ou pela Corte :

“Os Estados –Membros da OEA adotaram outras convenções de direitos humanos: o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador (1988); o Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos para a Abolição da Pena de Morte – Convenção

²¹¹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O Sistema Interamericano Introdução ao sistema interamericano.** In: GOMES Luiz Flávio, et AL. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 33. Em seu preâmbulo, a Carta da OEA afirma que: “Os Estados americanos signatários da presente Convenção, reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem; reconhecendo que os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados Americanos; considerando que esses princípios foram consagrados na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e que foram reafirmados e desenvolvidos em outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito mundial como regional; reiterando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento de temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos; e considerando que a terceira Conferência Interamericana Extraordinária (Buenos Aires, 1967) aprovou a incorporação à própria Carta da Organização de normas mais amplas sobre direitos econômicos, sociais e educacionais e resolveu que uma convenção intramericana sobre direitos humanos determinasse a estrutura, competência e processo dos órgãos encarregados dessa matéria, convieram no seguinte [...]”. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** Disponível em: www.oas.org

Contra Pena de Morte 1990); Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985); Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994); Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Deficiência (2001). Todas essas Convenções, com exceção da Convenção sobre Portadores de Deficiência, dispõem sobre processos de petições individuais perante à Comissão e em última instância à Corte.”²¹²

Trata-se de um tratado multilateral, a Convenção Americana, com função de promover um intercâmbio entre os Países-Membros. Possui um aparato de monitoramento dos direitos que enuncia, sendo integrado por órgãos, ora abordados na sequência.

2.9.15 - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

O Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos baseia-se em dois órgãos internacionais de supervisão das obrigações internacionais dos Estados: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, D. C., e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em San José, na Costa Rica.²¹³

Lembra-se que a Comissão é o órgão central da OEA na supervisão do cumprimento das obrigações pelos Estados-Membros²¹⁴. Desse modo, compete a ela responsabilizar seus signatários, sobre as violações dos direitos humanos consagrados na Convenção e na Declaração Americana.²¹⁵

²¹² PINZÓN, Diego Rodriguez, MARTIN, Cláudia. **A Proibição de Tortura e Maus-tratos pelo Sistema Interamericano**. Switzerland OMCT, 2006, p. 31-33.

²¹³ GALLI, Maria Beatriz, DULITZKY, Ariel E. **A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o seu papel central no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos**. In: GOMES, Luiz Flávio, et AL. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 61.

²¹⁴ Idem, p. 53-55.

²¹⁵ ANNONI, Danielle. **Direitos Humanos e Acesso à Justiça no Direito Internacional**. Curitiba:Juruá, 2003, p. 94.

Outrossim, com o artigo 44 da Convenção Americana, a Comissão têm competência para processar queixas individuais, de grupos ou Organizações não-governamentais, antes do envio do caso à Corte²¹⁶, a qual será objeto de estudo no próximo subítem.

2.9.16 - A Corte Interamericana de Direitos Humanos

Conforme visto anteriormente, os sistema interamericano é composto por dois órgãos principais: a Corte Interamericana de Direitos Humanos²¹⁷ que é o órgão jurisdicional deste sistema, criada pela Convenção Americana de Direitos Humanos, e a Comissão Interamericana. Ambos, para atingirem o que desejam, precisam da colaboração dos Estados, da OEA e da sociedade civil. O objetivo da Corte é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, bem como, não se pode esquecer de trata-se de uma instituição judiciária autônoma.

Também, tem duas competências distintas: uma contenciosa e outra consultiva, definidas nos artigos 62 e 64 da Convenção Americana. A primeira é a jurisdição que adjudica casos relacionados a supostas violações à Convenção Americana pelos seus Estados Membros.²¹⁸ Refere-se a segunda, a competência consultiva, ou seja, competência para prestar pareceres consultivos, interpretando as obrigações postas nos Tratados de direitos humanos.²¹⁹

Quanto a capacidade postulatória, o artigo 61 da Convenção Americana, determina quem tem o direito de postular diretamente à Corte²²⁰, declarando que somente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os Estados-Partes, ficando aos demais entes apenas a condição de recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

²¹⁶ LAPA, Fernanda, PAUL, Chrystiane de Castro Benatto. **A Primeira Condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In: Revista de Direito: Direitos Humanos e História da Democracia. Florianópolis: CESUSC, 2007, p. 90.

²¹⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos**, p. 622.

²¹⁸ **Convenção Americana dos Direitos Humanos**. Disponível em: www.oea.org

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Convenção Americana sobre Direitos Humanos. In: RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 724.

Contudo, atualmente, já se permite a presença de vítimas como colaboradoras²²¹ dos processos em que a Comissão as representa, mesmo que aos indivíduos não é dado o direito de peticionar diretamente à Corte. Na visão da autora Silvia Loureiro²²², consolida-se, assim, o *status* do ser humano como sujeito de Direito Internacional Público.

Desta forma, Cançado Trindade esclarece que:

O necessário reconhecimento do *locus standi in judicio* das supostas vítimas (ou seus representantes legais) ante a Corte Interamericana constitui nessa linha de pensamento, um avanço dos mais importantes, mas não necessariamente a etapa final do aperfeiçoamento do *judicio* dos indivíduos ante a Corte Interamericana há que evoluir rumo ao reconhecimento, mais adiante, do direito de os indivíduos demandarem aos Estados – Partes diretamente ante a futura Corte Interamericana, levando diretamente a esta última, casos concretos (*jus standi*), como órgão jurisdicional único do sistema interamericano de prover do porvir.²²³

Portanto, evidenciou-se que idêntico ao Sistema Europeu, o Sistema Interamericano está evoluindo no sentido para que os procedimentos sejam transformados de *locus standi* à *jus standi*.

²²¹ **Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** In: Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano. Washington: OEA, 2007, P. 214.

²²² LOUREIRO, Silvia Maria da Silveira. **Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos na Constituição.** Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 147.

²²³ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A personalidade e capacidade jurídica do indivíduo como sujeito de direito internacional. In: ANNONI, Danielle. **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 29.

2.9.17 - O Sistema Europeu de Proteção dos Direitos Humanos – A Convenção Européia

A Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais foi elaborada no seio do Conselho da Europa²²⁴, criado em 1949 no Pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de unificar a Europa, e vigente a partir de 1953. Complementa Flávia Piovesan, dizendo que:

“A compreensão do sistema Europeu demanda que se enfatize o contexto no qual ele emerge: um contexto de ruptura e de reconstrução dos direitos humanos, caracterizado pela busca de integração e cooperação dos países da Europa ocidental, bem como de consolidação, fortalecimento e expansão de seus valores, dentre a proteção dos direitos humanos.²²⁵

Logo, esse sistema exprime a mais extraordinária experiência de justicialização de direitos humanos, através de sua Corte, mostrando ser o mais evoluído dos sistemas regionais existentes, uma vez que consagra a tese da subjetividade internacional do indivíduo, dando-lhe capacidade postulatória direta.

A Corte Européia de Direitos Humanos, através do protocolo nº 11, assinado em 1998, passou a autorizar o acesso direto dos indivíduos sem a necessidade destes passarem pela Comissão Européia de Direitos Humanos. Este protocolo, reestruturou o mecanismo de controle, tornando-se uma jurisdição internacional.²²⁶ Dentre suas alterações substanciais estão a extinção da Comissão Européia de Direitos Humanos, autorizando assim aos particulares postularem diretamente à Corte, lembrando que tal postura confirma a subjetividade internacional do indivíduo e tendo a aceitação, como condição fundamental

²²⁴ Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitoss-humanos/sist-europeu-dh/cons-europa-historia.html>

²²⁵ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 63.

²²⁶ HARRIS, David J. **The Inter-American System of Human Rights**. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 2.

para o Estado integrar o Conselho da Europa, da Convenção e da jurisdição obrigatória de seus órgãos.²²⁷

Portanto, de acordo com a condição acima, em caso do Estado transgressor não cumprir a decisão da Corte implicará em sua suspensão do Conselho da Europa. Acredita Gabriela Daou que:

“a aceitação obrigatória da jurisdição supranacional, a qual efetiva a observância dos direitos humanos sobre as leis, práticas e sistemas de justiça estatais, representa um marco sem precedentes no Direito Internacional.”²²⁸

Esse procedimento abriu um precedente jurídico para todos os outros Tribunais e Fóruns internacionais, demonstrando que é possível dar ampla capacidade postulatória aos indivíduos, pois de nada adianta ser destinatários de direitos e não há faculdade de pleiteá-los pessoalmente.

A apresentação da queixa individual pode ser feita sem a representação de um advogado, mas é aconselhável que se constitua um. Após a comunicação da queixa ao Estado violador, a representação torna-se obrigatória. O Conselho da Europa criou um sistema de assistência judiciária para os requerentes sem recursos financeiros.²²⁹

Ressalta-se que, de nada adianta abrir tal oportunidade aos indivíduos sem que o sistema esteja estruturado para receber essas demandas. O sistema Europeu abriu a capacidade postulatória direta aos indivíduos, mas encontra-se com uma demanda muito maior do que no sistema Interamericano, ocasionando lentidão processual. Desse problema resultou o Protocolo de nº 14, o qual busca reestruturar melhor o sistema Europeu. Constata-se que da mesma forma com que os cidadãos podem se dirigir diretamente à Corte, os Estados contratantes também podem enviar suas queixas alegando violação por um Estado contratante de um dos direitos

²²⁷ VERENHITACH, Gabriela Dau, SCHMIDT, Rafael Vitória. **Tribunal Europeu do Homem**. Josyler Arana e Rozane da Rosa Cachapuz In: **Direito Internacional: seus Tribunais e meios de soluções de conflitos**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 136.

²²⁸ Idem, p. 135.

²²⁹ Verificar no site oficial da **Corte Européia de Direitos Humanos**. Disponível em: www.echr.coe.int

garantidos na Convenção. Todo esse processo acompanha os preceitos legais de contraditório e ampla defesa e tem caráter público.²³⁰

Outrossim, deve ter sido pessoalmente e diretamente vítima de uma violação dos direitos humanos resguardados por esse sistema, para que um particular demande na Corte contra um Estado transgressor. Basta que a violação tenha sido cometida dentro do território de algum dos países-partes, não requer-se que o cidadão seja nacional de um dos Estados-Partes.²³¹

Portando, atualmente, o Sistema Europeu é considerado o mais avançado dos sistemas regionais de proteção aos Direitos Humanos, não apenas pelos direitos e liberdades fundamentais que resguarda, mas principalmente por consagrar a tese da subjetividade internacional do indivíduo, concedendo a toda pessoa humana o *jus standi*, ou seja, o acesso direto a sua Corte.²³² Com ênfase, sinala-se que o conceito abordado sobre os fundadores do “Direito das Gentes”, encontra-se presente nos Tribunais Internacionais no momento em que estes permitem o acesso direto dos indivíduos, garantindo assim a universalidade e igualdade de direitos. Por sua vez, deve basear-se nos princípios constitucionais como o da garantia de igualdade processual, isonomia entre as partes e o princípio do contraditório e ampla defesa. De certa forma tais princípios são feridos, ao negar o acesso direto dos indivíduos, pois os cidadãos não podem defender-se diretamente sobre as violações que eles mesmos sofreram. Além do mais, é por visar a busca pela justiça e pela verdade é que tais princípios existem.²³³ Destarte, não se afigura conceder direitos no plano internacional aos indivíduos, lhes colocando como centro de todas as normativas e não lhes conceder a capacidade de reivindicá-los.²³⁴

²³⁰ “Art. 32. Competência do Tribunal. 1)A competência do Tribunal abrange todas questões relativas a interpretação e à aplicação da Convenção e dos respectivos protocolos que lhe sejam submetidas nas condições previstas pelos artigos 33, 34 e 47.” Verificar no site oficial da **Corte Europeia de Direitos Humanos**. Disponível em: www.echr.coe.int

²³¹ VERENHITACH, Gabriela Daou, SCHMIDT, Rafael Vitória. **Tribunal Europeu do Homem**. Jusycler Arana e Rozane da Rosa Cachapuz In: **Direito Internacional: seus Tribunais e meios de soluções de conflitos**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 144.

²³² TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito do direito internacional. In: **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. ANNONI, Danielle. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 21.

²³³ Idem, p. 27.

²³⁴ Idem, p. 30.

Prosseguindo, aborda-se outros entes que podem atuar na sociedade internacional e chamados de sujeitos fragmentários: beligerantes, insurgentes e nações em luta pela soberania.

2.10 - Beligerantes, insurgentes e nações em luta pela soberania

Celso de Albuquerque Mello afirma que o “reconhecimento como beligerante é aplicado às revoluções de grande envergadura, em que os revoltosos formam tropas regulares e que têm sob o seu controle uma parte do território estatal”²³⁵, como nas guerras civis, fundamentando o instituto no princípio da autodeterminação dos povos e nos valores humanitários que perpassam as relações internacionais.

Cita-se como exemplo histórico de beligerantes foram os Confederados da Guerra de Secessão dos EUA (1861-1865).

Os beligerantes são movimentos contrários ao governo de um Estado, que visam a conquistar o poder ou a criar um novo ente estatal, e cujo estado de beligerância é reconhecido por outros membros da sociedade internacional.

O reconhecimento de beligerância é normalmente feito por uma declaração de neutralidade e é ato discricionário. Com as sensibilidades existentes nas relações internacionais, é normal que o primeiro Estado a fazê-lo seja aquele onde atue o beligerante. A prática do ato, porém, não obriga outros entes estatais a fazer o mesmo.

As principais conseqüências do reconhecimento de beligerância incluem a obrigação dos beligerantes de observar as normas aplicáveis aos conflitos armados e a possibilidade de que firmem tratados com Estados neutros. O ente estatal onde atue o beligerante fica isento de eventual responsabilização internacional pelos atos deste, e terceiros Estados ficam obrigados a observar os deveres inerentes à neutralidade.

Os insurgentes também são grupos que se revoltam contra governos, mas cujas ações não assumem a proporção da beligerância, como no caso de ações localizadas e de revoltas de guarnições militares, e cujo status de insurgência é

²³⁵ MELLO, Celso D. de Albuquerque: Curso de direito internacional público, v. 1, p. 557.

reconhecido por outros Estados. Cita-se como exemplo de movimento insurgente foi a Revolta da Armada (1893).

O reconhecimento de insurgência é ato discricionário, dentro do qual são estabelecidos seus efeitos, que normalmente não estão pré-definidos no Direito Internacional e que, portanto, dependem do ente estatal que a reconhece. Em regra, o reconhecimento do caráter de insurgente exime o Estado onde ocorre o movimento de responder internacionalmente pelos atos dos revoltosos e impõe, a todos os lados envolvidos em uma revolta, a obrigação de respeitar as normas internacionais de caráter humanitário.

Há uma clara semelhança entre a beligerância e a insurgência. Entretanto, aquela reveste-se de maior amplitude do que esta. Em suma, segundo Alfred Verdross, os insurgentes são “beligerantes com direitos limitados”²³⁶.

As nações em luta pela soberania são movimentos de independência nacional, que acabam adquirindo notoriedade tamanha que fica impossível ignorá-los nas relações internacionais. É o caso, por exemplo, da antiga Organização para a Libertação da Palestina (OLP), atual Autoridade Palestina, que, sem contar com a soberania estatal, exercia e ainda exerce certas prerrogativas típicas dos Estados, como a de celebrar tratados e o direito de legação (direito de enviar e receber representantes diplomáticos). Podem ter origem na beligerância ou na insurgência.

Em todo caso, independentemente do reconhecimento de beligerância ou de insurgência, ninguém pode eximir-se de respeitar as normas internacionais de Direitos Humanos, de Direito Humanitário e de outros ramos do Direito aplicáveis a qualquer conflito armado ou situação instável. Afirmar o contrário seria negar a universalidade dessas normas, que visam a proteger todas as pessoas em qualquer circunstância.

²³⁶ VERDROSS, Alfred. Derecho internacional público, p. 151. Apud DELL’OLMO, Florisbal de Souza. Curso de direito internacional público, p. 62.

2.10 - Os blocos regionais

Os blocos regionais são, sucintamente, esquemas criados por Estados localizados em uma mesma região do mundo, com o intuito de promover a maior integração entre as respectivas economias e, eventualmente, entre as suas sociedades nacionais. São também conhecidos como “mecanismos de integração regional”.

Surgem a partir de tratados, celebrados entre os Estados que os criaram, e funcionam não apenas no âmbito do marco dos atos internacionais que os constituíram, como também de acordo com regras, fixadas por outros tratados e por modalidades normativas peculiares, concebidas no bojo de suas atividades, como as diretrizes do Mercosul e os regulamentos, diretivas e decisões da União Européia. Exemplos notórios de blocos regionais são a União Européia, o Mercosul e a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Dependendo do nível de aproximação entre seus Estados-membros, os blocos regionais organizam-se de modo a agirem autonomamente nas relações internacionais, ganhando personalidade jurídica própria. Com efeito, alguns blocos regionais acabam recebendo poderes típicos de sujeitos de Direito das Gentes, como celebrar tratados, comparecer a mecanismos de solução de controvérsias internacionais e exercer o direito de legação.

Nesse sentido, é possível que nem todos os blocos regionais tenham personalidade jurídica de Direito das Gentes, o que dependerá, fundamentalmente, do interesse de seus integrantes. Cita-se como exemplo de bloco regional que tem personalidade jurídica de Direito Internacional é o Mercosul, nos termos dos artigos 34 a 36 do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto), de 1994. Esse é também o caso da União Européia e, futuramente, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).²³⁷

²³⁷Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br> .Sujeitos de Direito Internacional Público: Introdução. Paulo Henrique Gonçalves Portela

CAPÍTULO 3

OS ENTES INTERNACIONAIS SUAS LIMITAÇÕES E O FUTURO DA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

Para alguns autores, dentre os quais destacamos o brasileiro Celso de Albuquerque Mello, a conceituação de sujeito de direito no Direito Internacional Público seria idêntica à conceituação de sujeito de direito no direito interno, ou seja, é sujeito de direito internacional aquele que tem direitos ou obrigações perante a ordem jurídica internacional. Esses autores distinguem a personalidade jurídica da capacidade de agir, que diz respeito à realização de atos válidos no plano jurídico internacional. Assim, para eles é perfeitamente possível a existência de sujeitos de direito internacional incapaz, à semelhança do que ocorre com as crianças no direito interno, que, apesar de serem sujeitos de direito, não possuem capacidade de exercê-los, devendo ser representadas por alguém capaz.

Denota-se, pelo que foi visto nos capítulos anteriores, que o tema da personalidade internacional é objeto de polêmica na doutrina, dentro da qual se opõem dois entendimentos. O primeiro mantém a concepção do Direito Internacional clássico, de caráter interestatal, pela qual apenas os Estados e as organizações internacionais seriam sujeitos de Direito Internacional.

Tem-se como exemplo da capacidade jurídica dos entes citados, destacando – se os Estados: o acordo bilateral entre a Síria e o Marrocos, acordos de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, Transferência de Pessoas Condenadas e de Extradicação. Cita-se, ainda, como exemplo, notícia veiculada no site do Ministério da Justiça referente a novos tratados de cooperação internacional:

“O Ministério da Justiça concluiu com a Síria e o Marrocos acordos de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil,

Transferência de Pessoas Condenadas e de Extradicação. De acordo com o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, foram negociados, no total, oito acordos - resultado direto de negociações entre peritos jurídicos dos países.

Os tratados de cooperação jurídica internacional em Matéria Penal são instrumentos que permitem aos Estados facilitar a execução e coordenação de tarefas das autoridades responsáveis pelas investigações, inquéritos e ações penais, com o fim de prevenir a criminalidade organizada transnacional e a lavagem de dinheiro, entre outros delitos.

Encontram-se em vigor atualmente 10 acordos bilaterais, com a China, Colômbia, Coréia do Sul, Cuba, Estados Unidos da América, França, Itália, Peru, Portugal e Ucrânia. Existem, ainda, diversos acordos multilaterais, com destaque para a Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Parte do Mercosul e as Convenções das Nações Unidas sobre Drogas, Crime Organizado Transnacional e Corrupção.

Os acordos bilaterais com Honduras, México, Nigéria e Panamá encontram-se em tramitação no Congresso Nacional, bem como o referente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Finalizaram seu trâmite no Legislativo e aguardam promulgação os acordos com Angola, Espanha, Líbano, Reino Unido, Suíça e Suriname.

Foram também assinados acordos com El Salvador e com países associados ao Mercosul - Bolívia e Chile. Já foram

finalizadas as negociações com Bahamas, Bélgica, Hong Kong, Nicarágua e Romênia.

Os tratados de cooperação jurídica internacional em matéria civil têm como objetivo primordial promover a cooperação entre os Estados para tornar mais célere o cumprimento dos atos e dos procedimentos judiciais. Incluem-se nesses tratados temas ligados ao direito civil, empresarial, trabalhista e administrativo, assim como decisões penais que versem sobre reparação de danos no âmbito civil. Neste sentido encontram-se em vigor cinco acordos bilaterais, com Argentina, Espanha, França, Itália e Uruguai.

Foi negociado acordo bilateral com os Estados Unidos da América para o Cumprimento da Obrigação de Prestação de Alimentos, e encontram-se em negociação acordos com Argélia, Canadá, Japão, México, Portugal e República Tcheca.

Já a transferência de pessoas condenadas é um recente instrumento de direito humanitário e internacional. Tem o objetivo de reaproximar o condenado estrangeiro do convívio de sua família e de sua sociedade. "Estes acordos tem um forte cunho social. Através de um tratado celebrado entre Estados, uma pessoa condenada pela Justiça de uma parte poderá cumprir sua sentença no país de sua nacionalidade, promovendo uma melhor ressocialização e reabilitação para essa pessoa", declarou Tuma Júnior.

Nos acordos desse tema celebrados pelo Brasil, tem-se por princípio o respeito às decisões judiciais de outros Estados, mantendo-se a pena original em sua natureza e duração. "Vale ressaltar que, nos casos de prisão perpétua ou pena

de morte, o outro Estado signatário deverá se comprometer a comutá-la na pena privativa de liberdade, de duração máxima prevista pela legislação interna do Brasil, isto é, de até 30 anos de duração", explicou.

Os tratados de transferência de pessoas condenadas vigentes no Brasil foram firmados com Argentina, Canadá, Chile, Espanha, Mercosul, Paraguai, Peru, Portugal e Reino Unido.

Já o instituto da extradição consiste na entrega de uma pessoa por parte de um Estado às autoridades de outro país, para que seja julgada ou processada criminalmente, ou mesmo para cumprir uma condenação já estabelecida em seu desfavor em razão de um crime por ela cometido. "A extradição é um dos mais antigos instrumentos de cooperação internacional e desde seu princípio visou o combate à impunidade, objetivando o efetivo cumprimento do direito de punir inerente aos Estados. As extradições de Salvatore Cacciola e Juan Carlos Abadia são exemplos de que o Brasil está combatendo a impunidade", finalizou o secretário".²³⁸

O segundo baseia-se na evidência de que a sociedade internacional já não tem mais nos entes estatais seus únicos atores relevantes e inclui indivíduos, empresas e organizações não-governamentais, por exemplo, dentre os detentores de personalidade internacional. Um exemplo muito atual que temos que o ser humano também possui esta personalidade é o de uma garota inglesa que se recusa a ser medicada e tratada pelos médicos, esta recorreu a uma corte internacional que deferiu

²³⁸ Disponível no site do Ministério da Justiça.

o seu pedido de não se submeter ao tratamento. Como exemplo real desta teoria pode-se destacar:

“O Tribunal Internacional de Nuremberg, que condenou nazistas por crimes contra a humanidade. Quando de sua instauração, houve muitos protestos dos juristas em virtude de sacrifício da correta formulação do raciocínio jurídico em nome de imperativos éticos e morais. Não se levou em conta que os militares nazistas cometeram atos ilícitos na ordem jurídica internacional, mas sim ilícitos na ordem jurídica nacional.”²³⁹

A personalidade refere-se à aptidão para a titularidade de direitos e de obrigações. Associa-se à capacidade, que é a possibilidade efetiva de que uma pessoa, natural ou jurídica, exerça direitos e cumpra obrigações. Na doutrina internacionalista, o exame da personalidade internacional alude, em regra, à faculdade de atuar diretamente na sociedade internacional, que comportaria o poder de criar as normas internacionais, a aquisição e o exercício de direitos e obrigações fundamentadas nessas normas e a faculdade de recorrer a mecanismos internacionais de solução de controvérsias. Aqueles que possuem a capacidade de praticar os atos acima citados seriam os sujeitos de Direito Internacional.

Como afirmado anteriormente, apenas os Estados e as organizações internacionais eram considerados detentores de personalidade internacional, por contarem com amplas possibilidades de atuação no cenário jurídico externo, incluindo a capacidade de elaborar as normas internacionais e a circunstância de serem seus destinatários imediatos. Ainda hoje, o entendimento unânime da doutrina atribui-lhes o caráter de sujeitos de Direito das Gentes.

Entretanto, a evolução recente das relações internacionais tem feito com que a ordem jurídica internacional passe a regular situações que envolvem outros entes,

²³⁹ SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008. P. 182.

que vêm exercendo papel mais ativo na sociedade internacional e que passaram a ter direitos e obrigações estabelecidos diretamente pelas normas internacionais.

Com isso, a doutrina vem admitindo a existência de novos sujeitos de Direito Internacional, que são o indivíduo, as empresas e as organizações não-governamentais (ONG's), que podem invocar normas internacionais e devem cumpri-las e que, ademais, já dispõem da faculdade de recorrer a certos foros internacionais.

Todavia, cabe destacar que nenhuma das novas pessoas internacionais detém todas as prerrogativas dos Estados e organismos internacionais, como a capacidade de celebrar tratados.

Por conta dessas limitações, parte da doutrina classifica os indivíduos, empresas e ONG's como "sujeitos fragmentários"²⁴⁰ do Direito das Gentes e, pelos mesmos motivos, há quem não reconheça sua personalidade internacional.

Constata-se, que a polêmica relativa aos sujeitos de Direito Internacional, evidência de que as normas internacionais podem efetivamente vincular condutas de vários atores sociais, os quais também já contam com crescentes possibilidades de atuação direta em foros internacionais.

Por isso, muitos defendem que indivíduos, empresas e ONG's possuem personalidade jurídica internacional, não obstante não reúnam todas as prerrogativas dos Estados e organismos internacionais. Com efeito, como afirma Jean Touscoz, "a qualidade de sujeito de Direito não depende da quantidade de direitos e obrigações de que uma entidade é titular"²⁴¹. Admitir que essa circunstância elimine a personalidade internacional implicaria reconhecer que o próprio Estado, também limitado em suas competências nas relações internacionais, não seria sujeito de Direito das Gentes.

A dinâmica da sociedade internacional conta também com a participação de coletividades não-estatais peculiares, como a Santa Sé, os beligerantes, os insurgentes e as nações em luta pela soberania. Por fim, o final do século XX marcou a consolidação dos blocos regionais como importantes atores internacionais, que foram

²⁴⁰ SEITENFUS, Ricardo. Introdução ao direito internacional público, p. 60.

²⁴¹ TOUSCOZ, Jean. Direito internacional. Apud DELL'OLMO, Florisbal de Souza. Curso de direito internacional público, p. 65.

paulatinamente adquirindo, em diversas partes do mundo, a personalidade jurídica de Direito das Gentes.

Partindo do pressuposto de que o direito internacional público não corresponde aos desejos dos atores internacionais contemporâneos, as questões centrais recaem sobre o futuro da ordem jurídica internacional. O que se percebe é evolução do direito internacional, que conduz a uma interação aprofundada entre a ordem jurídica internacional e as nacionais, favorecendo a atuação internacional de indivíduos ou grupos organizados²⁴².

De outra parte, a participação da sociedade civil global no desenvolvimento do direito internacional foi acelerada por motivos materiais, como a variedade de objetos do direito internacional²⁴³, englobando questões sociais, penais, sanitárias, ambientais, entre outras.

Também favorecem mudanças estruturais na evolução recente do direito internacional. Exemplos atuais são atores agindo em nome das opiniões públicas de vários países, ou mesmo da “humanidade inteira”, para exigir respostas jurídicas contra Estados soberanos ou outros atores internacionais. Tal fenômeno é facilmente observável em matéria de direitos humanos, como comprovam as manifestações contra ou a favor da Guerra do Iraque, e recentemente o caso Edward Snowden, a seguir apresentado.

3.1 - O Caso Edward Snowden

Em 13 de junho, o Diretor do FBI, Robert Mueller, disse que estava iniciada uma investigação penal contra Edward Snowden. Na semana seguinte, o Governo americano apresentou acusações contra ele por espionagem, Roubo e Conversão de Propriedade do Governo.²⁴⁴ Assim, Edward Snowden, de 29 anos, ex-técnico da CIA, é acusado de espionagem por vazar informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos e

²⁴² S. Szurek, Professora da Universidade Rennes 1. Contribuição ao Colóquio: “La société internationale et l’élaboration du droit”.

²⁴³ P. M. Dupuy, no colóquio do Centro de Direito Internacional da Universidade de Paris X França, 2001. Ver também: BROWN WEISS, 1998.

²⁴⁴ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>

revelar em detalhes alguns dos programas de vigilância que o país usa para espionar a população americana – utilizando servidores de empresas como Google, Apple e Facebook – e vários países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil. Ele teve acesso às informações que vazou para a imprensa quando prestava serviços terceirizados para a Agência de Segurança Nacional (NSA) no Havaí. Num ato de coragem, decidiu divulgar as práticas do governo dos Estados Unidos de espionar outros países. Embora tenham chocado alguns, as revelações apenas trouxeram a luz ao que todos já desconfiavam: nunca foram abandonadas com o fim da Guerra Fria, as práticas de espionagem executadas pelos EUA. Elas apenas mudaram de forma. A figura clássica do espião foi substituída. Nos dias de hoje, o espião fica apenas atrás do computador e, através da internet e de canais de acesso certos, consegue todas as informações de que precisa para elaborar relatórios e acompanhar a rotina de quaisquer cidadãos do mundo. Segundo as próprias palavras de Snowden, o que ele fez não se trata de um crime, e sim foi trazer à tona práticas do governo norte-americano que violavam a própria Constituição dos Estados Unidos, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e inúmeros outros estatutos e tratados internacionais. Porém, Snowden, se tornou *persona non grata* pelo governo dos Estados Unidos, que, certamente, não irá descansar até vê-lo condenado, em território norte-americano, por traição.²⁴⁵

O jornal *The Guardian*, em 03 de Julho de 2013, noticiou²⁴⁶:

A campanha implacável das autoridades americanas para caçar e bloquear as tentativas do informante Edward Snowden em busca de asilo é deplorável e equivale a uma grave violação dos seus direitos humanos, disse a Anistia Internacional. "As tentativas dos EUA de pressionar outros governos para bloquear as tentativas de Snowden em busca de asilo são deploráveis", disse Michael Bochenek, diretor de Legislação e Política da Anistia Internacional. "É seu direito incontestável, consagrado no direito internacional, pedir asilo e isso não deve ser impedido", ressaltou. A organização

²⁴⁵ <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/As-implicacoes-politico-juridicas-do-caso-Snowden-no-Brasil/6/28323>

²⁴⁶ Disponível em : <http://anistia.org.br/direitos-humanos/blog/eua-n%C3%A3o-deve-perseguir-o-informante-edward-snowden-2013-07-03>

também acredita que o informante da Agência de Segurança Nacional (NSA) pode estar em risco de sofrer maus-tratos, se extraditado para os EUA. "Nenhum país pode devolver uma pessoa para outro país onde há um sério risco de maus-tratos", afirmou Bochenek. O diretor ainda destacou que as condições em que estas pessoas são aprisionadas foram consideradas não só pela Anistia, mas também por funcionários da ONU, como tratamento desumano, cruel e degradante, que representam uma violação do direito internacional. Altos funcionários dos EUA já condenaram Snowden sem julgamento, rotulando-o culpado e traidor, levantando sérias dúvidas sobre se ele vai receber um julgamento justo. Da mesma forma, as autoridades norte-americanas propõem acusar Snowden sob a Lei de Espionagem, o que o deixaria sem condições de se defender pelo ato de vazar informações, de acordo com as leis norte-americanas. "Parece que ele está sendo acusado pelo governo dos EUA principalmente por revelar as ações ilegais norte-americanas e de outros governos, que violam os direitos humanos. Ninguém deveria ser acusado, sob qualquer lei, de divulgar estas informações, pois elas estão protegidas sob os direitos de informação e liberdade de expressão", esclareceu Bochenek. Além das acusações contra Snowden, as autoridades dos EUA revogaram seu passaporte, o que interfere em seus direitos de liberdade de movimento e de procurar asilo em outro lugar. "Snowden é um denunciante. Ele revelou questões de enorme interesse público nos EUA e ao redor do mundo. E, no entanto, em vez de tratar ou mesmo assumir essas ações, o governo dos EUA está mais interessado em perseguir Edward Snowden", defendeu Michael Bochenek, afirmando que uma transferência forçada para os EUA o colocaria sob risco de

violações de direitos humanos e, por isso, precisa ser contestada.

Assim, constata-se que a situação de Snowden e as alegadas violações em grande escala do direito à privacidade por programas de vigilância, levantam importantes questões internacionais de direitos humanos. A chefe da ONU para direitos humanos, Navi Pillay, declarou²⁴⁷:

“O caso de Snowden mostra a necessidade de proteger as pessoas que revelam informações sobre questões que têm implicações para os direitos humanos, bem como a importância de garantir o respeito ao direito à privacidade”, disse Pillay. “As pessoas precisam ter certeza de que suas comunicações privadas não estão sendo examinadas indevidamente pelo Estado.”

Por entregar documentos secretos à imprensa, teve o passaporte americano cancelado e, segundo a imprensa, está desde 23 de junho de 2013, em área de trânsito do aeroporto de Moscou, Rússia, de onde solicitou asilo a vários países.

Quando Snowden aterrou no aeroporto russo de Sheremietevo, a imprensa oficial russa recebeu-o euforicamente, pois era mais uma oportunidade única para criticar o Ocidente, e em particular os EUA, pela «violação dos direitos do homem», desviando assim as atenções do ataque maciço das autoridades russas contra a oposição. Se a Rússia não conseguir uma solução que agrade a todos, o ‘caso Snowden’ terá graves consequências para as relações entre os Estados Unidos e a Rússia. O adiamento sine die da conferência internacional sobre a Síria, projeto avançado por Estados Unidos e Rússia, é um sinal claro do resfriamento dessas relações.²⁴⁸

Por outro lado, contém disposições importantes para a defesa dos direitos humanos a ‘Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos

²⁴⁷ Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-pede-protecao-a-edward-snowden-e-todos-que-denunciam-violacoes-de-direitos-humanos/>

²⁴⁸ Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=79581

ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos'. Têm direito à proteção todos que revelam informações que indicam a prática de violações de direitos humanos.

“Sem prejudicar a validade de qualquer pedido de asilo feito por Snowden, apelo a todos os Estados para respeitarem o direito garantido internacionalmente da busca de asilo, em conformidade com o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Artigo 1 da Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados, e para garantir que qualquer determinação esteja em acordo com as suas obrigações legais internacionais”.²⁴⁹

Como afirmado pelo ex-relator especial da ONU sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais no combate ao terrorismo, Martin Scheinin:

“a informação factual confiável sobre graves violações de direitos humanos por parte de uma agência de inteligência é mais provável que venha de dentro da própria agência. Nesses casos, o interesse público na divulgação prevalece. Tais denunciadores devem, em primeiro lugar, ser protegidos de represálias legais e ação disciplinar quando divulgarem informações não autorizadas”.

Ainda, Pillay, a alta comissária das Nações Unidas para os direitos humanos, num comunicado oficial em 12 de Julho de 2013, afirmou:

“Enquanto as preocupações com a segurança nacional e a atividade criminosa puderem justificar o uso

²⁴⁹ Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-pede-protacao-a-edward-snowden-e-todos-que-denunciam-violacoes-de-direitos-humanos/>

excepcional e estritamente orientado de programas de vigilância, o monitoramento sem medidas adequadas para proteger o direito à privacidade na verdade arrisca ter um impacto negativo sobre o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Tanto o artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 17 do Pacto Internacional sobre o Estado dos Direitos Civis e Políticos afirmam que ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, familiar, em domicílio ou entre correspondências, e que todos têm o direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”.

Perante o mundo, a condição dele é de refugiado político, conforme a Convenção de Genebra de 1951. Esta Convenção Internacional define a condição de refugiado como a pessoa que, estando fora de seu país de origem e temendo ser perseguida por motivos de “raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, decide não retornar.²⁵⁰ É bom lembrar, que o refugiado mesmo estando em condição irregular no país em que se encontre, não poderá ser deportado até que lhe seja concedido asilo político por este ou qualquer outro país que foi requisitado ou que venha a lhe conceder, dada a repercussão do caso o qual o refugiado esteja envolvido. Nesse sentido, o caso Snowden é emblemático, porque mesmo os Estados Unidos sendo signatários da Convenção de Genebra, ainda sim insistem para que ele seja deportado e entregue às autoridades norte-americanas para que seja julgado por traição.²⁵¹ Bolívia, Venezuela e Equador, países latino-americanos da linha progressista, mantendo coerência, ofereceram asilo político. Tal fato gerou um outro grave incidente diplomático envolvendo o presidente da Bolívia, Evo Morales, que, ao retornar da Rússia, onde Snowden permanecia em trânsito, teve sua autorização de voo cancelada pela França, Itália, Espanha e Portugal, a mando dos Estados Unidos, contrariando todas as normas internacionais em vigor. Paris cumpriu imediatamente a ordem procedente de

²⁵⁰ <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/As-implicacoes-politico-juridicas-do-caso-Snowden-no-Brasil/6/28323>

²⁵¹ Idem

Washington e cancelou a autorização de sobrevoo de seu território, que havia outorgado à Bolívia em 27 de julho de 2013, enquanto o avião presidencial estava a apenas alguns quilômetros das fronteiras francesas. Teve de pousar na Áustria, o avião oficial boliviano, onde condicionou a liberação do espaço aéreo à revista na aeronave por conta de suspeitas de que Snowden estivesse a bordo.²⁵²

Desde 1945, nenhuma nação do mundo impediu um avião presidencial de sobrevoar seu território. Desta feita, estava desatada uma crise de extrema gravidade, pois violou-se o direito internacional e a imunidade diplomática absoluta da qual todo chefe de Estado goza.²⁵³

O governo socialista de François Hollande atentou gravemente ao prestígio da nação. A França aparece diante dos olhos do mundo como um país servil e dócil que não vacila um instante sequer para obedecer as ordens de Washington, contra seus próprios interesses. Ao tomar tal decisão, Hollande desprestigiou a voz da França no cenário internacional.

As denúncias feitas por Edward Snowden permitiram descobrir que os Estados Unidos espiavam vários países da União Européia, entre os quais a França. Diante dessas revelações, François Hollande pediu pública e firmemente a Washington que parasse com esses atos hostis. Ainda assim, por debaixo dos panos, o Palácio do Eliseu seguiu fielmente as ordens da Casa Branca. Depois de descobrir que se tratava de uma informação falsa e que Snowden não estava no avião, Paris decidiu anular a proibição.

Antes de permitir que o presidente boliviano seguisse sua rota, a Espanha até exigiu revistar o avião presidencial, violando todas as normas legais internacionais.

Imediatamente, a Bolívia denunciou um atentado contra sua soberania e contra a imunidade de seu presidente. A América Latina condenou unanimemente a atitude da França, Espanha, Itália e Portugal. A Unasul (União de Nações Sul-Americanas) convocou em caráter de urgência uma reunião extraordinária após esse escândalo internacional e expressou sua "indignação" por meio de seu Secretário-Geral, Ali Rodríguez. A Venezuela e o Equador condenaram "a ofensa" e "o atentado" contra o presidente Evo Morales. O

²⁵² Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/As-implicacoes-politico-juridicas-do-caso-Snowden-no-Brasil/6/28323>

²⁵³ Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/29791/25+verdades+sobre+o+caso+evo+moralessedward+snowden.shtml>

presidente equatoriano, Rafael Correa, expressou sua indignação: "Nossa América não pode tolerar tanto abuso!". A Nicarágua denunciou "uma ação criminosa e bárbara". Havana fustigou o "ato inadmissível, infundado, arbitrário que ofende toda a América Latina e o Caribe". A presidente argentina, Cristina Kirchner, expressou sua consternação: "Definitivamente, estão todos loucos. O chefe de Estado e seu avião têm imunidade total. Não pode haver esse grau de impunidade". A Alba (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) denunciou "uma flagrante discriminação e ameaça à imunidade diplomática de um Chefe de Estado". Por meio de seu Secretário-Geral José Miguel Insulza, a OEA (Organização dos Estados Americanos) condenou a decisão dos países europeus:

"Não existe justificativa alguma para cometer tais ações em detrimento do presidente da Bolívia. Os países envolvidos devem dar uma explicação das razões pelas quais tomaram essa decisão, particularmente porque isso colocou em risco a vida do primeiro mandatário de um país-membro da OEA".

Segundo, Salim Lamrani²⁵⁴, a Europa, particularmente a França, em vez de outorgar o asilo político à pessoa que lhe permitiu descobrir que era vítima de espionagem hostil, não vacila em criar uma grave crise diplomática com o objetivo de entregar Edward Snowden aos Estados Unidos.

Esse caso mostra que, se a União Europeia é uma potência econômica, é também um engodo político e diplomático incapaz de adotar uma postura independente em relação aos Estados Unidos.²⁵⁵ A retenção do avião de um país soberano abre um precedente muito perigoso, que pode ter consequências muito negativas no campo das relações entre Estados. O Direito Internacional é cada vez mais substituído pelo princípio "quero, posso e mando".²⁵⁶

²⁵⁴ Doutor em Estudos Ibéricos e Latino-americanos da Universidade Paris Sorbonne-Paris IV, Salim Lamrani é professor-titular da Universidade de la Reunión e jornalista, especialista nas relaciones entre Cuba e Estados Unidos. Seu último livro se chama *The Economic War Against Cuba. A Historical and Legal Perspective on the U.S. Blockade*, New York, Monthly Review Press, 2013, com prólogo de Wayne S. Smith e prefácio de Paul Estrade.

²⁵⁵ Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/29791/25+verdades+sobre+o+caso+evo+moralesedward+snowden.shtml>

²⁵⁶ Disponível em : <http://darussia.blogspot.com.br/2013/07/caso-snowden-e-consequencias-para-o.html>

Com certeza, também não sairá incólume deste conflito. O precedente de obrigar a aterrar e revistar o avião do Presidente de um Estado soberano está lançado, o que poderá ter sérias consequências nos casos de crises e conflitos, podendo dificultar, por exemplo, conversações de paz em territórios neutros.

Na denúncia baseada em documentos revelados por Snowden veio à tona, com a informação de que pelo menos 35 líderes mundiais foram espionados pela inteligência americana. Brasil e Alemanha já entregaram à Terceira Comissão das Nações Unidas o projeto conjunto de uma resolução sobre direito à privacidade digital, na esteira das últimas denúncias sobre a espionagem praticada pela NSA (Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos) para quebrar o sigilo de empresas, governos e cidadãos. De acordo com um diplomata que teve acesso ao projeto, "há o componente da espionagem das últimas notícias, mas o que veio à tona a partir dessas denúncias foi que um dos direitos humanos consagrados, que é o direito à privacidade, está sendo violado na era digital", afirmou. A Terceira Comissão cuida, entre outros temas, de questões que abrangem os direitos humanos.²⁵⁷

Esclarece, ainda, André Luiz Hoffman²⁵⁸, que não se trata apenas de denunciar o monitoramento das informações trocadas por autoridades e cidadãos, mas, especificamente no Brasil, há a necessidade de se levar em conta que o registro e armazenamento dessas informações permanecem em servidores norte-americanos e, ainda, de que todas as empresas de telecomunicações operando no Brasil atualmente são estrangeiras. O berço da internet são os Estados Unidos e é lá onde ficam registrados e armazenados os dados de navegação e usuários. E em decorrência principalmente da pirataria tucana, não há no Brasil empresa de telecomunicações 100% nacional, sendo que todo o setor encontra-se atualmente na mão de empresas estrangeiras. Nesse caminho, a retomada da discussão sobre um Marco Civil da Internet se faz importante. O fato de se regulamentar a internet no território nacional e exigir que o armazenamento

²⁵⁷ Disponível em: <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPe9A007720131101>

²⁵⁸ André Luiz Hoffmann é Mestrando em Direito Político em Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

dos dados que forem aqui produzidos permaneça, é imprescindível. Trata-se da tentativa de retirar o controle da internet brasileira das mãos de servidores americanos. Sabe-se que o Marco Civil não iria cessar o monitoramento de informações, mas de certa forma iria coibir e dificultar qualquer tentativa nesse sentido, tendo em vista que todas as informações trocas e geradas no território nacional teriam de permanecer aqui registradas e não mais registrada nos Estados Unidos, ou outros países. Infelizmente, o Marco Civil da Internet encontra resistência no próprio Congresso Nacional e entre as empresas de telefonia que teriam certos serviços interrompidos, motivo pelo qual possivelmente perderiam parte de sua renda, que já não é pequena, dado o péssimo serviço que prestam. Obviamente que o Marco Civil da Internet não é a panacéia de todos os males, mas seria uma forma de começar a colocar o Brasil definitivamente na era digital, em um mundo cada vez mais globalizado, cujas fronteiras digitais transcendem a fronteiras físicas.²⁵⁹

Em todos esses casos, os novos modos de cooperação entre diversos entes internacionais entram em ação, testemunhando a emergência de uma vontade geral que aparece em certos direitos fundamentais, como os direitos humanos. Em consequência, o direito internacional público ganha mais efetividade nestas últimas décadas.

3.2 - A elaboração do direito internacional e a Governança Global

Assim, conforme colóquio de Smouts e Szurek, o fenômeno que nos interessa aqui é que atores privados estão criando normas de conduta internacional a serem aplicadas a outras entidades privadas ou mesmo aos Estados.²⁶⁰

Quanto a Shelton, este enfatiza que normas privadas podem tornar-se *soft law* e ser consideradas cogentes por outros atores, como as normas da OMC²⁶¹.

A própria evolução recente do direito internacional e a natureza dos outros atores, tornou essa convergência inevitável. Assim, os membros da sociedade civil que

²⁵⁹ Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/As-implicacoes-politico-juridicas-do-caso-Snowden-no-Brasil/6/28323>

²⁶⁰ SMOUTS, SZUREK. Participação no Colóquio do Centro de Direito Internacional da Universidade de ParisX França, 2001 –“L’émergence de La société civile internationale. Vers La privatisation du droit international?”

²⁶¹ Ver SHELTON, D. (Ed.) 2000, p. 560.

defendem uma causa específica, por exemplo as ONG's, conhecem as lacunas do direito internacional e são capazes de propor soluções adequadas ou completar convenções internacionais. Enfim, atores internacionais parecem estar influenciando de maneira progressiva a elaboração das normas jurídicas internacionais recentes, como a Amnesty International e o Greenpeace.

O Estado soberano não é mais o único produtor de normas internacionais, porém, ainda tem o monopólio de elaboração das normas jurídicas internacionais, apesar da articulação manifesta de outros atores. O que existe atualmente é mais um papel de regulação das relações internacionais, que é muito diferente do direito internacional. Por isso, o papel desses atores é muito mais de criação de valores e de consenso do que de normas internacionais. Na verdade, eles criam uma atmosfera de “valores globalizados” em face da qual os Estados não podem recuar. Cita-se a punição dos culpados por grandes catástrofes ecológicas, genocídios e guerras nesta última década.²⁶²

Trata-se de um problema da capacidade jurídica de atores internacionais não-estatais, que se organizam progressivamente no cenário internacional. Em outros termos, atores que possuem o estatuto de sujeito de direito “fragmentário”, trazem a questão de como reduzir essa lacuna, para que eles possam participar do desenvolvimento do direito internacional e defender seus interesses específicos.

Como a regulação internacional por esses atores está se intensificando, a análise de questões atuais não deve limitar-se ao Estado e às organizações internacionais como ponto referencial. Além disso, as distâncias entre direito internacional público e privado tornam-se menores, porque a cooperação internacional deixou de ser interestatal para ser complexa e diversificada. Ademais, as reuniões multilaterais de natureza econômica, comercial, esportiva, financeira, ambiental, entre outras, aumentaram muito a demanda por negociadores internacionais externos à esfera pública. Como consequência, as relações internacionais tendem a tornar-se demasiadamente complexas, porque não se sabe mais com quem se está negociando nas reuniões multilaterais, já que esses atores são muitas vezes representantes de interesses difusos ou preferem ficar à sombra de outros.

²⁶² Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31997-37543-1-PB.pdf>

Contudo, a questão principal sobre privatização do direito internacional continua em aberto. Há duas correntes técnicas contrárias. Uma afirma que o direito internacional tende a ser progressivamente privatizado no sentido do aumento da participação de atores internacionais que não possuem o estatuto de sujeito de direito internacional, sendo que uma parte dessa corrente é favorável à atribuição imediata de estatuto jurídico a tais atores. A outra grande corrente defende, o outro extremo, que a participação desses atores não significa a privatização do direito internacional, mesmo porque as fontes de direito não foram modificadas. Enfim, o que existe é apenas uma participação da construção do direito internacional, ou seja, a percepção da necessidade de regulação e a convergência de valores comuns que tornam essa regulação desejável e em seguida aceitável.

Já quanto ao enfoque da governança, pode-se afirmar que para James Resenau²⁶³, a governança demonstra a existência de regras, a todos os níveis da atividade humana, cujas finalidades são controladas para terem um efeito internacional.

O conceito de governança global tem sido estudado com o objetivo de trazer respostas sobre a influência de atores não-estatais, tanto na política como no direito internacional. Ela reside no processo de construção das instituições como a ONU, FMI, OMC e dos regimes internacionais para a regulação dos desafios contemporâneos.

A governança global defende que os indivíduos são capazes de se organizar para resolver problemas comuns, constituindo a “governança sem governo” a partir de uma iniciativa comum tomada sob consenso. As relações de poder tendem a ser afastadas, formando o que se chama de “instituições de natureza estatal e não-estatal que mobiliza funções diversas para atingir objetivos convergentes.”

Desta feita, para que a governança possa existir como Rosseau a descreveu, temos que considerar a crise do multilateralismo jurídico, político e econômico, que é efeito da fragmentação do poder e das fontes reguladoras globais. Portanto, o papel de atores não-estatais é tão importante, já que contribuem no desenvolvimento do direito internacional.

²⁶³ Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico buscou analisar a subjetividade Internacional dos novos sujeitos do Direito Internacional Público, expondo o elenco de atores das Relações Internacionais e os Sujeitos de Direitos já consagrados e os em evolução pela doutrina e jurisprudência internacional.

Hoje no ordenamento jurídico internacional temos três correntes ou concepções existentes sobre quem possui a personalidade jurídica no âmbito internacional. A primeira corrente chamada de concepção clássica atualizada, são os atores: o Estado, e as Organizações Intergovernamentais e hoje estendemos as ONG'S a personalidade jurídica e esta é a mais aceita no ordenamento jurídico, já a segunda poderemos chama - lá de concepção-corrente moderna, pois além dos agente já ditos na primeira corrente-concepção, só que com a inclusão do ser humano, já a terceira chamamos - as de corrente-concepção extensiva, por que esta inclui a personalidade jurídica as empresas transnacionais ou como são conhecidas multinacionais.

Os sujeitos de Direito Internacional também possuem a personalidade e capacidade legal , pois são titulares de direitos e deveres pelo Direito Internacional.

Pode-se dizer que a personalidade jurídica internacional consiste no reconhecimento da existência de determinados sujeitos de Direito Internacional e na aplicação das regras internacionais a eles. Enquanto a capacidade legal internacional é específica de cada sujeito.

Assim, como maiores detentores dessa capacidade jurídica encontram-se os Estados por possuírem uma exclusiva jurisdição internacional. Já as Organizações Internacionais apresentam uma capacidade limitada por estarem adstritas ao acordo constitutivo. De igual modo é limitada a capacidade jurídica concedida aos indivíduos, como também as empresas transnacionais e de seus agentes.

Há doutrinadores que mencionam, em certos casos, a inexistência de capacidade a um determinado sujeito internacional por inexistirem regras internacionais aplicáveis ao caso.²⁶⁴

²⁶⁴ JO, Hee Moon, op. cit., p. 183.

Portanto, o que se verifica é a dificuldade de se implantar um "Direito Mundial" que reúna o tratamento isonômico da globalização de mercado e da universalização dos direitos humanos como princípios basilares de uma harmonização jurídica, é imensa. A diversidade de culturas no mundo, as conquistas sociais de determinados Estados, a prática de negócios de alcance global são algumas das barreiras para se vislumbrar um direito globalizado. De igual forma, parcelas de poder para a elaboração de normas dentro de uma sociedade transnacional devem ser cedidas pelos atores internacionais, notadamente Estados, organizações internacionais, os indivíduos e as próprias corporações transnacionais, para que se consiga influir positivamente num mundo intrinsecamente desigual e com níveis de desenvolvimento díspares.

No entanto, concluindo esse trabalho acadêmico, é correto afirmar que os sujeitos de direito internacional mudam com a evolução histórica. Após a 1ª Guerra Mundial, surgiram novos atores internacionais, tais como os indivíduos e as organizações internacionais, bem como a partir de 1960 foram as empresas transnacionais que despontaram como sujeitos de Direito Internacional Público.

Assim menciona Celso Albuquerque Mello: “a personalidade jurídica tem uma dimensão histórica, significando isto que os sujeitos de direito não são sempre os mesmos e variam conforme a época histórica.”²⁶⁵

²⁶⁵ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional Econômico*, Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 101.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Denise Silva de. **O Indivíduo como Sujeito de Direito Internacional Público**. Curitiba: Juruá, 2004, p. 25-28, 33, 35.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pgs. 345, 557, 707.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional**. São Paulo: Atlas, 2002, pgs. 30-31, 141, 345.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. Outros atores da Sociedade Internacional. *In: Introdução às Relações do Comércio Internacional*. 2007, p. 90.

HUSEK, Carlos Alberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2000, p. 36.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, pgs. 141, 146-149, 156-157.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas, 2002, pgs. 146, 156, 157.

Hee Moon. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: LTr, 2004, pgs. 183, 188, 189.

KELSEN, Hans. *Princípios de Direito Internacional*. 2010. pgs. 139, 140, 141, 493, 496.

HYNSON, Colin Ancient Greece. Milwaukee: World Almanac Library, 2006.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. Edição abreviada. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro, 1989.

ABRAHÃO, Miguel M. - *História Medieval* - 10ª Edição - Clube de Autores - 2009

Poggi, G. *The Development of the Modern State: A Sociological Introduction*. Stanford: Stanford University Press. 1978.

Hans Kelsen, *Pure Theory of Law* 320. Max Knight trans., 1967.

PELLET, Allan. *Direito Internacional Público*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenfian, 2003, pgs. 100, 101, 508.

GROSSO, Enrico. *Opus cit.* 155 aput ARNO; ODETE. 2003, p. 45.

CARRÉ DE MALBERG, Raymond Publisher: Paris : Recueil Sirey, 1933, p. 519-534.

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 2000, pg. 64.

TOUSCOZ, Jean. 1993, pgs. 61, 154.

JO, Hee Moon. **Introdução ao Direito Internacional**. São Paulo: Ltr. 2004, pgs. 188, 322.

WILSON, Heaather A. **International Law and the Use of Force BY National Liberation Movements**. Oxford: Clarendon Press, 1900, p. 7.

LAUTERPACHT, Hersch. **The subjects of the Law of Nations**. London: Macmillan, 1947, p. 444.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. Belo Horizonte; Del Rey, 2002,p. 19.

ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos Direitos dos Povos**. São Paulo: Ícone, 2004, p. 11.

KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário**. Curitiba: Juruá, 2006, p. 37.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A personalidade e a capacidade jurídicas do indivíduo como sujeito de direito internacional. *In: Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos*. ANNONI, Daniele. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, pgs. 02, 03, 04, 06, 10.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. Outros atores da Sociedade Internacional. *In: Introdução às Relações do Comércio Internacional*. SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo:Alas, 2002, p. 156.

KRIEGER, César Amorim.**Direito Internacional Humanitário: o precedente do comitê internacional da cruz vermelha e o tribunal penal internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, pgs. 45, 285-338.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**.3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, pgs. 179, 181, 184, 187.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: Curso Complementar. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 152, 153, 161, 225, 242.

SILVA, 2008, p.179. apud. SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 53-54.

SILVA, 2008, p.185. apud. CAMPOS, João da Mota de (Coord.). **Organizações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p.22

SILVA, 2008, p.184. apud. Vide *Droit International Public*, p. 563.

CRUZ, Paulo. O Estado como principal sujeito da sociedade internacional. **Introdução às Relações do Comércio Internacional**. Joana Stelzer (org). Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. 2007, p. 49.

HIGGINS, Rosalyn. **Problems & Process: international Law and how to use it**. Oxford: Claredon Press, 1994, p. 39.

SEITENFUS, Ricardo, VENTURA, Deisy. **Direito Internacional público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 64.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 35. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARRAL, Weber. **Direito Internacional: normas e práticas**. Florianópolis: Boiteux, 2006, pgs. 57, 436.

SEITENFUS, Ricardo, VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, pgs. 89, 91.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, pgs. 59, 103-105, 181-182,

WILDON, Heather A. **International Law and the use of force by national liberation movements**. Oxford| Clarendon Press, 1988, p. 7.

SILVA, G. E. do Nascimento e ACCIOLY, Hildebrando . **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 207.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacional**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del REY, 2002, P. 210.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008, pgs. 184, 185. apud. SEITENFUS, Ricardo. *Op. cit.*, p. 249.

ERIC SUY, 1962; BISCONTINI, 1951; JACQUES BENTZ; 1963. Apud MELLO 1995, p. 6.

Dall Ri JÚNIOR, Arno. ODETE . 2003, p. 283.

PELLET, Allan. **Direito Internacional Público**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pág. 344.

MAGALHÃES, José Carlos de. Op. cit., p. 189; MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., pgs. 103, 189, 190, 194, 220.

MELLO, Celso D. Albuquerque. op. cit., pgs. 103, 105.

CRETELLA NETO, José. op. cit., pgs. 27, 28, 31, 35, 62, 63, 99, 219, 230.

VARELLA, Marcelo D. op. cit., p. 417-418.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A Emancipação de ser humano vis-avis o próprio Estado: o ser humano como sujeito de Direito Internacional dos Direitos Humanos. *In: Os Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007, pgs. 242, 243, 246, 247.

HIGGINS, Rosalyn. **Problems & Process: international law and how to use it**. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 49-50.

CARNEIRO, Levi. **O Direito Internacional e a Democracia**. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1945, p. 108-121.

LAUTRPACHT, Hersch. 121. Hersch. **International Law and Human Rights**. London: Stevens, 1950, p. 51-69.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Las Cláusulas pétreas de La protección internacional del ser humano: El acceso directo a La justicia internacional y La intangibilidad de La jurisdicción obligatoria de los tribunals internacionales de derechos humanos. *In: O Direito Internacional em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 545.

KRIEGER, César Amorim. **Direito Internacional Humanitário: o precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Tribunal Penal Internacional**. Curitiba: Juruá, 2006, pgs. 131-160, 286-338.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonard, 2007, p. 134.

DIAS, Gabrielle Cunha. **O Tribunal Penal Internacional e a Subjetividade Internacional do Indivíduo**. 2004, p. 74-75.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 8.

SILVA, Karine de Souza. **Direito da Comunidade Européia: fontes, princípios e procedimentos.** Ijuí: Ed: Unijuí, 2005, p. 83.

SILVA, Karine de Souza. O Acesso dos Indivíduos aos Tribunais da Comunidade Européia: Principais Mecanismos Jurídicos. *In: Direito das Relações Internacionais.* Joana Stelzer, Everton das Neves Gonçalves. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p. 523 e 531.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** São Paulo: Malheiros, 1998, pgs. 179, 180, 182.

KRETZ, Andrietta. **A autonomia da vontade e eficácia horizontal dos direitos fundamentais.** Florianópolis: Momento Atual, 2005, p. 49-51.

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992, pgs.26-30, 32.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: Desafios da ordem internacional contemporânea. *In: Direitos Humanos.* Curitiba: Juruá, 2006, pgs. 17, 622.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Max Limonard, 2004, pgs. 87, 132-133, 140, 173, 180, 216-219.

VIEL, Ricardo Nunes. **A Eficácia das sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: reflexos no âmbito interno dos países que se sujeitaram a sua competência.** 2004, p.28.

PIOVESAN, Flávia. Introdução ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: a Convenção Americana de Direitos Humanos. *In: O Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 20.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 4. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 210.

RAMOS, André de Carvalho. **Responsabilidade Internacional por Violação de Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 53.

RANGEL, Vivente Marotta. **Direito e Relações Internacionais.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, pgs. 32-33, 668-680, 681-692, 697, 724.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos.** São Paulo: FTD, 1997, pgs. 26, 70.

ANNONI, Danielle. **Direitos Humanos e Acesso à Justiça no Direito Internacional: Responsabilidade Internacional do Estado.** Curitiba: Juruá, 2003, pgs. 67, 94.

ARAÚJO, Luis Ivan de Amorim. Subjetividade Jurídico-internacional do indivíduo. *In: Direitos Humanos e Direito Internacional*. Curitiba: Juruá, 2006, p. 32.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p.173.

PINZÓN, Diego Rodriguez, MARTIN, Cláudia. **A Proibição de Tortura e Maus-tratos pelo Sistema Interamericano**. Switzerland: OMCT, 2006, pgs. 28, 31-33.

SCHAFRANSKI, Silvia Maria Derbli. **Direitos Humanos e seu processo de universalização da Convenção Americana**. Curitiba: Juruá, 2003, p.85.

BRANDÃO, Marco Antônio Diniz & BELLI, Benoni, **O Sistem Innteramericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI**. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/testos_dh/artigo11.htm

HARRIS, David J. **The Inter-American System of Humann Rights**. Oxford: Clarendon Press, 1990, p.1.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e a Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, pgs. 63, 87.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O Sistema Interamericano Introdução ao sistema interamericano**. *In: GOMES Luiz Flávio, et AL*. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 33.

GALLI, Maria Beatriz, DULITZKY, Ariel E. **A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o seu papel central no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos**. *In: GOMES, Luiz Flávio, et AL*. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, pgs. 61, 53-55.

LAPA, Fernanda, PAUL, Chrystiane de Castro Benatto. **A Primeira Condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. *In: Revista de Direito: Direitos Humanos e História da Democracia*. Florianópolis: CESUSC, 2007, p. 90.

Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. *In: Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano*. Washington: OEA, 2007, P. 214.

LOUREIRO, Silvia Maria da Silveira. **Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos na Constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 147.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A personalidade e capacidade jurídica do indivíduo como sujeito de direito internacional. *In*: ANNONI, Danielle. **Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, pgs. 21, 27, 29, 30.

HARRIS, David J. **The Inter-American System of Human Rights**. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 2.

VERENHITACH, Gabriela Dau, SCHMIDT, Rafael Vitória. **Tribunal Europeu do Homem**. Josycler Arana e Rozane da Rosa Cachapuz *In*: **Direito Internacional: seus Tribunais e meios de soluções de conflitos**. Curitiba: Juruá, 2007, pgs. 135, 136, 144.

VERDROSS, Alfred. **Derecho internacional público**, p. 151. Apud DELL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**, p. 62.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 3ª.ed. Belo Horizonte. Del Rey. 2008. P. 182.

SHELTON, D. Ed. 2000, p. 560.

Governança, ordem e transformação na política mundial. *In*: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, 2000.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Econômico**, Rio de Janeiro: Renovar, 1993, p. 101

SEITENFUS, Ricardo. **Introdução ao direito internacional público**, p. 60.

TOUSCOZ, Jean. **Direito internacional**. Apud DELL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**, p. 65.